FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Guerra Colonial na revista *Notícia*

A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola

Sílvia Manuela Marques Torres

Dissertação de Mestrado em Jornalismo

Março, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Jacinto António Rosa Godinho, do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública.

Aos meus pais

Guerra Colonial na revista *Notícia*

A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola

Dissertação de Mestrado

Sílvia Manuela Marques Torres

RESUMO

Palavras-chave: Angola, Guerra Colonial, imprensa, jornalismo de guerra, revista *Notícia*.

Este trabalho visa contribuir não só para o estudo da imprensa portuguesa e angolana da segunda metade do século XX como também para um maior conhecimento da cobertura jornalística da Guerra Colonial em Angola, feita pela *Notícia*, uma revista com sede em Luanda. As principais fontes desta análise são o referido semanário e o testemunho de jornalistas que nele trabalharam. Estruturalmente, esta dissertação é constituída por cinco capítulos. O jornalismo de guerra, a história da imprensa em Angola, o historial da revista *Notícia*, a censura no Estado Novo e a cobertura jornalística da Guerra Colonial em Angola feita pela *Notícia* são os temas em destaque. Através desta análise é dada a conhecer uma das faces da guerra ainda pouco explorada: a cobertura jornalística de um conflito do século XX, em que o jornalista vive no próprio país em guerra.

Colonial War in the *Notícia* magazine

Media coverage of the portuguese ultramarine conflict in Angola

Dissertation

Sílvia Manuela Marques Torres

ABSTRACT

Keywords: Angola, Colonial War, press, war journalism, *Notícia* magazine.

This work aims to contribute not only to the study of angolan press from the second half of the 20th century but also for a greater knowledge of *Notícia*'s media coverage of the Colonial War in Angola, a magazine with its head office in Luanda. The primary sources of this analysis are the mentioned seminar and the testimony of the journalists that worked there. Structurally, this work is composed by 5 chapters. The war journalism, history of the angolan press, *Notícia's* magazine track record, the Estado Novo censorship and the media coverage of *the* Colonial War in Angola made by *Notícia* are the highlighted themes. Through this analysis it is shown one of the faces of war which is still lacking real exploration: the media coverage of a conflict from the 20th century, in which the reporter lives in the country at war.

“A todos os que viveram o bastante para contar isto.
Que eles me perdoem por não ter podido ver tudo,
nem lembrar tudo, nem adivinhar tudo.”

Alexandre Soljenitsin

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

O tema da presente dissertação centra-se na revista *Notícia* e na forma como esta publicação tratou a Guerra Colonial, entre Fevereiro de 1961 e Abril de 1974. Poderá o conteúdo deste órgão de comunicação social contribuir para contar a história que permanece incompleta? Qual foi o relevo dado ao conflito na *Notícia*? O tom das peças publicadas favoreceu algum dos lados envolvidos na Guerra Colonial em Angola? De que forma foi feita a cobertura jornalística da guerra em Angola por uma revista com sede no próprio país em conflito? As perguntas que deram origem a este trabalho não produziram respostas definitivas com verdades absolutas mas traduziram-se em reflexões importantes, uma vez que "o estudo do passado apoia o conhecimento do presente[1]". Sobre a temática da Guerra Colonial muito se tem escrito "mas importa que se estude e investigue bastante (…), sobretudo com o objectivo da aprendizagem de lições de História, que sirvam de lições aprendidas para decisões futuras[2]".

O objecto principal de investigação foi a revista *Notícia*[3] porque, na época, como referiu o historiador Júlio de Castro Lopo (1964:119), era a "publicação mais popularizada de e em Angola". Foi fundada um ano antes do início da guerra e silenciada à força um ano após o fim do conflito. Ao longo de todo este trabalho, a/o *Notícia* é apresentada/o tanto no feminino, enquanto revista, como no masculino, enquanto jornal e semanário. No grupo de jornalistas ainda vivos que fizeram parte da redacção da revista e que foram por nós entrevistados, há quem trate a publicação das duas formas, sendo no entanto a vertente masculina a mais utilizada.

Ainda que a investigação se centre no intervalo entre Fevereiro de 1961 e Abril de 1974, para realizar o historial da *Notícia* foi necessário ultrapassar estes marcos cronológicos, na medida em que a bibliografia existente sobre a publicação é reduzida. A revista contribuiu assim para a produção do seu próprio historial.

[1] Editorial da revista *Media & Jornalismo*, n.º 9, *O Jornalismo e a História* (Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2006), p. 5.
[2] Citação retirada do discurso do presidente da Liga dos Combatentes, General Joaquim Chito Rodrigues, proferido durante as cerimónias que assinalaram o 93.º aniversário do 9 de Abril de 1918 e que se realizaram na Batalha, a 9 de Abril de 2011.
[3] A revista, publicada entre 1959 e 1975, está disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Para reconstruir a realidade de outrora, além das edições do jornal, publicado entre 1959 e 1975, e da bibliografia referida neste trabalho, contámos também com o testemunho de nove antigos jornalistas[4] e de um cartoonista, entrevistados pessoalmente e/ou por e-mail, os quais, durante a Guerra Colonial, trabalharam em Angola, na *Notícia* ou em outros meios de comunicação social. Tivemos em conta que "a memória é matreira como uma raposa, que nos engana e engana quem nos ouve, que pode suavizar o sofrimento, aumentar as pequenas alegrias, distorcer opiniões, contar factos que não sucederam ou não sucederam assim, embora tivessem sucedido exactamente assim para quem os narra[5]". Perante as limitações da oralidade, encontrámos várias versões contraditórias e pontos de vista discordantes. Assim os apresentámos porque, como disse Adulcino Silva[6], "não existe só uma verdade. Existem muitas". A mesma teoria foi defendida por Lüdke e André: "(...) a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja mais verdadeira[7]". Além disso, como explica Jorge Pedro Sousa, importa ter em conta que "qualquer enunciado jornalístico é dissonante da realidade que aborda e não o seu espelho, embora possa dar pistas sobre a realidade representada, indiciar aspectos dessa realidade e referenciá-los. O enunciado jornalístico torna-se, inclusivamente, uma realidade que se debruça sobre a realidade, constituindo, assim, uma espécie de meta-realidade discursiva[8]".

Para concretizarmos este estudo, optámos por uma investigação mais empírica do que teórica e também mais qualitativa do que quantitativa. Utilizámos uma abordagem interpretativista, por considerarmos que este seria o melhor método para tratar os dados recolhidos e desenvolver a análise. Esta metodologia defende que a realidade é sinónimo de interpretações do real, rejeita a formulação de leis universais para explicar a complexidade de acontecimentos sociais e dá prioridade a métodos

---

[4] Na época, do ponto de vista legal, não eram considerados jornalistas mas sim redactores. No entanto, ao longo de toda a dissertação, são tratados como jornalistas porque na verdade o foram.

[5] Citação de Luís Reis Torgal in Prefácio da obra de Américo de Carvalho intitulada *Angola, Anos de Esperança* (p. 10).

[6] Ver apêndice A.

[7] Lüdke, Menga; André, Marli, E. D. A., *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas* (São Paulo: EPU, 1986), p. 20.

[8] In *A Guerra do Golfo na Imprensa Portuguesa de Grande Expansão.* Texto disponível na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-guerra-golfo2.html).

qualitativos e participativos. A esta abordagem interpretativista aliámos a investigação jornalística, como forma de ultrapassar o visível.

Esta dissertação é apresentada em cinco capítulos. O primeiro é dedicado ao jornalismo de guerra e aborda questões como a relação entre militares e jornalistas, as limitações do repórter no acesso ao teatro de operações e a influência dos media na opinião pública. No segundo capítulo é dado destaque à história da imprensa em África, de forma generalizada, e em Angola, de modo particular. A revista *Notícia* é apresentada no terceiro capítulo, no qual é destacada também a obra de João Charulla de Azevedo, jornalista que, segundo João Fernandes, "transformou o *Notícia* num semanário como deve ser". No quarto capítulo, a censura do Estado Novo é vista "enquanto notícia no *Notícia*". Também aqui é feita a comparação entre a censura existente na Metrópole e a censura da Província, onde o rigor era menor, e apresentada a censura militar. O quinto e último capítulo analisa as edições da *Notícia* publicadas entre 1961 e 1974, do ponto de vista da cobertura jornalística da Guerra Colonial em Angola. 1961 assume maior destaque neste capítulo, por ter sido o ano em que começou o conflito e também por ser o ano recordado em todos os outros anos, através de balanços da guerra, onde se comparava o presente com o passado. Neste quinto capítulo começamos por responder à questão "Como é que a guerra surgiu no *Notícia*?". A identificação dos jornalistas, a relação entre eles e os militares e a forma como foram tratados do ponto de vista jornalístico os dois lados da guerra são igualmente temas presentes no referido capítulo. Salazar e Marcelo Caetano e ainda o "Zé da Fisga", cartoon que representava o soldado português, são também personagens que figuram na cobertura jornalística de uma guerra, marcada por acontecimentos. Terão sido estes acontecimentos notícia na *Notícia*? A esta pergunta respondemos também no quinto capítulo.

A concretização desta dissertação assemelha-se à montagem de um puzzle, que à medida que ia sendo construído, ia fazendo cada vez mais sentido e acrescentando novas ideias para dar continuidade à investigação. Não encontrámos fronteiras nem limites que esgotassem o tema referente ao século XX em que, como escreveu Suzanne Labin[9], as palavras eram "canhões" e um jornal valia "mais do que dez porta-

[9] Suzanne Labin, *Em Cima da Hora* (Rio de Janeiro: Record, 1963), p. 25.

aviões". Urge continuar a desbravar caminho porque, citando o filósofo e poeta George Santayana (1905), "aqueles que não conseguem lembrar o passado, estão condenados a repeti-lo[10]".

[10] George Santayana, *A Vida da Razão*, 1905, volume I, capítulo XII.

CAPÍTULO I: JORNALISMO DE GUERRA

Se é certo que "historicamente, sempre os jornalistas cobriram as guerras[11]", também é verdade que o jornalismo de guerra acompanhou as mutações da sociedade. A Guerra Colonial surge na "era dos correspondentes de guerra, jornalistas profissionais[12] que tinham por missão relatar para públicos massificados os conflitos totais que iam cobrir[13]". Para trás ficaram os "relatos amadores das guerras da primeira vaga, efectuados por soldados, comerciantes e cronistas populares[14]". Hemingway, Evelyn Waugh e W. Russel foram alguns dos pioneiros do jornalismo de guerra.

É nesta segunda vaga que, segundo Carlos Santos Pereira, a "história das relações entre generais e repórteres nos teatros de guerra está sem dúvida repleta de incidentes, episódios azedos, de recriminações e rancores mal digeridos. Os militares acusaram, quantas vezes, os jornalistas de incompetência, de inconsciência (...). Os jornalistas queixam-se dos militares e apontam o dedo aos métodos utilizados para lhes esconder a crueldade da guerra em todo o seu horror[15]". Os militares passaram a ter de partilhar o teatro de operações com os jornalistas que "querem ver, testemunhar. Reclamam a notícia fresca, a estória, a reportagem[16]". Contrariamente, os militares exigem assumir o controlo dos movimentos no terreno e "querem ganhar a guerra, com o mínimo de baixas[17]". Esta relação conflituosa não é, para Carlos Santos Pereira, a única realidade. Analisando os conflitos do século passado, "não faltam também exemplos de situações em que militares e media conviveram quase ombro a ombro sem sobressaltos de maior. De jornalistas que partilharam abnegadamente com os militares as frentes de guerra em nome da missão de informar. De militares que, conscientes da importância dessa missão, não se pouparam para proteger os repórteres. De ocasiões em que os interesses do soldado e do repórter se revelaram

---

[11] Estrela Serrano, *Para compreender o Jornalismo* (Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2006), p. 47.
[12] Ainda que legalmente não tivessem esta designação, a maior parte exercia a função como única profissão.
[13] José Rodrigues dos Santos, *A Verdade da Guerra – Da Subjectividade, do Jornalismo e da Guerra* (Lisboa: Gradiva, 2003), p. 193.
[14] *Idem*, p. 195.
[15] Carlos Santos Pereira, *Guerras da Informação* (Lisboa: Tribuna da História, 2005), p. 18.
[16] *Idem*, p. 19.
[17] *Ibidem*.

afinal coincidentes (...)[18]." A guerra entre militares e jornalistas é, segundo o autor, uma versão "viciada". Durante a Segunda Guerra Mundial, em que o controlo exercido sobre os correspondentes de guerra era rigoroso, "os próprios repórteres, ansiosos de conquistarem a confiança dos militares, e de desempenharem também o seu papel na vitória, praticaram voluntariamente a auto-censura a um ponto que chegou a perturbar alguns jornalistas[19]".

Além de jornalistas e militares existem outras personagens: as cadeias hierárquicas. "Atrás do repórter há sempre uma cadeia de pressões, de influências, de filtros. Atrás da acção do militar no terreno – uma trama de jogos políticos e de encenações diplomáticas[20]". A tudo isto há que acrescentar a opinião pública cuja participação na guerra "está longe de ser um factor meramente passivo[21]". Neste caso, a Guerra do Vietname é apontada como exemplo: terá sido a exposição da guerra pelos media que terá minado o apoio do público e, em última análise, a derrota americana na Indochina[22]. Em 1975, Marshall McLuhan fazia o balanço do conflito: "A televisão trouxe a brutalidade da Guerra ao conforto da sala de estar. O Vietname foi perdido nas salas de estar da América, e não nos campos de batalha do Vietname[23]". A total liberdade atribuída aos media durante a Guerra do Vietname serviu de lição a outros conflitos que se seguiram. Na Guerra do Golfo, a influência dos media sobre a opinião pública não foi ignorada: "a actividade dos repórteres era de novo sujeita a severas limitações[24]". O acesso ao teatro de operações era limitado a grupos de jornalistas ("pool"). É neste período que se dá uma "espectacular evolução (...) no campo das comunicações", factor que alterou "substancialmente as condições da cobertura dos conflitos armados. (...) As guerras viviam-se doravante 'em directo', ficando por isso muito mais expostas aos olhares do Mundo e à influência da opinião pública[25]". "Em suma, a crise do Golfo deixou no ar interrogações sérias e preocupantes sobre a capacidade dos media de relatarem com rigor e distanciamento os acontecimentos – ou seja, de cumprirem afinal a função social que dá razão de ser à

---

[18] *Idem*, p. 20.
[19] Philip Taylor citado por Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, pp. 49-50.
[20] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, pp. 20-21.
[21] *Idem*, p. 21.
[22] *Idem*, pp. 21-22.
[23] Citado por Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 21.
[24] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 23.
[25] *Idem*, p. 23.

imprensa. (...) os media acabaram por servir em boa medida, de porta-vozes e amplificadores do consenso político em torno da intervenção[26]". Carlos Santos Pereira considera ainda que a velha máxima "a real man doesn't talk to the press[27]" deixou de ser aplicável. "Hoje, não só se renderam à presença dos media como passaram mesmo claramente a apreciar o protagonismo mediático e a disponibilidade mediática actual dos militares[28]".

Marshall McLuhan[29] defende que sem cobertura jornalística a guerra não existiria e que "são hoje os jornalistas e os media em todo o mundo, e já não os soldados, os verdadeiros combatentes". Para David Bouden[30], a "informação é doravante considerada como a quinta dimensão da batalha ao lado das dimensões terra, mar, ar e espaço". Apesar de esta questão ser alvo de estudo desde o final do século passado, a investigação da temática está longe de se esgotar, uma vez que, como refere Carlos Santos Pereira, "(...) os problemas colocados às primeiras experiências de 'jornalismo de guerra' (...) continuam [hoje] sem resposta cabal e definitiva[31]".

---

[26] *Idem*, p. 94.
[27] Tradução: um homem a sério não fala à imprensa.
[28] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 21.
[29] Citado por Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 372.
[30] Citado por Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 373.
[31] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 377.

CAPÍTULO II: A IMPRENSA EM ÁFRICA

Em *História de la Prensa*, Juan Maria Guasch Borrat (1994:619) conclui que foi no século XIX que as "potências europeias" – Grã-Bretanha, França, Portugal, Alemanha, Itália e Espanha – se tornaram "nos grandes países colonizadores do vasto território africano". O autor associa o aparecimento da imprensa escrita na "África Negra" ao processo de colonização. Os primeiros jornais em África, criados por europeus, serviam os interesses dos europeus que residiam nas colónias. Os missionários cristãos são também apontados por Guasch Borrat (1994:620) como elementos que ajudaram a desenvolver a imprensa africana: "tanto protestantes como católicos esforçaram-se por transferir para a escrita as várias línguas faladas". Neste caso, defendiam-se os interesses nativos.

"Na segunda metade do século XIX, as motivações para a actividade jornalística, em certa medida, diversificaram-se. A imprensa continuava a ser, em linhas gerais, um produto europeu para europeus, mas existia, nalgumas zonas, uma importante população negra com desejo de ser informada" (Borrat, 1994:620).

O desenvolvimento da imprensa em solo africano tinha como barreiras não só questões económicas e de subdesenvolvimento, como também regimes políticos avessos a "liberdades públicas" e uma "enorme variedade étnica dentro de um mesmo país". Guasch Borrat (1994:622) considera que, neste período, o meio radiofónico teve maior destaque porque era "mais fácil desenvolver uma produção radiofónica nas diferentes línguas ou dialectos do que criar um sistema educativo que permita ler diferentes jornais em diversos idiomas". Tendo em conta o baixo nível de alfabetização nos países africanos, a rádio apresentou-se como "um meio muito adequado ao modo de comunicar dos africanos, que cultivam acima de tudo a comunicação oral" (Borrat, 1994:623).

II. 1. A IMPRENSA EM ANGOLA

Pedro Alexandrino da Cunha, governador-geral de Angola entre 1845 e 1848, é, segundo Júlio de Castro Lopo[32], o fundador da imprensa de Angola. Foi durante o seu mandato que começou a ser publicado o *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*[33]. Pedro Cunha "tomou realmente posse do cargo a 6 de Setembro de 1845 e conseguiu que o número um do boletim se publicasse no dia 13 do mesmo mês. Deu-se assim cumprimento ao artigo 13.º do decreto de 7 de Dezembro de 1836, pelo qual se estabeleceu a organização administrativa para o Ultramar, e que é considerado a primeira carta orgânica para as ultramarinas possessões portuguesas" (1964:12). O artigo 13.º indicava que o boletim servia para publicar "ordens, peças oficiais, extractos dos decretos regulamentares enviados pelo respectivo ministério aos governos do ultramar; bem como notícias marítimas, preços correntes, informações estadísticas e tudo o que for interessante para conhecimento do público". A 3 de Julho de 1847, o nome da publicação é ligeiramente alterado para *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*. A partir de 1915, o boletim oficial surge dividido em duas séries. Nesta altura, o Major José Mendes Ribeiro Norton de Matos assumia o cargo de Governador Geral de Angola. Nova mudança é implementada a partir do dia 27 de Junho de 1922: o boletim é dividido em três séries. O título desta publicação fundada a 13 de Setembro de 1845 é simplificado a 27 de Junho de 1951: *Boletim Oficial de Angola*. Em 1964, Júlio de Castro Lopo escrevia que este era "o único órgão da imprensa de Angola, dos fundados no século XIX, que está em publicação" (1964:18).

II. 1.1. Os períodos da história da Imprensa em Angola

"(...) a evolução do jornalismo deste sagrado território português (...) acompanhou par e passo os caprichos da colonização, da agricultura, do comércio e da

---

[32] Júlio de Castro Lopo foi historiógrafo, conferencista e colaborador da *Notícia*. Viveu 40 anos em Angola. Morreu no início de 1971, em Valpaços.

[33] Apesar de hoje o *Boletim do Governo Geral da Província de Angola* não poder ser considerado uma publicação jornalística, na medida em que apenas transmitia informações meramente institucionais e governamentais, aceitámos a teoria do autor para não cair no anacronismo de analisar uma época do passado projectando nela os quadros mentais do presente (Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, Porto, 15.ª edição, 2009, p. 47).

indústria de Angola" (Lopo, 1964:20). A opinião é de Júlio de Castro Lopo que, na obra *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*, publicada em Luanda, em 1964, considera que a história do jornalismo de Angola se rege por três períodos distintos. O período inicial é designado por "primeiros passos do jornalismo", o segundo assume-se como "imprensa livre" e o terceiro é nomeado "jornalismo industrial e profissional".

O primeiro período nasce em Setembro de 1845, com o aparecimento do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*. "Para tudo chegava ou parecia chegar o Boletim Official, pois que diminutas eram então as necessidades do público europeu, o qual era em grande parte composto de colonos que tencionavam demorar-se poucos anos aqui, para depois regressarem ao reino e alguns deles ao Brasil – e por degredados que Portugal mandava para Angola em cumprimento de sentenças judiciais" (Lopo, 1964:25). Entre 1845 e 1866, o *Boletim do Governo Geral da Província de Angola* foi a única "publicação regular e periódica" a circular na Província. O cenário é alterado com o aparecimento de concorrência: a 6 de Dezembro de 1866 é publicado em Luanda o número 1 do semanário *A Civilisação da África Portuguesa*. Esta nova publicação, que marca o início do segundo período da história da imprensa de Angola ("imprensa livre"), segundo Júlio de Castro Lopo, apresenta-se como "semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa, particularmente de Angola e S. Thomé".

A designada "imprensa livre" abriu espaço, em Angola, para um "jornalismo episódico feito por criaturas geralmente das mais ilustradas do meio social e que tinham profissões definidas, as quais se sobrepunham, evidentemente, à tarefa de escrever para público em folhas de existência mais ou menos precária" (Lopo, 1964:26). A "imprensa livre", continua Castro Lopo, recebe amadores de várias classes sociais: "empregados comerciais, agricultores, negociantes e lojistas, magistrados judiciais, médicos, professores, missionários e clérigos, veterinários, oficiais de marinha mercante e de guerra, militares – e até indivíduos que permaneciam em Angola na situação de degredados" (1964:29). Este período trouxe novos "valores mentais" e defendeu "os interesses nacionais e dos míseros negros".

Por fim, o terceiro período do jornalismo angolano, o qual Castro Lopo designa por "jornalismo industrial e profissional", começa com o nascimento de *a província de*

Angola[34], jornal fundado pelo português Adolfo Pina[35], em Luanda, a 16 de Agosto de 1923. Começou por ser um semanário. Passou a bi-semanário a 4 de Agosto de 1924 e a diário da tarde, em formato pequeno, a 4 de Outubro de 1926. Nova mudança surge a 15 de Agosto de 1933: *a província de Angola* apresenta-se como diário da manhã em formato grande. Em 1963, conta Castro Lopo, este diário era considerado "um dos mais importantes jornais de Angola". Passados 88 anos, este jornal continua a existir, mas, desde a independência de Angola, com outro nome – *Jornal de Angola* – e outra "orientação editorial", como salienta Carla Baptista, em *Portugal no Olhar de Angola*: "O jornal funciona de modo tão entrosado com o sistema político que o seu entendimento obriga a uma reflexão sobre as práticas de manutenção do poder em Angola[36]".

Sobre os períodos da história da imprensa em Angola existe uma outra versão, apontada por A. Borges de Melo, em *História da Imprensa de Angola*. Comparativamente com a teoria de Castro Lopo, o autor opta por uma "sistematização cronológica mais adequada" e aponta seis divisões. A primeira começa em 1482 e termina no final do século XVIII. Este período dá a conhecer ao mundo Angola, através de várias publicações que, não podendo ser consideradas "jornais propriamente ditos", transmitem "descrição pormenorizada da terra, gente e costumes" (Melo, 1993:57). O segundo período apontado por Borges de Melo nasce a 13 de Setembro de 1845, com a fundação do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola,* e o terceiro é associado à criação do semanário *A Civilisação da África Portuguesa*, a 6 de Dezembro de 1866. Este período "demarca o aparecimento do jornalismo não oficial" (Melo, 1993:58). A 16 de Agosto de 1923, data em que é publicado o número 1 do jornal *a província de Angola*, começa o quarto período da história da imprensa de Angola. Foi graças à criação deste novo meio de comunicação social "que se lançaram as bases da profissionalização jornalística e da implantação de periódicos com assento em estrutura verdadeiramente empresarial" (Melo, 1993:140). O quinto período surge associado ao semanário *Notícia*, que se estreou a 19 de Dezembro de 1959 e que, como escreve Borges de Melo, "alcançou a maior dimensão jornalística entre todas as

[34] A designação desta publicação só inclui letra maiúscula no nome "Angola".
[35] Adolfo Pina nasceu no Porto em 1890 e foi para Angola em 1910.
[36] In Prefácio de *Portugal no Olhar de Angola* (2002).

publicações de Angola”. Por fim, o sexto período diz respeito ao pós-independência de Angola (11 de Novembro de 1975).

CAPÍTULO III: O HISTORIAL DA REVISTA *NOTÍCIA*

A revista *Notícia* nasce cerca de um ano antes do início da Guerra Colonial, "o acontecimento histórico mais importante da segunda metade do século XX português"[37]. O fim da revista dá-se um ano depois do desfecho da mesma guerra. Em cerca de 16 anos de vida, a *Notícia* levou os seus leitores dos quatro cantos do mundo aos quatro cantos do mundo.

A *Notícia*, propriedade da tipografia Neográfica, foi fundada a 19 de Dezembro de 1959 por António Alves Simões. Órgão de comunicação social com sede em Luanda, surge no mercado angolano como "semanário ilustrado" que chega ao público ao sábado[38] e custa 2$50[39]. Segundo o jornalista João Fernandes, quando criou a *Notícia*, António Alves Simões tencionava preencher a publicação com anedotas e passatempos. A partir de 1962, o cenário muda com a entrada de João Charulla de Azevedo. O ex-jornalista do diário de Luanda *O Comércio* foi convidado a dirigir a revista. Conhecedor do jornalismo praticado em Angola, Charulla de Azevedo convida outros jornalistas a juntarem-se à sua equipa e, segundo Júlio de Castro Lopo (1964:119), transforma a revista na "publicação mais popularizada de e em Angola". Em 1963, eram expeditos para todos os pontos da província 16 mil exemplares da revista[40] que já tinha 40 páginas.

---

[37] Carlos de Matos Gomes, in Manuel Themudo Barata *et al* (Dir.), *Nova História Militar de Portugal*, citação retirada da obra *Angola 61*, p. 173 (2011).

[38] Segundo o blogue Africandar, em texto escrito por António Gonçalves, "em Luanda procurava-se retê-lo de modo a ser exposto para venda ao sábado. Mas nas noites de sexta-feira já se via gente a folhear o 'jornal'". A publicação era impressa à quinta-feira, ao final da tarde. À noite, no mesmo dia, continua António Gonçalves, "seguia de maxibombo para o Lobito. Pelo caminho ia despejando, aqui e ali, o jornal, como sempre lhe chamámos. Até à Cela era pão com manteiga, mas quando se começava a descer o morro da Gabela, já não era brinquedo! Eu sei porque fiz uma vez a viagem no camion! Do Lobito, o jornal prosseguia a viagem para o Leste, de comboio. Não me lembro exactamente até onde, até onde durasse a sexta-feira, porque ao sábado estaria disponível em toda Angola."

[39] Em Março de 1964, a *Notícia* passa a custar cinco escudos e a ter 52 páginas. Em Setembro de 1971, o preço sobe para 7$50 e, na segunda metade de 1972, para 10$00. Segundo Eduardo Guimarães (ver apêndice D), a *Notícia* não era considerada cara para os leitores, provenientes essencialmente das classes sociais alta e média: "Preocupavam-se mais com o conteúdo da revista e com a sua independência editorial do que com o custo". Segundo João Fernandes (ver apêndice G), o preço aumentou de 5$00 para 7$50 com o intuito de reduzir a tiragem: "a tipografia já não aguentava mais e a administração decidiu subir o preço. Estávamos com uma tiragem que rondava os 50 mil exemplares". Para Moutinho Pereira (ver apêndice I), a revista era "acessível a qualquer pessoa da classe média" e "os aumentos de preço corresponderam ao aumento de páginas e à qualidade do papel", acompanhando também "o aumento do custo de vida em Angola".

[40] A *Notícia* começou por ter uma tiragem que não ultrapassava os quatro mil exemplares.

Para a história da revista importa também destacar a semana em que a *Notícia* não saiu à rua. Na edição de 26 de Outubro de 1963, a *Notícia* publica na capa a seguinte chamada: "...E até de hoje a quinze dias!". A revista fora suspensa e não seria publicada a 2 de Novembro de 1963: "A Comissão de Censura à Imprensa, por decisão tomada em 16 de Outubro corrente, resolveu punir este órgão de Imprensa com a pena de suspensão de publicação por um número". O motivo da punição não é revelado na revista, mas Moutinho Pereira recorda-se que estava em causa um texto que foi publicado sem respeitar os cortes previamente feitos pela censura.

A 6 de Fevereiro de 1965, o semanário publica "a primeira reportagem a cores na imprensa de Angola" e, no mesmo ano, a 7 de Agosto, anuncia uma "Nova etapa na vida deste jornal". O formato e o volume da revista sofrem alterações: "dimensões menos avantajadas, um formato mais manuseável, como o que hoje em dia, é seguido pelas magazines de todo o mundo". Na mesma edição, o leitor fica a saber que, graças a uma "impressora ultra-rápida", a *Notícia* sobe de tiragem para os 20 mil exemplares, valor que na semana seguinte passaria a ser de 30 mil. Este aumento é acompanhado por uma melhoria gráfica, uma vez que "o jornal passa a ser totalmente impresso em offset".

A partir de Agosto de 1965, o nome de todos os que fazem a *Notícia* passa a constar do jornal. A ficha técnica, que até então só fazia referência aos chefes, apresenta agora não só o nome de todos os jornalistas e colaboradores, como também o nome dos responsáveis pela publicidade, pela impressão e pela distribuição. É também em 1965 que o jornal passa a ser expedito à quarta-feira para garantir que ao sábado está em Angola, na Metrópole[41] e em Moçambique. No entanto, só a partir de 11 de Junho de 1966, a *Notícia* "é publicada simultaneamente em Luanda e em Lisboa".

Na edição de 5 de Março de 1966, a revista anuncia na capa que a "*Notícia* muda de dono". Apesar de não ter dinheiro para tal, Charulla de Azevedo compra a Neográfica[42]. A mudança fica a dever-se a desentendimentos entre Charulla de Azevedo e António Alves Simões: a gota de água foi causada por ajudas de custo que

[41] A revista era enviada para Portugal, no voo semanal da TAP, à quinta-feira, em rolos offset.
[42] "Os cinco mil contos necessários para o pagamento inicial foram-lhe emprestados por Caetano Barão da Veiga" (Pinto, 2011:89), empresário ligado à Companhia da União de Cervejas de Angola (CUCA).

António Alves Simões recusou pagar ao jornalista João Fernandes. Charulla passa a ser o editor do *Notícia* e, simultaneamente e provisoriamente, o director do mesmo, cargo que mais tarde é ocupado pelo seu pai, João Baptista dos Santos[43].

Em Junho de 1966, a *Notícia* passa a ter 100 páginas[44] e uma "edição metropolitana[45]" – "exactamente igual à de Angola, excepto nalguns anúncios". "Parecia um plano louco mas foi avante", recorda hoje João Fernandes. Esta novidade, que terminaria em Março de 1972[46], era dirigida "muito mais para os que passaram por Angola e agora, na Metrópole, têm saudades". Porém, Charulla de Azevedo não se contentava com a nova edição: "Esperamos que, ainda este ano, o *Notícia* tenha também uma edição em Lourenço Marques". A ideia não foi concretizada.

Em Outubro de 1966, a *Notícia* passa a contar com redactores em Macau (China), em Lourenço Marques (Moçambique) e na Cidade do Cabo (África do Sul). Em Março de 1967, a *Notícia* é designada como "O Jornal de João Charulla de Azevedo". Charulla morre e os jornalistas da revista prometem continuar a honrar as suas ideias avançadas para a época: manter o jornal jovem, irreverente e cem por cento ao serviço de Angola.



Em 1967, a *Notícia* era vendida em Angola, na Metrópole, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em Espanha (Salamanca e Madrid), na Alemanha (Colónia), na Guiné e em Moçambique. Na segunda metade do ano foi também posta à venda em Hamburgo, em Paris e em

---

[43] Segundo o artigo 2 do Decreto n.º 26 580 de 14 de Maio de 1936, o director de uma publicação tinha de ser uma pessoa de confiança a nível político, com "idoneidade intelectual e moral". Para Fernando Correia e Carla Baptista, em *Jornalistas: do ofício à profissão*, "essa circunstância conduziu, frequentemente, a uma situação de relativo apagamento da figura do director. O cargo foi amiúde exercido por pessoas que aceitavam a incumbência porque era prestigiosa, mas que não tinham qualquer ligação anterior, interesse ou competência específica" (2007:242).

[44] Em algumas edições, este valor foi ultrapassado.

[45] Inicialmente, a delegação de Lisboa estava situada no número 137 da Rua da Misericórdia. Mais tarde passou para o número 5 da Rua Edison. As matrizes em película de cada uma das páginas do jornal, feitas em Luanda, eram enviadas pela TAP para Lisboa. Só depois de revistas pela Comissão de Censura podiam ser impressas na tipografia Mirandela & C.ª.

[46] A 25 de Março de 1972, o semanário anuncia que esta era "a última semana em que a *Notícia* terá duas edições diferentes. A partir da próxima semana os leitores da Metrópole passarão a ter à disposição a edição de Angola." Prejuízos da versão metropolitana e redução da redacção de Lisboa originaram a extinção da edição.

São Paulo. Segundo Adulcino Silva, no início da década de 60, João Charulla de Azevedo já idealizava vender a revista também em Macau mas a ideia não se concretizou. Todavia, desde que começou a ser vendida na Metrópole, a *Notícia* passou a ter assinantes em Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Brasil e Hong-Kong. A *Notícia* estava a "conquistar o mundo", como anunciava a edição de 9 de Dezembro de 1967, desta e de outra forma. "Na Delegação de Lisboa do *Notícia* foi assinado contrato entre o nosso jornal e a Agência Europeia e Américas do Norte e Sul, das reportagens publicadas em *Notícia* com interesse internacional. Este contrato é consequência da crescente procura, nos mercados estrangeiros, do material aparecido no nosso semanário". De igual forma, a 27 de Julho de 1968, "Américo Rebordão Correia assina em Lisboa um contrato que garante à Agência Victor a distribuição mundial do material exclusivo do *Notícia*".

A 6 de Junho de 1970, o leitor da *Notícia* fica a saber que "o grupo CUCA passará, dentro em breve, a fazer parte do capital accionista da Empresa proprietária do *Notícia*. Muito provavelmente transformada em sociedade anónima, o *Notícia* poderá, portanto, vir a ser não propriedade dum homem mas sim de centenas (...) de accionistas. Mas uma coisa foi desde já ressalvada. Uma coisa de que temos muito orgulho: a independência da redacção". Esta redacção que seguia as linhas editoriais de Charulla de Azevedo considerava ainda que um "jornal para poder cumprir a sua missão tem de ser livre. Ser independente, ser um fio de telefone entre o jornalista independente e o grande público. Um jornal tem que ser um serviço público".

Em Angola, a *Notícia* destacou-se por ser o periódico "de maior tiragem e mais larga circulação". "O *Notícia* entrou a explorar a reportagem com vasta ilustração fotográfica sobre temas locais, a crônica ao bom estilo angolano, a matéria amena e de recreio, entremeada com 'broncas' sensacionalistas, a ponto de tornar-se leitura indispensável aos sábados" (Melo, 1993:182). O semanário *Notícia*, que "alcançou a maior dimensão jornalística entre todas as publicações de Angola" (1993:58), também apresentava como leitores as "famílias que tinham filhos ou parentes mobilizados em Angola e os militares que regressavam à Metrópole" (1993:183).

No blogue Africandar, a *Notícia* tem destaque e é apresentada como "a referência angolana de uma imprensa activa" e "um verdadeiro fenómeno de

comunicação nos tempos da 'antiga senhora'". Em textos de António Gonçalves[47], é revelado que, numa primeira fase, o *Notícia* dava mais destaque a Portugal do que a Angola. No entanto, poucos meses após ter sido lançada a primeira pedra, "Angola ganha espaço, desperta! Ainda sobra muito pr'ós portugas e a cohabitação parece possível". Em 1961, continua António Gonçalves, "o *Notícia* torna-se definitivamente angolano", isto depois de ter estado "um longo ano a deixar África e os africanos guardados na gaveta".

Contudo, Angola deu também espaço a outros países. Em 1965, escreve António Gonçalves no blogue Africandar, "o *Notícia* rompe tranquilamente as barreiras e traz, número a número, imagens da Pátria comum, do Minho a Macau, de São Tomé a Oliveira da Serra, do Porto à Guiné! Se fosse preciso ir ao Brasil, por mor da bola, ia-se, pois então! Às corridas de popós na África do Sul, pois então, claro. Vai (ia!) onde houvesse que ir. Isso é que distinguia o *Notícia* dos concorrentes de Lisboa e arredores…". António Gonçalves escreve mesmo que os jornalistas do semanário ilustrado tinham a "mania" de "estar em todas". O autor refere-se, por exemplo, ao trabalho realizado por Joaquim Cabral e Moutinho Pereira em 1969. "Dois enviados especiais do *Notícia* mantiveram-se vinte e um dias nos Estados Unidos da América para, em Cabo Kennedy e Houston, acompanhar momento a momento esse grande passo da Humanidade que foi a primeira chegada à Lua". A *Notícia* contava ainda que os "nossos enviados especiais foram os únicos representantes da Imprensa portuguesa em Cabo Kennedy, a cobrirem o lançamento da 'Apollo 11', entre profissionais de 53 países". Segundo Estrela Serrano, "uma das marcas que identifica um jornal 'de referência' é o número dos seus correspondentes no estrangeiro" (2006:49).

A *Notícia* foi silenciada em Março de 1975 pelo partido MPLA. Em 16 anos de existência, a *Notícia* soube "dar publicidade às opiniões dos leitores (…) sejam favoráveis ou não[48]". Nesta revista havia também espaço para todo o tipo de notícias, desde desporto a assuntos exclusivamente femininos. A publicação incluía um suplemento infantil denominado *Pica-Pau*.

---

[47] Ver apêndice B.
[48] Citação retirada da revista *Notícia* de 21 de Março de 1964.

III. 1. JOÃO CHARULLA DE AZEVEDO, "A ALMA DA *NOTÍCIA*"

João Charulla de Azevedo está ligado à revista *Notícia* desde 1962, ano em que passou a redactor principal da revista, depois de se despedir do jornal *O Comércio*, diário de Luanda onde trabalhava. "Ele transformou o *Notícia* num semanário como deve ser. Era a vedeta e representava o jornal", explica João Fernandes. No final de 1963 assume responsabilidades como director-adjunto e, em Março de 1966, compra a Neográfica, empresa proprietária da revista, por um milhão de dólares[49]. Na edição em que o negócio é anunciado, Charulla de Azevedo termina o anúncio com uma frase que não mais saiu do jornal: "Projecto o melhor, espero o pior e aceito de ânimo igual o que Deus quiser"[50]. Segundo Moutinho Pereira, este era o lema do novo proprietário da *Notícia*, um "franciscano espiritual", casado e pai de dois filhos.

Inicialmente, Charulla de Azevedo assume-se provisoriamente director do jornal, com a devida autorização do governador-geral de Angola[51]. A 7 de Maio de 1966, cessa funções de director, cargo que é ocupado pelo pai, João Baptista dos Santos[52], antigo oficial do Exército, formado em Matemática, que abandona o Ministério da Economia para exercer o cargo.

A 25 de Março de 1967, a edição é totalmente dedicada a Charulla de Azevedo. A "alma da *Notícia*", como lhe chama Moutinho Pereira, morreu vítima de ataque cardíaco aos 33 anos de idade[53]. *Morreu o melhor de nós* é o título de capa da edição da revista onde se pode ler, no editorial, que "sai do genérico o nome de João Charulla. Tanto como Editor como redactor-repórter (...). Mantém-se, contudo, neste jornal, o

---

[49] Valor referido por João Fernandes. Segundo o jornalista, João Charulla de Azevedo toma a decisão de comprar a Neográfica após um desentendimento com António Simões, o proprietário da empresa. O dono da tipografia havia recusado pagar ajudas de custo ao jornalista João Fernandes pela deslocação em serviço a Nova Lisboa. Charulla de Azevedo não concordou com a decisão. Antes deste episódio, a relação entre Charulla de Azevedo e António Simões já revelara alguns desacordos. A 28 de Agosto de 1965, é publicado no editorial da revista a seguinte nota: "Na sequência de um incidente de natureza interna, o jornalista João Charulla de Azevedo dirigiu-se ao Editor deste jornal pedindo escusa das funções que aqui desempenha. O assunto está a ser objecto de estudo".

[50] Esta frase, acrescentada à imagem de um leão, transforma-se em logotipo. A marca de Charulla surge quase sempre ao lado da ficha técnica. Ver anexo 1.

[51] Do ponto de vista legal, os editores de uma publicação não podiam assumir simultaneamente a função de directores.

[52] João Baptista dos Santos faleceu em Agosto de 1972, vítima de doença prolongada. Segundo José Filipe Pinto (2011:89), o pai morreu primeiro do que o filho, Charulla de Azevedo. No entanto, contrariamente, a notícia da morte do pai só é avançada na edição de 12 de Agosto de 1972.

[53] A viúva Maria Helena de Azevedo assume o comando da Neográfica.

seu nome (...) Deste número em diante NOTÍCIA passa a ter o seu nome prolongado. Será NOTÍCIA, o jornal de João Charulla de Azevedo[54]. Aquilo que sempre foi". A promessa foi cumprida até Março de 1975, mês em que a *Notícia* deixa de existir sem qualquer despedida. "Desapareceu na paisagem", diz Moutinho Pereira.

Charulla de Azevedo continuou a ser lembrado na *Notícia* através de *Notas Várias*, artigo de opinião que escrevia em vida e que continuou a ser escrito após a sua morte. Também para homenagear o homem que marcou a revista, em 1971, a CUCA institui o "Prémio João Charulla de Azevedo": "destina-se a galardoar um trabalho de jornalismo em que Angola seja tema predominante".

[54] Ver anexo 2.

CAPÍTULO IV: A CENSURA DO ESTADO NOVO

Entre 1961 e 1974, a *Notícia* foi filtrada pela Censura de Salazar e pelo Exame Prévio de Marcello Caetano. Salazar considerava que um jornal era "o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos"[55]. Marcello Caetano apregoou um certo liberalismo que, na prática, se traduziu na continuidade da mesma filosofia de Salazar. Graça Franco chamou-lhe "política de mudança de aparência[56]". Segundo Raul Rego[57] (1973), o "Exame Prévio de hoje é a Censura Prévia de ontem, ou seja, a maneira de um Governo ditatorial, a despeito da Constituição, dominar por completo a opinião pública e a orientar conforme lhe convém". Para Cândido de Azevedo, "dominar e orientar por completo a opinião pública, era na realidade o grande e único objectivo da censura, mesmo quando mascarada de 'Exame Prévio'" (1997:64). Em suma, e voltando a citar Raul Rego[58], a mudança de Salazar para Marcello Caetano reduziu-se à "reforma dos carimbos[59]": "pessoas[60], casas, métodos, são os mesmos. De tal forma são os mesmos, que nem foi preciso comunicar aos jornais onde era a sede do novo organismo do Exame Prévio quando este começou a funcionar. Toda a gente o sabia; e nenhum dos funcionários dos jornais se enganou no caminho".

IV. 1. A CENSURA ENQUANTO NOTÍCIA NO *NOTÍCIA*

Apesar de a Comissão de Censura dispensar protagonismo por não gostar de ser notícia (Pinto, 2011:238), na revista *Notícia* teve algum destaque. A 22 de Julho de

---

[55] Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcello Caetano* (Lisboa: Editorial Caminho, 1997), p. 337.
[56] Graça Franco, *A Censura à Imprensa* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993), p. 167.
[57] Citado por Cândido de Azevedo in *Mutiladas e Proibidas - Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo* (Lisboa: Editorial Caminho, 1997), p. 64.
[58] Raul Rego citado por Graça Franco, *op. cit.*, p. 167.
[59] Na Censura de Salazar, existiam os carimbos "autorizado", "autorizado com cortes", "suspenso" ou "retido" e "cortado". No Exame Prévio de Marcello Caetano, as marcas mudaram para "autorizado", "autorizado parcialmente", "demorado" e "proibido". Estas palavras carimbavam as provas tipográficas entregues em mão aos censores.
[60] Segundo José Filipe Pinto, "o ano de 1970 foi marcado por uma grande reestruturação nos serviços da Comissão de Censura de Angola, alteração (…) que se traduziu na substituição de quase todos os censores" (in *Segredos do Império da Ilusitânia – A Censura na Metrópole e em Angola*, Edições Almedina, Coimbra, 2011, p. 256).

1961, *Uma censura à Censura* era o título da página 3 da *Notícia*. O texto, que não está assinado e ocupa toda a página, começa por dizer "Nós somos pela Censura!" mas, continua, "discordamos (...) das razões colaterais que lhe desvirtuam o sentido". Da mesma forma, lia-se "Nós concordamos com a Censura!" mas, novamente, "estamos já um pouco cansados de ser censurados. Por isso, hoje (...) invertemos as posições: vamos censurar os censores". A missão estava assumida. O autor do texto considerava "antipáticas observações" as anotações do censor nas provas: "corte total", "suspenso", "com cortes". Estas palavras tinham várias consequências. Encontrar alguém com vontade de escrever um novo texto, parar as máquinas da tipografia, ouvir as reclamações dos trabalhadores por fazerem horas a mais, atrasar a distribuição dos jornais e aceitar as queixas dos assinantes que não recebiam a revista no dia previsto eram apenas algumas. Tudo isto enquanto "o bom do censor descansado da vida vai descansando do cansaço que nos pregou...". A meio do texto, o autor assume que felizmente "o corte total é raríssimo" e apresenta a explicação: "Dentro de cada jornal (...) existe uma censura prévia (...). Nós sabemos o que passa e o que não pode passar pela 'frieira'". Graça Franco traduz esta "censura prévia" por "autocensura": "O jornalista só escrevia o que achava susceptível de 'passar'; as chefias, preocupadas com a feitura do jornal, só deixavam passar o que não tivesse hipótese de ficar retido (a atrasar o jornal) nos serviços de censura; a Direcção só permitia o que não levantasse problemas à saída do jornal, e, por último, a prova seguia o caminho que a censura deliberasse" (1993:137). Segundo Mário Ventura[61], "não houve nenhum jornalista em Portugal dessa época que tivesse hipótese de fugir a este esquema, no mínimo estranho, que era o de aprender a censurar o seu próprio pensamento e a sua própria necessidade de expressão". Esta "defesa" representava uma "preocupação constante de escapar por entre as malhas da censura", em primeiro lugar, "fazendo a sua própria autocensura" e, em segundo, "tentando dizer as coisas nas entrelinhas, por forma a que os censores não as percebessem". Um bom exemplo de autocensura é dado por Hélder Freire[62] que, em Angola, viu o censor ir de férias à Metrópole e perguntar-lhe, antes de partir, se podia ir descansado - "Posso confiar em vocês?". O censor foi e veio e "não houve qualquer problema".

---

[61] Citado por Cândido de Azevedo in *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*, *op. cit.*, pp. 368-369.
[62] Ver apêndice F.

Continuando a analisar o artigo *Uma censura à Censura*, é no final do texto que é apresentada a maior "censura" à Censura. O autor falava da "diversidade de critérios". "Assuntos há que se forem submetidos à apreciação de determinados censores vêm de lá incólumes, enquanto que com outros… Tal diversidade de critérios torna os artigos, no que respeita à possibilidade ou impossibilidade de publicação, uma autêntica lotaria". No último parágrafo do texto, o autor pede que lhe seja explicado "em que lei vivemos". De facto, o próprio Salazar[63], em 1945, em entrevista ao *Diário de Notícias* e ao *O Século*, confirmou que a Censura era "uma instituição defeituosa, injusta, por vezes, sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor. Uma digestão laboriosa, uma simples discussão familiar, podem influir, por exemplo, no corte intempestivo duma notícia ou da passagem de um artigo"[64]. Em Junho de 1964, o Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA) organizou, na cidade do Luso, na província de Moxico, uma reunião que juntou representantes da imprensa não diária de Angola. Esta questão relativa aos censores foi citada como limitação à informação. Segundo M. Moreira da Silva, era recomendável "que os 'censores' de toda a Província se reúnam periodicamente para assentar em critérios comuns" (1964:14).

De acordo com Graça Franco (1993:136), "os jornalistas cedo se habituaram às disparidades dos censores, à benevolência de uns e à rigidez de outros. Tidos nas redacções como 'macróbios do exército', eram, de facto, na sua maioria, recrutados entre militares na generalidade em idade de reforma, ou já reformados, e trabalhando na Censura quase sempre a tempo parcial e a troco de um magro vencimento; imbuídos da mística do Regime, cumpriam, muitas vezes com excesso de zelo, as indicações recebidas (…)". Moutinho Pereira diz mesmo que "sabia até onde podia ir e ia sempre um pouco mais além. Umas vezes passava, outras não". Arthur Ligne[65], que por várias vezes recebeu "puxões de orelhas" da censura, considera que esta era "mais um papão do que uma realidade". Para Adulcino Silva, havia os censores "que compreendiam e os que não compreendiam".

---

[63] Citado por Cândido de Azevedo in *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*, *op. cit.*, p. 336.
[64] Marcelo Caetano defendia a mesma teoria, na medida em que considerava que a censura era executada por homens que tinham "os seus critérios de interpretação" e que, "por mais instruções que se emitissem, nunca se evitou a existência de certo arbítrio dos censores" (in Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 73).
[65] Ver apêndice C.

A 26 de Outubro de 1963, a Censura volta a ser notícia. Numa chamada de capa lê-se *... E até de hoje a quinze dias!*. Por motivos que não são apresentados, a *Notícia* fora punida pela Comissão de Censura à Imprensa com uma pena de suspensão de publicação de um número. A 2 de Novembro de 1963, a *Notícia* não saiu à rua.

Política Informativa e Censura Local é o título do artigo escrito por Henrique Rola da Silva. Publicado na página 19 da *Notícia* do dia 19 de Setembro de 1964, com direito a chamada de capa, o texto começa por referir que "A Censura é uma instituição imprescindível". "Cremos, porém, ser o hábito de censurar um dos maiores, se não o maior, dos inimigos do censor. Com o banalizar da actividade (...) todo o respeito pela opinião alheia vai sofrendo aos poucos um abrandamento, a ponto de a função se tornar reflexa, maquinal". Rola da Silva termina o texto com uma pergunta: "Não estará um pouco esquecido o melindre de que se reveste a ingrata missão do censor?".

A 7 de Novembro de 1964, a chamada de capa *Tudo pela Censura, nada contra a Censura...* leva-nos a ler o texto[66] da página 12. O artigo relembra que "a liberdade de imprensa é um direito absoluto (...) que, por sinal, levou muitos séculos a conquistar" e que, desta forma, em Portugal, a Censura "não se justifica". O texto revela também que, na Província, a Censura é menos rigorosa: "Nós, em Angola, beneficiamos de um regime de Censura menos duro que os jornais dos outros pontos do território nacional. Isso é verdade e deve-se, em grande parte, aos jornalistas teimosos que continuam a escrever como se não existisse censura (...). Também é facilmente verificável que os censores menos maus (...) são os militares. Duma forma geral o censor que é militar rala-se muito pouco com o facto do jornal atacar o Sr. A ou ferir os interesses do Sr. B".

A secção *Notas Várias*, escrita já em homenagem a João Charulla de Azevedo[67], publicada a 4 de Outubro de 1969, é, no mínimo, cómica. A página ostenta em letras de tamanho considerável que aquele número do jornal foi "Visado pela Comissão de Censura[68]". A secção divide-se em três textos. O primeiro, intitulado *A vida*, informa o

---

[66] Texto assinado por *Notícia – Semanário Ilustrado* (redacção).
[67] O texto, embora fosse escrito por João Fernandes, era da responsabilidade da redacção e assinado por *Notícia - Semanário Ilustrado.*
[68] A imprensa foi proibida de inserir este aviso a partir de Junho 1972.

leitor de que o "Sporting ganhou. O Benfica também. O Porto parece que fez a mesma coisa. Mas o Sporting vai à frente e o Benfica não vai. No próximo domingo logo se vê. (...) Importante é também referir aqui, nesta secção que normalmente utilizamos para comentar os assuntos mais momentosos da Nação, o facto do Agostinho, finalmente, não ter ganho a volta a Portugal em bicicleta". O segundo texto – *A chuva* – fala do tempo: "Por outro lado o clima não anda nada bom. Há sítios onde chove e sítios onde não chove, o que é sempre uma massada". *As moscas* é o título do terceiro texto. Aqui pode ler-se que as "moscas são um aborrecimento. Devia haver uma maneira de acabar com elas". Em suma, através da vida desportiva, da chuva e das moscas, que nada informam, são lançadas farpas, nas entrelinhas, contra a Censura. Segundo José Filipe Pinto, as três crónicas foram proibidas de ser publicadas pela Censura o que, na verdade, não corresponde à realidade (2011:252). Consultámos a *Notícia* na Hemeroteca Municipal de Lisboa e verificámos efectivamente que os três textos foram publicados na edição de 4 de Outubro de 1969.

Continuando a seguir uma ordem cronológica, na edição de 17 de Janeiro de 1970, é a vez de João Fernandes dar uma lição gramatical aos leitores na sua crónica *A chuva e o bom tempo*. *Gramática* é o nome do artigo que começa desta forma: "Sinto em mim, subitamente, um espírito didáctico". Nesta aula, João Fernandes dá ensinamentos sobre os pronomes, os adjectivos e também sobre os verbos regulares e irregulares. O verbo escrever, apresentado como regular, é declinado, a título de exemplo, no Presente do Indicativo: "eu escrevo, tu gostas, ele risca, nós fazemos outra vez, vós bocejais, eles acham bem". Nas linhas e entrelinhas é evidente uma alusão à Censura.

A crónica de João Fernandes faz por várias vezes referência à Censura. A 17 de Outubro de 1970, explica porque esteve afastado da secção durante um mês: "os meus pontos de vista são frequentemente censuráveis, o que justifica o silêncio". Este texto termina com a promessa de, naquela semana, "não falar de nada que incomode ninguém". Ainda em 1970, a 21 de Novembro, João Fernandes ocupa o seu espaço com sete linhas. "Na última conversa em família o professor Marcello Caetano afirmou: 'Não ganharemos nada em ignorar os problemas, em ocultar as realidades, em iludir as soluções'. Pergunta: Será que vai mudar a Censura à Imprensa em

Portugal?". A 2 de Janeiro de 1971, novamente na página de *A chuva e o bom tempo*, desta vez intitulada *Setenta e um*, João Fernandes dá a resposta à pergunta anteriormente referida. O jornalista assume ter esperança de que "(...) será em 1971 que acaba a Censura prévia. Sempre será menos um diabo atrás da porta". Sabemos hoje que tal não aconteceu.

Quem tem medo da liberdade de imprensa? A pergunta é o título de um artigo não assinado que ocupa três páginas da última edição de Janeiro de 1971. A peça aborda um colóquio que se realizou em Lisboa sobre a proposta e o projecto de lei de imprensa subscritos pelo Governo e pelos deputados Pinto Balsemão e Sá Carneiro. Também aqui se falou da Censura prévia.

No Natal de 1971, *Suspender* é o título da rubrica *A chuva e o bom tempo*, que começou a ser escrita em 1965 "uma vez por outra", segundo João Fernandes, e que, a partir de 1967, após a morte de Charulla de Azevedo, passou a ser publicada todas as semanas. "A regularidade deu-lhe também morada certa: esta, do fecho do jornal. A tal última página que nos últimos tempos vem frequentemente preenchida com um anúncio da Neográfica...". As reticências desta frase escondem o truque que a redacção usava para informar os leitores de que determinada edição tinha sido alvo de cortes por parte da Censura. José Filipe Pinto, que também entrevistou João Fernandes, explica o sinal em *Segredos do Império da Ilusitânia*: "(...) a revista *Notícia* encontraria uma forma de mostrar que, apesar de não apresentar as marcas do lápis da censura, elas tinham sido muito vincadas. Assim, a revista tinha um anúncio à Neográfica – a célebre 'Ferradura'[69] - que só aparecia quando a Comissão de Censura procedia a muitos cortes ou proibia a crónica *A chuva e o bom tempo* (...). A designação 'ferradura' ficava a dever-se à marca exibida por um camponês virado de costas e numa posição inclinada. Assim os leitores habituais já sabiam se a 'besta' - a Comissão de Censura – tinha dado coices violentos no camponês – o jornalista e os artigos" (2011:67). Voltando à crónica *Suspender*, João Fernandes avisava os leitores, que constantemente lhe perguntavam por que é que não voltara a escrever o seu texto, de que ia suspender a publicação de *A chuva e o bom tempo*: "É suspender que está na

[69] Ver anexo 3.

moda? Pois também eu suspendo. Até ser outra vez possível". O silêncio durou cerca de dois meses.

A rubrica *A chuva e o bom tempo* regressou a 26 de Fevereiro de 1972. *Fico* era o título da crónica. No próprio texto, João Fernandes assume que havia desistido de o escrever por falta de "paciência" – "Irritei-me. Se o que eu tinha para dizer não podia ser lido (...) melhor seria desistir. (...) Suponho que toda a gente passa por uma crise destas" – mas estava de volta – "Portanto fico. (...) O Fernando Pessoa não gostava que lhe pegassem no braço. Eu, pelo meu lado, não gosto que me empurrem".

Nova farpa dirigida à Censura surge a 18 de Março de 1972. Em *Notas Várias* é relembrado Charulla de Azevedo que morrera há cinco anos. Mesmo sem a "alma da *Notícia*", a revista não mudou: "Hoje como ontem não nos gabamos de escrever o que queremos. Mas gabamo-nos de não escrever o que não queremos".

A 3 de Fevereiro de 1973 é publicado em duas páginas um pequeno texto literário como legenda de uma fotografia de um embondeiro[70]. Segundo Moutinho Pereira, autor do texto, o trabalho foi realizado sob pressão porque a Censura tinha feito cortes e havia duas páginas em branco que tinham de ser preenchidas em pouco tempo. A fotografia perdida na secretária não só serviu de inspiração como também foi a solução para o problema: "Eia!, imbondeiro grande, chegou o tempo, chegou o tempo das chuvas, chegou o tempo da terra grávida parir os filhos da coragem. Que abram passagem, que abram passagem!". Segundo Moutinho Pereira, a mensagem que o texto transmite nas entrelinhas é "evidente" – "o embondeiro é Angola a florescer na liberdade" – todavia, tal evidência escapou aos censores. Uma vez que a Censura em Angola era "mais bruta" e "o bruto não vê as subtilezas", as duas páginas centrais foram publicadas e, conta hoje o jornalista, emolduradas por famílias angolanas que as expuseram "como quadros, pendurados na parede da sala".

O *Notas Várias* publicado a 9 de Março de 1974 mostrava solidariedade em relação ao *Observador*, semanário lisboeta que tinha chegado ao fim por falta de meios financeiros. "Um a um vão desaparecendo os jornais. Sem causar grandes alarmes porque se não são já tão parecidos uns com os outros como eram dantes,

---

[70] Árvore bombacácea das regiões tropicais, existente em Angola.

continuam a ter que dizer muitas coisas parecidas… Não seria tempo de começar a pensar numa qualquer maneira de deixar sobreviver uma Imprensa que já tem coisas demais contra si?...". Uma vez mais, há neste parágrafo uma alusão à Censura.

No início de Abril de 1974, Jaime Moreira é responsável por uma reportagem de 20 páginas, intitulada *Jornais e Jornalistas*. O texto começa por referir que "uma crise grave ameaça a Imprensa Mundial". "Carestia e racionamento de papel", "subida de tarifas postais", "onerosos contratos com agências noticiosas", "concorrência 'feroz' da rádio e da televisão" eram algumas das razões apontadas. Também neste trabalho, a censura, cuja primeira intervenção em Portugal remonta a 1451, "quando D. Afonso V mandou queimar as obras de Wicleff e João Huss", não é esquecida.

A 11 de Maio de 1974, quando a revolução do 25 de Abril ainda ocupava a capa da revista, João Fernandes anuncia o fim de *A chuva e o bom tempo*. *Acabou* foi o título da crónica. Agora que João Fernandes comandava um jornal "onde se pode escrever", a crónica deixava de fazer sentido. "Por isso, encerro aqui uma época. Oito anos andei eu a escrever esta secção. Talvez venha a ter saudades dela. Mas para já não tenho remorsos. Com tanta chuva a secção inchou e já não cabe aqui. Agora ela vai estender-se pelo *Notícia* inteiro".

A partir de Novembro de 1974, a *Notícia* apresenta uma nova secção intitulada *Recordar o passado*. Neste espaço que pouco tempo durou, eram publicados textos que, por força dos cortes da censura, nunca tinham sido lidos pelos leitores da *Notícia*. "Recordar tempos ainda recentes parece-nos oportuno até para não deixar que se torne mera legenda um tipo de repressão que durante anos e anos amordaçou a imprensa".

IV. 2. A CENSURA DA METRÓPOLE E A CENSURA DA PROVÍNCIA

João Fernandes apercebeu-se de que em Portugal a Censura era mais rigorosa do que em Angola quando a *Notícia* lançou a edição metropolitana. As matrizes da revista em película que a TAP transportava para Lisboa eram alvo de uma segunda dose de censura antes de serem impressas. "Em Portugal, a censura cortava textos que

em Angola eram publicados". Edite Soeiro, responsável pela delegação de Lisboa da *Notícia*, sabia que "lá [na Província] não saiam coisas sobre a Guerra do Vietname" e que "cá [na Metrópole] não saiam coisas sobre os estudantes[71]". Rodrigues Vaz, citado por José Filipe Pinto (2011:390), concorda com o facto de em Angola haver mais liberdade: "a PIDE em Angola era mais tolerante, em relação à etnia branca, que na Metrópole e até mostrava alguma 'consideração' por alguns jornalistas".

O jornalista João Fernandes considera ainda que na Metrópole se aceitava o lápis azul "como uma Bíblia" e que, contrariamente, na Província, as decisões dos censores eram alvo de reclamações[72]. "Havia diálogo entre a redacção e o censor[73]". Contrariamente, Fernando Farinha[74] assume que "a certa altura, a Censura desistiu de nós. Os censores ficaram convencidos de que éramos um caso perdido, que já não tínhamos emenda. Nós não levávamos nada a sério e a Censura também não nos levava a sério". Já em Portugal, diz Leston Bandeira[75], "as pessoas tinham muito medo"[76]. No entanto, Mário Ventura mostra-nos que, na Metrópole, havia excepções: "(...) o vespertino *República* não se conformava, não evitava incómodos, procurava sempre dar essas notícias [greves], mandava-as à censura sabendo que haveria cortes, protestava contra estes, refazia a notícia em novos moldes, voltava a envia-la à censura e assim, se não sempre pelo menos muitas vezes, acabava por publicar qualquer coisa[77]". No *Diário Popular*, em 1962, o secretário de redacção Francisco Pinto Balsemão, dava orientações aos jornalistas também no mesmo sentido: "Escreva em liberdade, a censura depois se quiser cortar, que corte[78]". Em 1973, já no semanário *Expresso*, Balsemão mostra alguma saturação em relação à censura, ao

[71] Edite Soeiro entrevistada por Isabel Ventura in *A emergência das Mulheres repórteres nas décadas de 60 e 70*, Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, Lisboa, 2007, p. 89.
[72] Segundo António Gonçalves, "nós podíamos reclamar porque, como se tratava de um semanário, tínhamos algum tempo".
[73] Para Arthur Ligne, a relação entre censor e jornalista "funcionava mais ou menos como a Assembleia da República nos tempos de hoje: nos plenários todos ralham com todos e dizem cobras e lagartos uns dos outros, mas ao almoço juntam-se em amena cavaqueira".
[74] Ver apêndice E.
[75] Ver apêndice H.
[76] Quando regressou a Portugal, Leston Bandeira ainda encontrou esse medo e "mentes fechadas" com dificuldades em "recorrer à imaginação". "Em Angola não existia a palavra impossível. Aprendi o significado cá".
[77] Mário Ventura citado por Cândido de Azevedo in *A Censura de Salazar e Marcello Caetano, op. cit.*, p. 367.
[78] Francisco Pinto Balsemão citado Carla Baptista e Fernando Correia in *Anos 60: um período de viragem no jornalismo português*, texto publicado na revista semestral n.º 9 *Media & Jornalismo, op. cit.*, p. 35.

admitir, anos mais tarde, aceitar as imposições do lápis azul: "Os censores propriamente ditos, quase todos militares na reforma, eram entidades misteriosas mas desinteressantes. (...) cedo aprendemos que não valia a pena discutir as decisões, porque não dispunham de poder nem de vontade para as alterar. A eles se aplicava, em pleno, a velha máxima praticada por todos os que detêm a possibilidade de impedir a liberdade de expressão: 'Na dúvida, corta.'[79]". Não ter em atenção os constrangimentos da censura enervava Acúrcio Pereira, chefe de redacção d' *O Século*. Avelino Rodrigues lembra-se de o ouvir dizer "Não me lixem, já sabem que isto não passa, estamos a perder tempo[80]". O mesmo acontecia no *Diário Popular*: "aquilo que normalmente era cortado pela censura, no *Diário Popular*, era cortado pelo chefe de redacção, por razões políticas. Quando os meus textos chegavam ao censor já iam tão retalhados que já havia nada que contar[81]".

Para Leston Bandeira, este comportamento algemado às imposições da Censura tornou os jornais da Metrópole, que também eram lidos em Angola, "desinteressantes". "Roby Amorim, ex-jornalista do *Diário Ilustrado* e d' *O Século*, constata que "os jornais tinham entrado num *rame rame* onde não havia criatividade, ninguém estava disposto a tentar fazer o que quer que fosse de novo. Não era preciso penar, era tratar o dia-a-dia normal, sem qualquer interesse[82]". Se para este jornalista da Metrópole uma das vantagens da Censura era o facto de não ser "necessário confirmar as notícias" – "Se deixasse passar, a notícia estava confirmada. Não havia hipótese das empresas serem processadas porque a censura tinha achado que estava muito bem[83]" -, para Adulcino Silva, que conheceu a realidade da Província, "uma das coisas boas da censura era obrigar-nos a puxar pela cabeça para dizermos o que queríamos sem cortes". Para Edite Soeiro, que conheceu as duas realidades (Metrópole e Província), foi em Portugal, enquanto jornalista da *Notícia*, que viveu "um período de grande liberdade", uma vez que podia escolher "os temas sobre os quais sentia ter algo a dizer[84]". Quando a censura limitava a liberdade da jornalista,

---

[79] José Pedro Castanheira, *O que a Censura Cortou* (Lisboa: Expresso, 2009), p. 9.
[80] Revista *Media & Jornalismo*, *op. cit.*, p. 31.
[81] Testemunho de Alice Vieira sobre a censura interna, retirado da Dissertação de Mestrado de Isabel Ventura, *op. cit.*, p. 86.
[82] Revista *Media & Jornalismo*, *op. cit.*, p. 28.
[83] *Idem.*
[84] Entrevistada por Isabel Ventura. Citação retirada da Dissertação de Mestrado da autora, *op. cit.*, p. 89.

Edite Soeiro não cruzava os braços: “nunca houve uma única peça que tivesse sido cortada, da qual eu não fosse lá reclamar[85]”.

IV. 3. A CENSURA MILITAR

Além da censura “civil” que, como já referimos, era muitas vezes feita por militares, existia também uma censura militar pela qual passavam todos os textos e imagens que estivessem relacionados com a Guerra Colonial. Como explica José Filipe Pinto (2011:242), este tipo de artigos era alvo de duas censuras, sendo que a censura militar fazia “alterações de forma a que não fossem dadas informações aos elementos inimigos”. Fernando Farinha conheceu bem a censura militar que jamais permitiu que se falasse de forma positiva dos inimigos das tropas portuguesas destacadas em Angola. Aliás, “qualquer referência à oposição e às suas principais figuras era cortada, mesmo que a prosa não fosse elogiosa para essas figuras” (Pinto, 2011:253). “Tudo o que soasse a oposição feria a vista dos censores” (Pinto, 2011:296). Ainda assim, houve excepções, ou seja, o dito inimigo chegou a ser notícia na *Notícia*, como veremos mais à frente. O outro lado da guerra era caracterizado por palavras como “terroristas”, “turras”, “bandoleiros”, “inimigos” ou “bandidos”. “Guerrilheiros”, conta Farinha, era palavra proibida para definir a dita oposição. Os militares portugueses eram os “heróis” e os “defensores de Angola”.

Fernando Farinha estabeleceu desde cedo uma boa relação com os militares, conquistando assim a sua confiança. Por várias vezes teve acesso a informação classificada e andava fardado sempre que acompanhava as tropas portuguesas. “Ganhei um certo estatuto”, confessa Farinha, que, admite, se limitava a contar o que via no teatro de operações. Esse estatuto fê-lo muitas vezes ficar pouco tempo com os censores militares: “olhavam para mim e perguntavam se estava tudo bem. Eu dizia que sim e eles nem liam os textos”. Farinha sabia o que podia dizer, não só pela experiência que adquirira enquanto jornalista mas também por já ter sido militar. O próprio fazia a censura antes de ser censurado.

---

[85] *Idem.*

"Desde os tempos imemoriais que os chefes militares se têm sempre preocupado com a necessidade de ocultar informação do inimigo e de lhe fazer crer numa realidade fictícia. Quanto mais errada é a informação que o inimigo tem sobre a real situação no terreno, mais fácil será a tarefa de o surpreender e derrotar[86]". Além de ser visto como uma arma contra o inimigo, o jornalista era também um elemento moralizador das tropas, que contribuía inocentemente nas acções psicológicas sobre os militares, levadas a cabo pelo Governo, que tinha como objectivo, neste caso específico, "reforçar no combate a convicção de estar a lutar por um objectivo comum a toda a sua comunidade[87]".

Sobre a forma como os textos chegavam às mãos da censura militar existem duas versões. Fernando Farinha recorda que era ele próprio quem levava os seus textos e imagens ao Gabinete de Censura Militar, instalado no Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, em Luanda. "Este era o meu esquema. Eu funcionava à parte de todos", conta o jornalista. Contrariamente, João Fernandes diz que todos os textos e fotografias eram entregues à dita censura "civil" que depois se encarregava de fazer chegar aos militares os artigos que estivessem relacionados com a Guerra Colonial, se assim entendessem ser necessário. Moutinho Pereira acrescenta que, "em todos os jornais e revistas, havia sempre uma pessoa que só levava textos para a censura e os trazia de volta".

---

[86] José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 195.
[87] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Guerra Colonial* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000), p. 271.

CAPÍTULO V: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GUERRA COLONIAL NA *NOTÍCIA* - FACES DO CONFLITO

Para Eduardo de Sousa Ferreira, "anteriormente ao início das revoltas armadas nas colónias, a imprensa era um dos sectores negligenciados pela política portuguesa colonial. (...) em primeiro lugar, não interessava a Portugal manter a população informada do que se passava; em segundo lugar, a influência da imprensa era limitada, devido ao quase total analfabetismo"[88]. O aparecimento de movimentos de libertação alterou este cenário. "O governo colonial e os colonos brancos reconheceram a importância de serem mais bem informados e as potencialidades da imprensa para fins de propaganda[89]". Em 1961, em Angola, existiam 31 periódicos, valor que em 1970 subiu para 94[90], todavia continuava a existir uma população maioritariamente rural que não tinha acesso aos jornais e periódicos que eram "publicados nos centros urbanos e, por deficiência de transporte, possuíam um raio de distribuição muito limitado[91]".

A Guerra Colonial fez parte da agenda da revista *Notícia* desde o primeiro semestre de 1961. E assim foi até 1974. Ao longo dos 13 anos de guerra, o conflito chegou aos leitores de diversas formas, desde visitas oficiais de altas entidades à Província até condecorações de militares, passando também pelas lutas que se travavam na Guiné e em Moçambique. Muito se escreveu mas nem tudo se revelou. Afinal, "ninguém capta tudo o que existe lá fora[92]" e "com as palavras jamais se chega à verdade[93]". Dentro desta parcela incompleta, estão várias faces da guerra, sendo algumas delas analisadas neste capítulo. Procurámos dar a conhecer como foi feita a cobertura jornalística da Guerra do Ultramar na revista *Notícia* em Angola. Neste

[88] Eduardo de Sousa Ferreira, *O fim de uma era: o colonialismo em África* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977), p. 173.
[89] *Idem.*
[90] *Idem*, p. 174.
[91] *Idem*, p. 177.
[92] David Krech e Richard Crutchfield citados por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 45.
[93] Friedrich Nietzsche, citado por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 46.

período, encontrámos informação mas também "desinformação[94]". "Informação jornalística independente e propaganda apresentada como jornalismo coexistem em períodos de crise e de guerra. Distinguir a primeira da segunda é por vezes muito difícil[95]".

V. 1. 1961 - COMO É QUE A GUERRA SURGIU NO *NOTÍCIA*?

Na *Notícia*, em 1961, a Guerra Colonial em Angola começou de forma pouco declarada e informativa, o que não é de estranhar tendo em conta que não se adivinhava um conflito que duraria 13 anos. Se em Janeiro nada havia a registar, em Fevereiro e Março a situação manteve-se[96]. A 1 de Abril de 1961, um texto mais literário que jornalístico, intitulado *Luanda protestou*, dava conta de uma manifestação, em Luanda, contra "brutais acontecimentos que nos enlutaram a todos". O texto, sem assinatura, ocupava uma página que continha também duas fotografias de um edifício onde se viam vidros partidos, consequência do protesto.

Maio é um mês mais rico em notícias referentes à Guerra Colonial. No dia 6, o destaque é dado "às tropas e material" que "chegaram esta semana a Luanda" nos paquetes "S. Thomé" e "Niassa". Neste artigo, o leitor fica ainda a saber que o transporte de "moços" está também a ser feito por via aérea. As fotografias deste artigo – de militares a desfilarem na marginal de Luanda, recebidos em festa pela população –, intitulado *Promessa que se cumpre*, foram cedidas pelo Gabinete Fotográfico do CITA[97] (Centro de Informação e Turismo de Angola). Ao longo de todo o ano, esta "colaboração" mantém-se. No dia 20, a capa da *Notícia* é feita com uma

[94] "Informação falsa de aparência credível, fabricada para influenciar eficazmente a opinião pública segundo os objectivos dos desinformadores" – in Fernando Cascais, *Dicionário de Jornalismo* (Lisboa: Editorial Verbo, 2001), p. 203.
[95] *Idem*, p. 203.
[96] Os acontecimentos de 4 de Fevereiro – ataques à Casa de Reclusão, ao quartel da PSP e à Emissora Nacional – e de 15 de Março – início dos ataques da União das Populações de Angola (UPA), no Norte de Angola, contra os colonos portugueses e algumas populações negras, que causaram centenas de vítimas – não foram noticiados em 1961.
[97] O CITA, criado em 1959, sob a jurisdição do Governador-Geral e a superintendência geral da Agência-Geral do Ultramar (AGU), de Lisboa, tinha como principal objectivo "formar e dirigir a opinião pública", como explica Eduardo de Sousa Ferreira. "Distribuir artigos para os serviços de noticiários a pequenos jornais e estações de rádio" era uma das funções do CITA. A AGU impedia "actividades de imprensa e da rádio que pudessem ser interpretadas como ameaças para a paz e a segurança" (1977:166-167).

fotografia de militares a desfilar na marginal de Luanda. No interior, o leitor encontra duas páginas sobre o tema de capa. *O povo de Luanda recebe os defensores de Angola* foi o título escolhido. No pequeno texto pode ler-se que "o barco era outro (…) porém o cenário (…) era o mesmo; a multidão também era absolutamente a mesma – a população de Luanda – e os soldados eram de facto os mesmos – soldados de Portugal!" A única diferença era mesmo a quantidade de soldados: desta vez era ainda maior. Também nesta edição, a *Notícia* recorre ao humor para falar dos militares, prática usual ao longo da cobertura jornalística da guerra. "Está provado que os caçadores especiais que vieram da Metrópole são mesmo especiais. Além das provas militares que estão dando (…) têm-se mostrado peritos a caçar madrinhas (...). Mas há mais: a nós, parece-nos também que até os paraquedistas também são caçadores. Pelo menos andam também à caça e ninguém os vê de pára-quedas". Na página 3, num texto assinado por C. N. (*Agora que tanto se fala…*) é referido que "Angola tem muito de virgem, e passível de ser aproveitado". O texto traduz-se num convite ao investimento de capital da Metrópole em Angola. "Sim! Podem empregar aqui o seu dinheiro, financiando a cultura da oliveira e da vinha. (…) Podem mandar para cá grande número de homens e mulheres para as vindimas e para a apanha de azeitona (…). Podem, inclusivamente, mandar os seus próprios filhos, cooperar, em paz, no futuro desta terra grandiosa. Sim, em paz, e não para a guerra, como agora foram obrigados". A palavra "guerra" surge no *Notícia* pela primeira vez cerca de três meses após o início do conflito. Ainda em Maio, há mais referências ao tema. No dia 27, Cruz Leal assina o texto *Nem só com armas se ganham guerras*, frase proferida pelo Capitão Rui Mendonça no Alto Dande onde foi hasteada a bandeira de Portugal, na aldeia de Quissoma. O texto inclui a palavra "bandoleiros" – que espalharam "sementes de ódio" pela população – e o nome "Salazar", que foi lembrado na cerimónia.

Em Junho, no dia 17, uma criança de raça negra, preenche a capa da revista. A fotografia, uma vez mais cedida pelo CITA, "sintetiza bem a inocência (…) das gentes que vivem em Angola. Fogo e sangue correm por esta nossa Angola por entre a vida de inocentes como este que culpas não tem de alguma coisa. O olhar cândido do petiz pede a paz". No interior, em duas páginas, uma reportagem fotográfica mostra 11 "imagens da nossa dor". Na última edição de Junho, o CITA ilustra o texto *Do tractor à*

metralhadora. Comerciantes e agricultores do Negage largaram "os seus afazeres para se concentrarem numa defesa que é, antes de tudo, a defesa da própria pele".

Uma fotografia do novo governador-geral de Angola que acumula também a função de comandante-chefe das Forças Armadas em Angola[98], o General Venâncio Deslandes, abraçado a uma mulher de raça negra, ocupa a capa da *Notícia* a 1 de Julho. No interior, duas páginas ilustram a recepção do novo governador "embora tardiamente". O General é visto como alguém que vai reinstalar a paz em Angola. Também em Julho, a chegada de novos militares vindos da Metrópole volta a ser noticiada – "Vêm servir a Pátria e... caçar madrinhas. (...) as madrinhas já estão esgotadas. Temos pena... mas viessem mais cedo..." A capa da edição do dia 8 é dedicada a um militar, munido da sua arma, a alimentar-se. A "rapaziada" está em estágio e a *Notícia* aproveitou para "privar com os soldados", a quem "não há nada que tire o apetite". Nesta reportagem, que dá a conhecer "os bastidores da tropa", começa o estreitar de laços entre militares e a redacção da revista.

Agosto é mês de revelar "o que resta" da vila Úcua (reportagem de Brandão Lucas, publicada a 5 de Agosto de 1961). O jornalista junta o passado vivido "em tempos de paz" ao presente marcado "pelas mãos impiedosas dos facínoras". A 12 de Agosto, duas páginas e meia intituladas *Crónica de Bordo* (reportagem da autoria de Brandão Lucas) acompanham uma viagem entre Luanda e Ambrizete. A bordo do navio Pero Escobar, seguiam entre militares "sete estranhos atirados de chofre para um mundo diferente do quotidiano". Eram jornalistas que acompanhavam a "malta". Brandão Lucas fazia parte do grupo que relatou o dia-a-dia dos militares a bordo da embarcação. Na mesma edição, outras duas páginas apresentam a reportagem *Café no Terreiro* (texto de Carlos Pereira e fotografia de Joaquim Cabral do CITA). Trabalhadores apanham o café sob protecção das Forças Armadas. No dia 19, a capa é ocupada por uma fotografia de João Cabral "obtida no momento preciso em que os terroristas iniciavam um ataque de emboscada a uma coluna militar em missão no Norte de Angola". A reportagem fotográfica tem como título *Acção*. Oito fotografias legendadas contam a história onde "briosos soldados" e um corajoso fotógrafo são

---

98 Havia "conveniência em concentrar na mesma pessoa os cargos civis e militares" (in *Guerra Colonial, op. cit.*, p. 577).

surpreendidos pelos terroristas que só não aparecem nas imagens porque "as lentes das máquinas fotográficas não conseguem devassar a impenetrável confusão dos arbustos, capim e árvores". Esta reportagem, feita pelo CITA "a pedido do Rádio Clube de Moçambique", foi "a primeira imagem fotográfica de um autêntico momento de acção no Norte de Angola". O mês fica ainda marcado por condecorações, "mais soldados desembarcados em Luanda", exercícios de treino militar, anúncios de festas para animar os militares e uma missão dos "bravos voluntários da 1.ª companhia" na qual é capturado um "turra". Como veremos mais à frente, a entrada das forças portuguesas em Nambuangongo foi noticiada enquanto passado, seis anos depois.

A primeira edição de Setembro traz, na capa, uma largada de pára-quedistas, recolhida em fotografia pelo CITA. No interior é retratado o cenário em que a imagem foi captada - "momento único na vida de um repórter". Na edição do dia 23 surge uma nova fotoreportagem, agora de Carlos Moutinho, sobre "os objectivos dos terroristas no Norte". No entanto, as legendas das imagens não revelam os referidos objectivos. Ainda em Setembro, a *Notícia* dá destaque à comemoração do Dia da Polícia, que serviu para homenagear os que "caíram em defesa da Pátria", e a um "miúdo" chamado Serafim que um grupo de militares conhecido por "Secção Tempestade" adoptou quando o encontrou "perdido".

Em Outubro, Angola recebe uma imagem da "Mãe de Deus", "enviada pelas mães da Metrópole" e transportada para a Província pela Força Aérea Portuguesa. Luanda parou para a receber. "Oxalá a sua chegada seja prenúncio de paz e sossego para todos nós".

No mês de Novembro, três capas da *Notícia* relembram que há guerra em Angola. A capa da primeira edição do mês é dedicada ao "regresso" a casa de populações nativas que tiveram que abandonar as suas terras por causa dos terroristas. No grupo estavam alguns ex-bandoleiros que se tinham rendido e que no momento entregaram as suas armas aos soldados portugueses. As imagens são cedidas pelo CITA.

No dia 11, a Marinha assume o protagonismo da *Notícia* – militares fardados a rigor posam para a fotografia no exterior de uma embarcação. Em duas páginas, a revista escreve que *A Marinha cumpre*. O quê? Uma "acção bastante completa para

acabar, prevenir e remediar os efeitos do terrorismo". Por fim, no dia 16, a *Notícia* usa pela primeira vez um título na capa: *Chitado: morte inglória!*. As três palavras juntam-se a uma fotografia que apresenta um avião militar destruído (C 47 Dakota). A capa leva-nos a procurar uma reportagem de duas páginas intitulada *Mais dor a juntar a tanta dor já sentida*. A peça pouco reveladora sobre o acidente é acompanhada de fotografias do funeral e de elogios a uma das vítimas: o General Silva Freire, comandante da Região Militar de Angola. Ficou por dizer que morreram ainda 14 militares do Exército e da Força Aérea[99] e que o acidente se deveu a erro humano. Este assunto voltou a ser notícia a 6 de Janeiro de 1962.

No último mês do ano, a *Notícia* continua a divulgar a chegada de novos contingentes militares, transportados agora pelos paquetes "Angola" e "Império", que assim que chegam a Luanda desfilam pela Avenida Marginal. *Treino de guerra para garantia da paz* é o título da reportagem, tema de capa, da edição do dia 16. Joaquim Cabral, do CITA, acompanha exercícios realizados pelos Fuzileiros Navais em Moçâmedes. Na última edição do ano são também notícia as mensagens de Natal dos soldados para as suas famílias.

Em 1961, a *Notícia* dá a conhecer a guerra que o CITA[100] quer que se conheça. Muitas imagens para pouca informação, onze capas sobre o tema e maior destaque dado às tropas portuguesas em detrimento dos terroristas resumem o primeiro ano da Guerra Colonial. Os acontecimentos que marcaram o início da guerra - a 4 de Fevereiro e a 15 de Março - não são noticiados em 1961. Só serão notícia pela primeira vez em 1962, num balanço feito sobre a guerra. Até 1974, repetem-se os balanços do conflito reveladores de que "a guerra continua". Factos anunciados enquanto passado têm menor impacto na opinião pública.

Este primeiro ano contradiz o capítulo sobre a censura em que os jornalistas da *Notícia* defendem que "lutavam" por um jornalismo livre de propaganda. Olhando para trás, há muita propaganda e pouco jornalismo. Há que ter em conta que, neste primeiro ano, Charulla de Azevedo ainda não fazia parte da equipa de redacção. A sua vinda para o jornal, em 1962, alterou, de facto, a forma de noticiar os acontecimentos.

---

[99] *Guerra Colonial, op. cit.*, p. 576.
[100] Todos os textos e fotografias do CITA eram identificados como tal. Por vezes, continham também o nome do autor.

Segundo Eduardo Guimarães, o CITA, "informador e censor do Governo", não queria "assustar a opinião pública" numa altura em que a guerra ainda era "novidade". "Acredito também que nessa época o *Notícia* não tinha estrutura para fazer essas coberturas. A chegada do Charulla ao *Notícia* foi fundamental, não só na transformação da linha editorial, como também na melhoria do quadro de funcionários".

V. 2. QUEM ERAM OS JORNALISTAS?

A cobertura jornalística da Guerra Colonial, em Angola, foi feita por quase todos os jornalistas que trabalharam na redacção do *Notícia*. No entanto, Moutinho Pereira e Fernando Farinha foram os que produziram mais peças jornalísticas sobre o tema. O primeiro confessa não ter visto a guerra, uma vez que cobriu a parte Leste onde "não se passava nada", mas o segundo, responsável pela zona Norte do país, encontrou-a, não só como repórter mas também como militar.

Não tendo formação em jornalismo, a tarimba foi a escola dos jornalistas do *Notícia*, portugueses e angolanos, que exerciam a profissão a tempo inteiro. Sobre o vencimento não havia razões de queixa (muito pelo contrário) até porque o tempo para o gastar era reduzido. A redacção era constituída por poucos jornalistas – "poucos mas bons. O Charulla escolhia os melhores[101]" - e era necessário "trabalhar desmesuradamente", como admitiu João Fernandes. Edite Soeiro[102], que chefiou a Delegação de Lisboa do *Notícia* entre 1966 e 1973, assumiu elevada dedicação à profissão[103]: "três dias depois do meu filho nascer já estava a trabalhar". As horas a mais dadas à casa diariamente e as folgas não gozadas[104] (nem lembradas à chefia) eram factores pouco importantes quando comparados com o amor à profissão[105] e

[101] Citação de Moutinho Pereira.
[102] Edite Soeiro, que dirigiu a delegação de Lisboa da *Notícia*, nasceu em Angola em 1934. Começou a trabalhar n' *O Intransigente*, em Benguela, e, em 1962, muda-se para a Metrópole, onde passou também pela revista *Flama*.
[103] In Dissertação de Mestrado de Isabel Ventura, *op. cit.*, p. 89.
[104] Segundo João Fernandes, "não havia necessidade de folgar".
[105] "Jornalismo não é profissão, é vida" – citação retirada de *Angola, terra prometida*, de Ana Sofia Fonseca (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), p. 260.

também, ainda que inconscientemente, com a perspectiva de progressão na carreira: "tínhamos hipóteses de crescer no *Notícia*[106]". A tudo isto juntavam-se boas condições de trabalho[107], ajudas de custo para deslocações nacionais e internacionais e um bom ambiente na redacção entre colegas e chefias – "éramos uma família", diz hoje Fernando Farinha; "entre nós reinava o espírito de colaboração e amizade", recorda Eduardo Guimarães. Na edição de 25 de Março de 1967, dedicada à morte de João Charulla de Azevedo, na página 77, pode ler-se que "Quase diariamente João Charulla abandonava, por uns momentos, ao fim da tarde, o seu gabinete e vinha sentar-se entre os seus colegas de Redacção para uma amena troca de impressões. Destas conversas, normalmente divertidas, nasceram muitas ideias para algumas das mais famosas iniciativas do *Notícia*".

"Até meados dos anos 60, a admissão de novos jornalistas baseou-se quase exclusivamente em conhecimentos pessoais[108]". De facto, Charulla de Azevedo formou a redacção com elementos que conhecia ou dos quais tinha boas referências. Fernando Farinha, João Fernandes e Moutinho Pereira, a título de exemplo, entraram na *Notícia* a convite de Charulla. Outra porta de entrada em redacções, entre várias, era "o peso das relações familiares[109]": João Fernandes começou a trabalhar no jornal *O Comércio* com a ajuda do irmão, António Gonçalves; António Gonçalves entrou na *Notícia* a convite de João Fernandes. Experiência na área era também uma vantagem para quem queria seguir carreira no jornalismo. Destaque ainda para características como "escrever bem", "ter cultura geral avançada" e "ser curioso", como referiu Leston Bandeira que não via no jornalismo uma profissão mas sim "uma devoção", que se abraçava com "muito entusiasmo".

Pela *Notícia* passaram nomes hoje conhecidos a nível literário como Herberto Hélder e Natália Correia. A entrada de Herberto Hélder é indicada na edição de 3 de Abril de 1971, em *Notas Várias*. O recém-chegado à redacção era apresentado como "um dos grandes nomes da poesia contemporânea portuguesa": "De Herberto Hélder

---

[106] Citação de João Fernandes.
[107] Moutinho Pereira fala de uma "redacção espaçosa e bem iluminada" e de "automóveis de alto rendimento para as longas estradas". Eduardo Guimarães refere que as condições eram "óptimas", "sem luxo mas funcionais".
[108] Fernando Correia e Carla Baptista, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Editorial Caminho, Lisboa, 2007, p. 309.
[109] *Idem*, pp. 309-310.

apetece-nos dizer que é poeta, mas não é parvo. Homem lúcido e terrivelmente atento, aceitou iniciar-se numa profissão (...) que o atrai (...). Consiga ela apaixoná-lo e o Jornalismo português terá recrutado um excelente elemento".

Sendo a redacção da *Notícia* maioritariamente masculina e jovem, num país em guerra onde existia o Serviço Militar Obrigatório, vários foram os jornalistas que deixaram a redacção para servir a Nação e também vários os que depois de cumprida a missão voltaram. Estas viagens, entre a guerra e o jornalismo, são noticiadas na *Notícia*. A título de exemplo, na edição de 4 de Fevereiro de 1969, é notícia a ida do repórter fotográfico Lucas de Sousa "para a tropa": "vai trocar as suas roupas civis pela farda do Exército Português. Todavia, as suas aptidões profissionais são de molde a supor que, mesmo nas Forças Armadas, sejam convenientemente aproveitadas e continuemos a contar com trabalhos seus nas nossas colunas[110]". No entanto, segundo o Plano de Informações de Janeiro de 1964 da 2.ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Angola (RMA), esta colaboração estava sujeita a autorização superior. "Aos militares em serviço na RMA é vedado o exercício da profissão de jornalista. A colaboração eventual em órgãos de Imprensa ou da Rádio obriga a prévia autorização do General Comandante da RMA sobre requerimento dos interessados".

Anos mais tarde, já no século XXI, após o fim do Serviço Militar Obrigatório, em Novembro de 2004, pessoas com este duplo conhecimento – jornalismo e "tropa" – eram uma "espécie em vias de extinção[111]". Se, por um lado, o facto de o jornalista já conhecer a vida militar pode afectar a objectividade da reportagem, o seu desconhecimento pode acartar erros e pouca clareza na exposição da informação[112]. Segundo Carlos Santos Pereira, o "divórcio entre militares e jornalistas" tornou-se "cada vez mais fundo[113]" a partir do momento em que o Serviço Militar Obrigatório foi abolido. O autor dá como exemplos os casos dos Estados Unidos (1973) e da Grã-Bretanha (1962). "Doravante, muitos repórteres que acompanhariam acções militares não teriam qualquer experiência no domínio da guerra e fariam exigências

[110] Hoje, tal não seria possível. Segundo o artigo 3.º do capítulo I do *Estatuto do Jornalista* (Lei n.º 1/99 de 13 de Janeiro), o "exercício da profissão de jornalista é incompatível com o desempenho de (…) serviço militar (…)".
[111] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 120.
[112] Capitão Miguel Machado citado por Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 233.
[113] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 65.

completamente irrealistas que irritariam os militares. O que, por sua vez, criaria nos jornalistas ressentimentos contra os militares. Gerou-se, assim, um sentimento de incompreensão mútua[114]".

V. 3. RELAÇÃO ENTRE MILITARES E JORNALISTAS

"Não há reportagens de guerra neutras e, muito menos, que tomem partido pela outra parte. (...) Na guerra, ou se está de um lado, ou do outro, e a terra de ninguém é a mais perigosa de todas[115]". Na *Notícia*, a posição, assumida ou não, fixava de forma evidente os soldados portugueses. Segundo Fernando Farinha, não havia outra hipótese uma vez que eram os militares que lhes garantiam segurança e condições de logística na cobertura da guerra. Ainda assim, Farinha garante que os jornalistas da *Notícia* eram imparciais: "nós só contávamos o que víamos". E, de facto, só viam um dos lados, "a partir da lente míope facultada pelas milícias do seu país[116]". "Sabe-se, contudo, que a imparcialidade se torna uma figura de retórica quando, como é o caso, os jornalistas dependem para a sobrevivência diária – alimentação, transporte, assistência médica e apoio técnico – daqueles sobre quem escrevem[117]". Ao "desafio gigantesco" apontado por Estrela Serrano juntava-se a censura que jamais permitiria que se criticassem os "valorosos soldados" que lutavam pela Nação. O estado de espírito dos militares não podia ser minado pela imprensa e, da mesma forma, nem todas as informações podiam ser noticiadas porque, acima de tudo, estava a segurança dos soldados. Estes eram argumentos que ditavam regras seguidas pelos jornalistas da *Notícia*.

Todavia nem só os jornalistas tinham interesse nos combatentes. Também era do interesse dos militares que o trabalho desenvolvido em prol da Nação fosse de conhecimento público. "Era sempre bom transmitir a ideia que a situação estava sob

---

[114] *Idem*, p. 65.
[115] Carlos de Matos Gomes e Fernando Farinha, *Guerra Colonial – Um Repórter em Angola* (Lisboa: Editorial Notícias, 2001), p. 25.
[116] Sofia da Palma Rodrigues, *Guerra Colonial: Que Jornalismo? – Como o jornal O Século abordou o início do conflito ultramarino português* (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Estudo dos Media e do Jornalismo, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011), p. 10.
[117] Estrela Serrano, *op. cit.*, p. 48.

controlo e a evoluir favoravelmente, mesmo que a realidade teimasse em querer mostrar o contrário[118]". Os jornalistas, além de darem visibilidade ao "bem" que os soldados faziam e consequentemente ganhar o apoio da opinião pública, serviam também para elevar a moral das tropas que se sentiam importantes com a presença da imprensa. "A braços com ambientes adversos, assaltados, quantas vezes, por sentimentos de incompreensão, de angústia e de certa solidão ou mesmo por algumas dúvidas quanto ao sentido da missão que lhes foi atribuída -, é por vezes bem perceptível nos militares (...) a necessidade de desabafar, de comunicar o que sentem e o que vêem, e de procurar no jornalista um confidente – ou mesmo de ceder ao impulso de algum protagonismo mediático[119]".

Segundo Carlos Santos Pereira, "a cobertura mediática das operações militares pode funcionar como 'force multiplier' ('multiplicador de força')[120]". Quer isto dizer que, aos olhos dos militares, os media são vistos não só como "um problema a gerir" mas também como "uma janela de oportunidades[121]". Esta janela dá acesso à opinião pública. "As Forças Armadas necessitam do apoio da opinião pública para recrutar e manter o seu pessoal e para defender os orçamentos da Defesa – e procuram mobilizá-la a seu favor. Por sua vez, os Governos procuram o apoio público para o eventual uso da força[122]". Se, no passado, como constatou Charles Moskos, a imprensa era afastada das Forças Armadas, "no período 'pós-moderno' os media passam a ser cortejados pelos militares[123]". José Rodrigues dos Santos considera que "poucos são os correspondentes de guerra que estão dispostos a entrar sozinhos numa zona de conflito sabendo que as forças que dominam o terreno lhes são hostis. Para circular num teatro de guerra, os jornalistas podem não ter autorização de quem manda nos céus, mas precisam necessariamente da autorização de quem controla o território, ou pelo menos a parte do território por onde vão andar ou permanecer. Estas forças, por seu turno, só dão essa autorização se virem vantagens em tal, tendendo, por isso, a

---

[118] José Filipe Pinto, *op. cit.*, p. 361.
[119] *Idem*, pp. 249-250.
[120] Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 105.
[121] *Ibidem*.
[122] *Idem*, p. 120.
[123] *Ibidem*.

impor regras à cobertura jornalística, restringindo a liberdade de movimento, de reportagem e de informação[124]".

Na *Notícia*, estão disponíveis algumas marcas da cooperação e do relacionamento saudável existente entre militares e jornalistas durante a Guerra Colonial. Na última edição de 1967, a *Notícia* publica uma carta enviada pelo Coronel Aires Martins, em nome do General Comandante-Chefe das Forças Armadas, dirigida ao director da revista. O Coronel não só felicita o jornal por mais um aniversário como também deseja "votos de felicidades (...) para que o *Notícia* possa prosseguir a obra construtiva e altamente valiosa que vem realizado em benefício da Pátria". No final da carta, a *Notícia* esclarece que "apenas nos esforçamos por cumprir o nosso dever de jornalistas e de portugueses". A 24 de Fevereiro de 1968, a *Notícia* volta a partilhar com os leitores uma carta dirigida ao director da publicação. Desta vez quem a escreveu foi o General Barreira Antunes que terminava a comissão de serviço como Comandante da Região Militar de Angola. O general agradece "a entusiástica e prestante colaboração" e faz votos "para que o *Notícia* prossiga a tão valiosa obra iniciada pelo seu saudoso fundador e brilhante impulsionador que foi Charulla de Azevedo, sempre num rumo esclarecidamente conducente aos superiores interesses desta magnífica província portuguesa e da Nação". Em Julho de 1968, a reportagem de Eduardo Baião *Vida e Morte na Savana* mostra o respeito que o jornalista sente pelo militar: "Mais de cem quilómetros andados em três dias fizeram com que ficasse com os pés maiores do que as botas e que ficasse também com uma consideração muito grande pelos rapazes que (...) aceitam com um sorriso nos lábios as mais duras tarefas num terreno dificílimo para que a vida seja respeitada na imensa savana". Em Agosto de 1969, em *A chuva e o bom tempo* intitulada *A bela vida*, João Fernandes defende os oficiais de carreira. Há quem diga que têm uma vida "óptima" mas o jornalista prova o contrário: são militares que "andam com a casa às costas" e que muitas vezes ficam privados da família. A tudo isto juntam-se "os angustiantes problemas que lhes cabe resolver". Por todos os argumentos, "o leitor que resmunga (...) contra a 'bela vida' dos outros (e não vamos dizer que num caso ou outro não terá razão) tente imaginar o que seria a sua vida nessas condições e depois fale". Também em Agosto de 1969, através

---

[124] José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 113.

da reportagem *A ponte sobre o Dangue* de Maria Virgínia de Aguiar, é notória a relação amigável entre jornalista e militar: "preparavam-nos uma refeição de arroz branco e ovos estrelados; a guerra não impede uma certa lhaneza de princípios quando se recebe visitas". Situação idêntica foi referenciada por Brandão Lucas, em Agosto de 1961, na reportagem *Os Bravos Voluntários da 1.ª Companhia*. Na Fazenda Turza Ferreira, "findo o almoço, que me pareceu ser especial para visitas, o tenente Mourão levou-me a outras duas fazendas".

V. 4. O JORNALISTA COMO HERÓI E PROTAGONISTA DO CONFLITO EM ANGOLA

Quem lê a *Notícia* não fica indiferente aos nomes da equipa de redacção. Os seus elementos, além de deixarem um cunho pessoal nos trabalhos que elaboram - ora usando a primeira pessoa do singular e do plural para contar a história[125], ora dando a sua opinião sobre o assunto -, são também eles, por várias vezes, a própria notícia. Esta intromissão do jornalista na notícia, que faz o leitor decorar o nome de cada um com facilidade, explica as palavras de António Gonçalves: "quando saíamos em reportagem, as pessoas conheciam-nos. Tínhamos estatuto". Para Agostinho Chitata[126], director do *Jornal de Economia & Finanças* (Angola), os jornalistas do tempo de António Gonçalves eram, no país, vistos como "heróis" – "Durante um determinado período, fazer jornalismo para nós era um ato de heroísmo. Porque foi uma fase muito difícil por causa da guerra. Um período em que a circulação de pessoas e bens, por via rodoviária, era complicada. Os jornalistas não podiam usar as estradas para fazer coberturas jornalísticas".

"Nos conflitos modernos, a figura central, aos olhos do público, deixou de ser o soldado ou o general e passou a ser o jornalista[127]", explica José Rodrigues dos Santos.

[125] Esta prática, assume o próprio, não era usada por Moutinho Pereira.
[126] Entrevistado por José Reinaldo Marques, da Associação Brasileira de Imprensa, a 4 de Agosto de 2009, no Brasil. Entrevista disponível em http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=3163.
[127] José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 97.

Na Guerra Colonial, o militar continuava a ser visto como herói[128], mas partilhava a designação também com os "enviados especiais", homens de coragem, que cumpriam a missão que lhes era atribuída: informar o cidadão. Rodrigues dos Santos considera ainda que, para o enviado especial, a guerra transforma-se em "narrativa heróica de aventuras". "A terrível verdade é que, para os correspondentes, a guerra não é um inferno", admite Nora Ephron[129], mas sim "divertida". A jornalista Maria Virgínia de Aguiar "divertiu-se" ao realizar a reportagem *A Ponte sobre o Dangue*, publicada na *Notícia* a 16 de Agosto de 1969. Voluntariou-se para passar seis dias com os militares nas matas dos Dembos, tempo suficiente para se sentir "operacional até ao fim dos cabelos". Nesta reportagem, como na maioria das reportagens do *Notícia*, o leitor é convidado a dar os mesmos passos do jornalista. "O objectivo da reportagem é possibilitar uma imersão, uma vivência, uma experiência do acontecimento como se o espectador estivesse lá[130]", explica Jacinto Godinho. Maria Virgínia de Aguiar soube fazê-lo.

"Claramente, as guerras são associadas aos grandes acontecimentos que marcam a história, e os jornalistas encaram o seu trabalho como um primeiro esboço da escrita histórica[131]". Na revista *Notícia*, Fernando Farinha – um "narrador" que "se coloca no papel de testemunha ao lado de homens valorosos[132]" – foi um dos heróis que mais se destacou na cobertura jornalística da Guerra Colonial em Angola. A sua acção mereceu louvores e condecorações militares. As suas reportagens são hoje documentos importantes com estórias que ajudam a contar a história da Guerra Colonial.

---

[128] "Apesar de, nos textos, os militares portugueses serem sempre apresentados como heróis que se transcendem nos momentos decisivos, as expressões dos rostos dos jovens soldados acabados de chegar de Portugal e logo atirados para as emboscadas nas matas dos Dembos, (…) logo nos trazem à realidade do nosso povo. Aqueles somos nós, os mais indefesos e os mais puros dos portugueses, aqui mais uma vez trazidos dos campos da pobreza para embarcarem numa aventura em que se transcenderiam!" – in *Guerra Colonial – Um Repórter em Angola*, pp. 16-17.

[129] Citada por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 97.

[130] Jacinto Godinho, *As Origens da Reportagem – Televisão* (Lisboa: Livros Horizonte, 2011), p. 156.

[131] José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 99.

[132] *Guerra Colonial – Um Repórter em Angola*, p. 25.

V. 4.1. Fernando Farinha: o "soldado jornalista"

"Fernando Farinha foi aquele que mais de perto, mais vezes e durante mais tempo, acompanhou forças portuguesas em acções de combate nas três frentes, embora seja em Angola que centrou a sua actividade principal[133]". Com a cobertura jornalística da Guerra Colonial, Farinha ficou conhecido como o perito em assuntos militares da redacção do *Notícia* e o "jornalista soldado[134]". "(...) a sua coragem física, o seu desembaraço e a cumplicidade que estabeleceu com os que faziam a guerra[135]" deram notoriedade a Fernando Farinha, não só em meio militar, como também entre os leitores. "As minhas reportagens agradavam a toda a gente. Até os partidos liam a *Notícia*", conta hoje o protagonista.

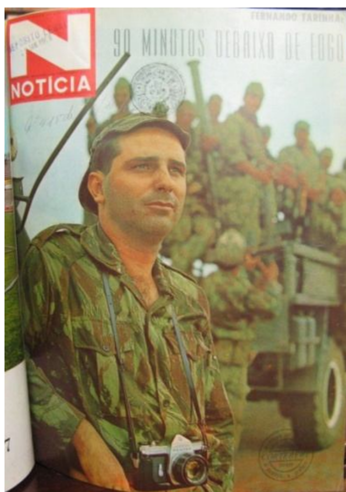
A 30 de Março de 1963, a *Notícia* publica quatro fotografias da autoria de Farinha, numa página, juntamente com um pequeno bilhete, escrito a 21 de Março desse ano, dirigido a João Charulla de Azevedo. Fernando Farinha cumpria serviço militar no Leste de Angola mas não cortava a ligação ao jornalismo. "Cá estou e tento não esquecer a condição de repórter. Escrevo umas coisas para o jornal dos 'Dragões'[136] e, sempre que puder, não esquecerei o *Notícia*. Aqui lhe envio estas fotografias que documentam bem o que é a duríssima vida do militar, durante as patrulhas pelas picadas intermináveis das chanas aqui do Leste, que mais parecem, nesta época, um dificílimo mar". A 13 de Março de 1965, Fernando Farinha, ainda militar, volta a ser notícia na *Notícia*. Desta vez aparece nas duas fotografias que são publicadas numa página: "Constitui acontecimento social de relevo em Silva Porto o enlace matrimonial do nosso camarada Fernando Farinha que se encontra destacado naquela cidade, em serviço militar". O "jornalista soldado" havia casado com a "Senhorinha Sarah Pereira de Lima Alves". Casamentos e nascimentos de filhos de elementos da redacção eram notícia no *Notícia* e este, que hoje perdura, não foi excepção.

---

[133] *Guerra Colonial – Um Repórter em Angola*, p. 26.
[134] *Notícia*, 11 de Março de 1967.
[135] *Guerra Colonial – Um Repórter em Angola*, p. 26.
[136] Segundo Eduardo de Sousa Ferreira, "um dos principais objectivos dos jornais de campanha e dos jornais do mato, publicados pelas forças armadas portuguesas nas colónias, era a propaganda da política colonial portuguesa. Estas publicações existiam em grande número, dirigindo-se sobretudo aos soldados, mas sendo também distribuídas, em certa medida, entre a população" (1977:183).

Findo o serviço militar, no último trimestre de 1966, Fernando Farinha regressa ao *Notícia* e o assunto é destacado no editorial. Numa página, em quatro fotografias, Farinha aparece em duas. O texto apresenta o título *O mesmo enviado do Notícia em duas frentes do terrorismo*. O jornalista entrevistara Alves Teixeira, "sobrevivente do assassinato Sandando" e acompanhara o governador Almeida Santos numa visita aos pontos mais afectados do Leste de Angola. Nesta visita, os passos do jornalista foram vigiados por elementos inimigos que, "no regresso ao Luso, tinham espetado insultos no meio do caminho". No mesmo texto, o especialista em assuntos militares é apresentado como "o único jornalista que conseguiu iludir todas as medidas de segurança para acompanhar, passo a passo até ao fim, a avançada do Tenente-Coronel Maçanita sobre Nambuangongo". O feito, continua, levou-o "aos píncaros da fama".

A 11 de Março de 1967, Fernando Farinha é então apresentado como "o jornalista soldado". Nesta edição dedicada "ao sexto aniversário do terrorismo em Angola", a história heróica de vida de Farinha volta a ser apresentada: "Um só jornalista conseguira vencer todos os obstáculos, enfrentar os mesmos perigos da coluna que reconquistou Nambuangongo: Fernando Farinha. Tinha então 19 anos e não se apercebeu do feito que cometera. Desde então para cá nunca mais deixou de ser correspondente de guerra. (...) Em 1962 chegou a sua hora de deixar de ser observador para passar a ser soldado. (...) Regressado ao jornalismo esteve já novamente presente nas duas frentes (...). Presente desde a primeira hora do terrorismo em Angola, Fernando Farinha tem fé de poder também estar presente na cerimónia que de alguma maneira, simboliza o fim do terrorismo em Angola. Será essa a sua maior alegria".



Até ao final da guerra, a história de Farinha é relembrada várias vezes. No entanto, na edição de 18 de Novembro de 1967, não há espaço para o passado porque o presente assume maior importância. Uma fotografia do jornalista, em pose e com o olhar no horizonte, fardado e com a máquina fotográfica pendurada no pescoço, ocupa a capa. Ao fundo, em segundo plano, estão militares numa viatura. A escolha é explicada no editorial: "O nosso

enviado especial ao norte (...) é capa desta edição, devido ao facto de ter estado envolvido numa emboscada montada pelos terroristas, a uma coluna de viaturas, em que seguia e que o imobilizou durante 90 minutos, debaixo de fogo". A reportagem de dez páginas é contada na primeira pessoa, uma das marcas de Fernando Farinha: "Agora, a frio, sentado à máquina na tranquilidade buliçosa da Redacção, é-me fácil entender tudo o que se passou. (...) Mas na altura, quando os tiros silvaram sobre a minha cabeça, nada havia a entender. O importante era abrigar-me. E foi o que fiz (...). Não muito bem, como me disseram depois. A verdade é que saltei da camioneta onde ia e embrenhei velozmente pelo mato, abrigando-me atrás dum grosso imbondeiro. (...) Olho em volta. Ninguém. Apercebo-me então que me separei demasiado dos soldados que me acompanhavam. Inquieto-me (...). Firmo a voz, que parecia querer fugir-me e grito: - Estou aqui! O que eu fui dizer! Rajadas de tiros vêm cravar-se no amigo imbondeiro que me protege. (...) Nem os tiros de resposta ao fogo inimigo, que os meus companheiros iniciam, me tranquilizam. O que se estará realmente a passar? (...) Só então me lembro que tenho a máquina fotográfica comigo. Apercebo o camuflado dum dos meus companheiros. Fotografo-o entre o capim. Tiros continuam a ser trocados. E o tempo passa." A reportagem está repleta de descrições que não só conseguem captar a atenção do leitor – a "surpresa manifestada e a ignorância com que vai acompanhando o desenrolar do acontecimento ajudam também a 'desideologizar' a posição do repórter, porque o expõem e vulnerabilizam, por um lado (...) e, por outro, introduzem melhor a experiência do espectador [leitor], que, perante acontecimentos sensacionais, também é sempre de espanto e surpresa[137]" - como também lhe mostram que lado deve ser apoiado ("os nossos soldados", "os melhores soldados do mundo", "os nossos rapazes", "os meus companheiros") e o grupo que merece condenação ("os bandoleiros", "o grupo itinerante do M.P.L.A.", "os turras")[138]. O jornalista – "armado apenas com a minha 'Pentax'" - é o protagonista desta história, enquanto "testemunha da luta ingrata, corrosiva, traiçoeira, que

[137] Jacinto Godinho, *op. cit.*, p. 156.
[138] Segundo Jacinto Godinho, esta é a desvantagem das reportagens que levam o leitor/espectador para o terreno onde se encontra o jornalista "visível". Se, por um lado, o entendimento por parte do público é facilitado, por outro, "a dependência do espectador em relação ao repórter (…) força a identificação do seu ponto de vista com o ponto de vista do espectador" (2011:159-160).

sustentamos em Angola. Sinto medo mas não posso deixar de pensar que, se me safar desta, tenho uma boa reportagem para o NOTÍCIA".

Na edição da *Notícia* de 2 de Agosto de 1969, o lar de Fernando Farinha entra numa reportagem sobre a acção dos fuzileiros no Zambeze. Neste trabalho em que é apresentado o dia-a-dia dos fuzileiros – "Todos os dias a procurar o perigo. Todos os dias a voltar cansado. Exausto. Por vezes ferido. Por vezes trazendo nos braços um companheiro morto." – a intimidade de Fernando Farinha termina a reportagem: "Finalmente em casa! (...) depois de uma semana em que acompanhei os 'fusos' e vivi com eles o seu dia a dia perigoso (...). Descontraio-me, enfim. Os miúdos correm para mim. Um deixa cair um biberon. Apanho-o do chão e procuro calar-lhe o choro. Tropeço e caio. A minha mulher grita: 'Estás cheio de sangue!'. Olho a ponta do dedo cortada por um pedaço de vidro. Sinto uma vontade louca de rir!..."

A última reportagem de Fernando Farinha sobre a Guerra Colonial em Angola foi publicada a 16 de Março de 1974. Neste trabalho, que releva que "se a guerra não está ganha está cada vez mais longe de ser perdida", a *Notícia* voltou apresentar o perito em assuntos militares: "Treze anos passados, mais uma operação para Fernando Farinha, de longe o Jornalista que mais horas tem de guerra, mais operações acompanhou". Na reportagem de nove páginas, o jornalista compara o passado – tempo em que os terroristas não fugiam ao combate – com o presente – "Hoje chega-se a andar muitos dias na mata e nem um tiro, nem uma pessoa se ouve ou se encontra".

Fernando Farinha foi um "jornalista especializado" na temática da Guerra Colonial, sendo os militares a sua principal fonte de informação. Segundo Mauro Wolf (2006:227), os "jornalistas especializados estabelecem relações estreitas e continuadas com as próprias fontes, que acabam por se transformar em fontes pessoais, quase informadores que mantêm os repórteres actualizados, fornecendo-lhes indiscrições, notícias reservadas". Todavia, a "relação quase simbiótica de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista especializado" tem duas faces. Por um lado, simplifica o trabalho do jornalista que tem acesso facilitado à informação mas, por outro, dificulta a tarefa, uma vez que "o custo de se perder semelhante tipo de fonte acaba por ser

bastante elevado, levando, mais tarde ou mais cedo, o jornalista a uma dependência mais ou menos consciente, justificada pela produtividade da própria fonte".

V. 4.2. Maria Virgínia de Aguiar, a primeira jornalista portuguesa no teatro de operações

A protagonista da reportagem *A Ponte sobre o Dangue* é Maria Virgínia de Aguiar, "a primeira jornalista a participar numa operação militar". O trabalho de 12 páginas começa por apresentar a jornalista: "Maria Virgínia de Aguiar, que recentemente veio enriquecer o quadro da nossa Redacção, ofereceu-se como voluntária para realizar, esta semana, perigosa e esgotante reportagem, passando assim a ser a primeira jornalista na frente da guerra (...). É uma nova visão da guerra no Norte (...) que dá um novo saber mesmo a temas tristes e velhos como a guerra...". A peça conta, sem dúvida, como se desenrolou o processo de construção da ponte sobre o Dangue mas é, acima de tudo, uma espécie de diário da jornalista ainda em êxtase por ter vivido tamanha aventura. Este facto é notório em toda a reportagem que é escrita na primeira pessoa: "partimos de Luanda em direcção ao Caxito na primeira 'berliet' que eu ocupara em toda a minha vida"; "Aí começaria o meu conhecimento do que é viver a guerra. Deram-me uma farda. Participei (...) vestida com o camuflado, o quico, os óculos e as botas"; "comi rações de combate"; "bebi água suja"; "não me lavei durante dias"; "experimentei de tudo". Ao longo de toda a reportagem, a jornalista dá a mão ao leitor sendo a viagem feita em conjunto.



Maria Virgínia de Aguiar, "jornalista não especializada", é a protagonista de um espectáculo onde até houve "fogo" - "Felizmente nenhuma bala me passou perto. Quase cheguei a desejá-la para melhor sentir o que sentem esses homens naqueles momentos sem batota" – e onde se correu risco de vida – "senti-me operacional até ao fim dos cabelos quando soubemos que fora levantada uma armadilha, perto da Missão! Uns momentos depois e teríamos ido pelos ares".

IV. 5. O HERÓI E O VILÃO

Em conflitos em que estão em causa direitos humanos, afirma Michel Tatu[139], do Monde, é notória "uma clara tendência" para o "maniqueísmo, ou seja para 'satanizar' uns e 'beatificar' outros". De facto, durante a Guerra Colonial, a *Notícia* apresentou sempre a mesma versão: o "bem" e a vitória estavam do lado dos "briosos soldados", "audazes", "heróis", "valentes" e "defensores da Nação" e o "mal" e a derrota pertenceram aos "bandoleiros", "turras", "terroristas", "demónios", "facínoras", "criminosos", "pobres diabos" e "inimigos". A imagem destes últimos só mudava quando se entregavam, arrependidos, aos "nossos militares". Neste caso, tornavam-se aspirantes a heróis. Os próprios pronomes que acompanham os nomes atribuídos aos dois lados da guerra deixavam claro que a revista estava do lado dos "nossos soldados". Muito embora os artigos sobre a guerra focassem não só os heróis como também, ainda que em reduzida dimensão, os vilões, esta era uma "interpretação enviusada e limitada[140]" de um conflito que era visto sempre da mesma janela, a das Forças Armadas Portuguesas, a quem convinha "agradar" para que a fonte fosse mantida e a cobertura jornalística da guerra não fosse posta em causa. Além disso, era a própria segurança dos jornalistas e do seu próprio país que estava em causa e nas mãos dos militares portugueses.

Sendo que "uma guerra supõe uma clara distinção entre 'nós' e o 'inimigo'", o campo jornalístico segue a mesma "bipolarização maniqueizante", como lhe chama José Rodrigues dos Santos. "Quando os jornalistas noticiavam um conflito, o seu espírito de independência só era tolerado se se tratasse da cobertura de uma guerra exótica entre países terceiros. Mas, sempre que o conflito envolvia o próprio país, essa independência e distanciação desaparecia, sendo substituída por um envolvimento patriótico de apoio à nação e ao esforço de guerra[141]". Segundo Daniel Hallin[142], os jornalistas "eram fundamentais para o estabelecimento de um sentido de comunidade nacional que tornava possível a mobilização total para o esforço de guerra". Assim foi

---

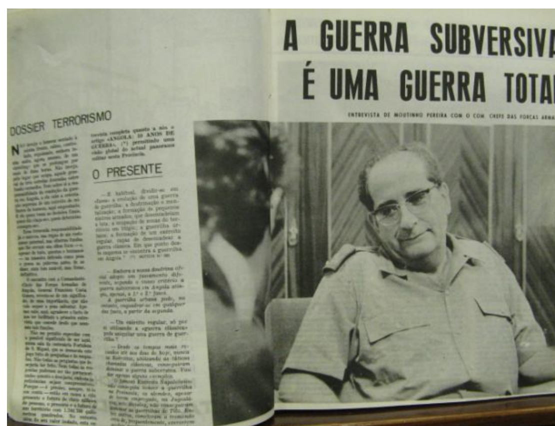
[139] Citado por Carlos Santos Pereira, *op. cit.*, p. 243.
[140] Dissertação de Mestrado de Sofia da Palma Rodrigues, *op. cit.*, p. 31.
[141] José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 208.
[142] Citado por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 208.

durante a Segunda Guerra Mundial e assim continuou na Guerra Colonial. Ainda que os jornalistas não concordassem com as decisões do Governo, estavam do lado das tropas portuguesas que, também elas, muitas vezes, não pactuavam com as ideias governamentais.

IV. 6. A ENTREVISTA DE MOUTINHO PEREIRA AO GENERAL COSTA GOMES

A capa da edição do *Notícia* de 17 de Outubro de 1970 continha a seguinte chamada: *Treze perguntas a um General*. No interior, o leitor tinha acesso a uma entrevista, que ocupava sete páginas (da 56 à 61), intitulada *A guerra subversiva é uma guerra total*. Moutinho Pereira tinha entrevistado o General Francisco Costa Gomes, Comandante-Chefe das Forças Armadas em Angola, cargo que assumia desde Abril de 1970[143]. Esta entrevista foi ilustrada com sete fotografias: duas do general e cinco de militares armados no teatro de operações.

"Não invejo o homem sentado à minha frente, calmo, controlado, repousado (...). Não invejo, pelo lugar que ocupa, aquele general de três estrelas douradas sobre fundo vermelho. Tem sobre si a responsabilidade da condução da guerra em Angola (...) É ele quem toma as decisões finais, quem diz 'faça-se', quem determina 'cumpra-se'". Assim começava a "primeira e única entrevista", garante hoje Moutinho Pereira, que o General, naquela função, concedia a um órgão de comunicação social de Angola. Ainda antes de o leitor chegar ao "jogo de


DOSSIER TERRORISMO

A GUERRA SUBVERSIVA É UMA GUERRA TOTAL

O PRESENTE

143 A 15 de Setembro de 1972, o General Costa Gomes, que após a Revolução dos Cravos viria a ser o 15.º Presidente da República Portuguesa, é nomeado Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas.

perguntas e respostas", Moutinho Pereira continuava a explicação: "não todas as perguntas que desejaria ter feito[144]. Nem todas as respostas puderam ser tão pormenorizadas quanto o desejaria, embora as reticências sejam compreensíveis. (...) estão em causa a vida presente e futura de cinco milhões de pessoas, o presente e o futuro de um território com 1.246.700 quilómetros quadrados".

As 13 perguntas focaram várias temáticas do "presente" e do "futuro": a evolução da guerra em Angola, a preparação das tropas portuguesas e a sua força perante o inimigo, a estratégia dos movimentos de libertação, o apoio de outros países ao inimigo, a necessidade de recorrer a países estrangeiros para reforço e modernização de armamento, as "duas potentes emissoras construídas pelos chineses na Zâmbia orientadas para a propaganda contra Portugal" e também a relação entre Portugal e outros países, nomeadamente África do Sul, República Democrática do Congo e Zâmbia. "Quanto custou aos Cofres do País, a guerra em Angola, durante estes dez anos de luta?" – esta foi a quinta pergunta de Moutinho Pereira. A resposta trouxe um valor até então desconhecido: "foi a primeira vez que se quantificou o custo da guerra em Angola", recorda hoje o jornalista. O general Costa Gomes não tinha "uma resposta exacta", uma vez que o seu comando não assumia "funções logísticas nem administrativas", mas sabia que "a Província contribuiu, apenas, com uma quota-parte, para as despesas da guerra. A Metrópole tem suportado a parte mais importante dessas despesas. Mercê, porém, de missões que anteriormente desempenhei, calculo que na guerra em Angola se despenderam, durante estes dez anos, cerca de 21 milhões de contos (...)". Dada a informação, Moutinho Pereira faz uma pausa na entrevista para "mais esclarecimentos e desenvolvimentos sobre o dito": "Nesta sala, vivem-se os problemas dos que mergulham no silêncio das matas espessas do Norte ou na inquietante imensidão das chamas alagadas de um Leste onde, mais do que em qualquer outro lado, se desenvolve uma luta fria, surda, eficiente. Aqui é o cérebro que medita, analisa, decide. Lá, é o corpo que se desdobra em contínuas missões, de patrulha, de combate, de reconhecimento às populações – as maiores e mais infelizes vítimas desta guerra que, na maior parte das vezes, nem sequer entendem".

[144] O General impôs um limite de perguntas "porque ou sabe o que quer perguntar ou nem vale a pena estar a perder o seu tempo e o meu", recorda hoje o jornalista.

"Como prevê, Sr. General, a evolução da guerra de Angola?" – esta foi a 13.ª pergunta. "(…) Com uma certa mágoa, verifico que, em Angola, há muitas pessoas que julgam que a paz pode ser restaurada apenas à custa do esforço das Forças Armadas e militarizadas. (…) Se realmente criarmos a sincera convicção que, nesta altura, todos estamos empenhados e que o nosso último objectivo consiste em conquistar a alma e o coração da população, por forma a podermos estabelecer uma sociedade onde todos, brancos, pretos, mestiços e indivíduos de quaisquer outras raças, tenham os mesmos direitos e deveres, possam viver em harmonia, com justiça, paz e amor, então a evolução da guerra em Angola ser-nos-á fatalmente favorável".

Segundo José Filipe Pinto, a censura permitiu que a *Notícia* publicasse esta entrevista "sobre o balanço dos dez anos de guerra e a visão prospectiva sobre o conflito" – "um depoimento muito importante para a compreensão da visão das chefias militares" - "com reduzidos cortes" (2011:289). Já Moutinho Pereira diz que a censura "não cortou nem uma linha".

A ideia de entrevistar o general partiu de Moutinho Pereira. Nesta altura, não era comum um comandante fugir ao discurso instituído. "Imediatamente após a publicação da entrevista, o general foi chamado a Lisboa, passou três ou quatro dias na Metrópole, sei que teve uma longa entrevista com o Ministro do Ultramar e chegou a falar-se, à boca pequena, que não voltaria", recorda Moutinho Pereira. O jornalista considera que a entrevista continha duas mensagens: "a existência de um certo descontentamento nas Forças Armadas a nível dos oficiais de carreira" e "que só os políticos de Lisboa podiam encontrar a solução para a guerra".

As perguntas foram entregues ao general por escrito, a seu pedido, e respondidas de igual forma. A conversa que jornalista e general tiveram "limitou-se a uma aranha que fazia a sua teia numa janelinha da sala onde me recebeu, no Forte de Luanda, onde funcionava o Comando Chefe das Forças Armadas. Disse-me do género da bicha, da família, da maneira de fazer a teia… O homem era enciclopédico". O facto de o general ter aceitado a entrevista e respondido "de forma directa" foi uma surpresa para Moutinho Pereira. "Creio que essa entrevista marcou um ponto de viragem na maneira de se encarar o conflito".

V. 7. ALGUNS “ACONTECIMENTOS” DA GUERRA

A Guerra Colonial em Angola traduz-se num conjunto de acontecimentos, uns mais relevantes do que outros. Porque a História se encarregou de os reunir - ainda que se diga que há muito por contar e que, segundo Henri-Irénée Marrou[145], o discurso da história não é um relato objectivo mas sim uma reconstrução subjectiva do passado - podemos hoje identificá-los. Terá a *Notícia* feito uma cobertura completa do conflito? A resposta é encontrada mesmo antes da análise das edições do semanário se tivermos em conta que “a primeira baixa da guerra é a verdade”, como disse o senador americano Hiram Johnson[146] em 1917.

“Os jornalistas, tal como todos os seres humanos, não têm acesso à realidade em si, mas apenas a manifestações da realidade[147]”. José Rodrigues dos Santos (2003:56) enumera três níveis que limitam o jornalista de atingir a referida objectividade:

- “os jornalistas estão subjugados pelos limites da percepção na apreensão do mundo”;
- “incapacidade de exprimirem com rigor o limitado mundo a que a sua percepção tem acesso[148]”;
- a observação do jornalista é afectada por um “referencial ideológico” – “Por consequência, os jornalistas manifestam opinião logo no momento de seleccionarem a notícia e continuam a fazê-lo na escolha das palavras com que redigem”.

Leon Sigal[149] segue a mesma linha de raciocínio e considera que “as notícias não são sobre o que acontece, mas sobre o que alguém diz que aconteceu ou vai acontecer”. José Rodrigues dos Santos (2003:63) refere que “os jornalistas não têm alternativa porque, tal como os historiadores, não podem apresentar simultaneamente todos os enquadramentos, têm de escolher um”. Por estes motivos

[145] Citado por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 51.
[146] Citado por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 10.
[147] José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 56.
[148] José Rodrigues dos Santos cita Saussure, *op. cit.*, p. 57.
[149] Citado por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 59.

e também por outros - como a Censura e o facto de apenas se ver a guerra do lado das forças portuguesas - a *Notícia* não viu tudo e muito menos contou tudo. No entanto, seleccionámos alguns acontecimentos da Guerra Colonial em Angola e fomos à procura de informações acerca dos mesmos na revista. Referimo-nos aos ataques a 4 de Fevereiro e a 15 de Março de 1961, à chegada das tropas portuguesas vindas da Metrópole a Luanda, à entrada dos militares portugueses em Nambuangongo (Agosto de 1961), à reocupação da Pedra Verde (Setembro de 1961) e a referências sobre as forças de libertação. Atribuímos maior destaque a 1961, uma vez que foi o ano em que começou a guerra em Angola e também porque, nos anos seguintes, a guerra passa a fazer parte da rotina do jornal, que todos os anos faz um balanço do conflito.

V. 7.1. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961

Os ataques que marcaram o início da guerra, a 4 de Fevereiro[150] e a 15 de Março[151] de 1961, não foram temáticas exploradas na actualidade da *Notícia*. Sobre o assunto, em Julho do mesmo ano, podia ler-se que tinham ocorrido “trágicos acontecimentos que enlutaram Angola”. Esta margem pouco informativa acerca de “uma guerra ruim que nos impuseram e obrigam a manter” fora ultrapassada em 1962, por um texto da autoria de João Charulla de Azevedo, publicado a 24 de Fevereiro. O ex-jornalista do jornal *O Comércio*, que há um ano tinha ido “pelos Dembos acima” com o alferes Robles, apresenta-se como testemunha de “uma visão dantesca dos cadáveres apodrecidos e sossegados, em todos os quilómetros, em todos os recantos, em todas as fazendas. No cenário brutal do Sueje, o corpinho daquela menina retalhada, violada (...) povoou muitas noites os meus pensamentos”. A 14 de Abril de 1962, “para a História do ano passado”, são apresentados “alguns elementos inéditos sobre as ocorrências de Angola”, numa entrevista ao porta-voz do Governo-Geral de Angola, adquirida pelo jornal à agência de notícias France-Presse e publicada “ao mesmo tempo que a grande Imprensa de todo o mundo”. Através das perguntas e das respostas, o leitor fica a saber que, por altura do 15 de Março, “existiam em Angola apenas 4.000 homens das forças regulares”, que os terroristas já tinham feito

---

[150] Revolta em Luanda – ataques à Casa de Reclusão, ao quartel da PSP e à Emissora Nacional.
[151] No Norte de Angola, a União das Populações de Angola (UPA) dá início a uma rebelião contra os colonos portugueses e algumas populações negras, fazendo centenas de vítimas.

cerca de três mil vítimas e que a ordem em Angola foi restabelecida a 16 de Março de 1961 "com os fracos e poucos meios efectivos à disposição do Comando Militar".

Os acontecimentos iniciais da guerra voltam a ser notícia em Fevereiro de 1964. Num texto por assinar é revelado que "de três para quatro de Fevereiro soaram no Burgo e na estrada de Catete os primeiros tiros. Caíram as primeiras vítimas". No texto lê-se ainda que "não há dúvidas" sobre o tema: "ninguém pensa seriamente em escamoteá-lo, em disfarçá-lo ou em chamar-lhe outra coisa senão precisamente guerra contra o agressor". No mesmo ano, no mês seguinte, é tempo de recordar o 15 de Março, "batalha" que o terrorismo "perdeu" porque o "peso da brutalidade" não foi "suficientemente esmagador".

Em Fevereiro de 1965, João Charulla de Azevedo volta a recordar a "noite de terror", o "início do pavor", porque esta data não é "para esquecer". Um mês depois, o Editorial da revista refresca a memória dos leitores sobre a "ferida muito profunda" que "ainda não está completamente cicatrizada" mas que "veio transformar a vida da Província", onde há mais riqueza. Em Março de 1966, o balanço de uma "madrugada brutal" é feito por João Fernandes. O ontem é comparado ao hoje, marcado pelo "progresso". Em Março de 1967, uma reportagem de Fernando Farinha revela que "seis anos passados, o terrorismo é realmente muito diferente", porque "os bandoleiros limitam-se a actos de banditismo arrasantes". O "inimigo fugido" interessa-se apenas por "manter um clima de violência".

A recordação dos acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março é assinalada até 1974, sempre em comparação com o ano em que se vive. Na edição de 16 de Março de 1974, Fernando Farinha, sem saber, comparava o princípio e o fim da guerra: "em 1961 era diferente. Os terroristas não fugiam ao combate. Faziam frente. (...) Hoje chega-se a andar muitos dias na mata e nem um tiro, nem uma pessoa se ouve ou se encontra". Em suma, na *Notícia*, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março foram temas silenciados enquanto presente e pouco informativos enquanto passado.

V. 7.2. A chegada das tropas portuguesas à Província

Foi em Maio de 1961 que a *Notícia* pela primeira vez deu conta da chegada de militares da Metrópole à Província, por via marítima – "chegaram os salvadores", "povo de Luanda recebe os defensores de Angola". O assunto, que inicialmente foi capa da revista e teve destaque - é apresentado como "vulgar" em Julho do mesmo ano ("Chegam unidades, partes unidades e o luandense nas 'calmas'"), passando a "banal" no mês seguinte ("já nem nos admira"). A chegada de tropas a Angola enquanto assunto noticioso teve pouco relevo em 1962 e quase não foi noticiada em 1963. Nos anos seguintes, o tema é substituído, ainda que por pouco tempo, pelo regresso das tropas à Metrópole e por exemplos de militares que, no regresso à vida civil, decidem permanecer em Angola.

V. 7.3. A entrada dos militares portugueses em Nambuangongo

A entrada das forças portuguesas em Nambuangongo, a 9 de Agosto de 1961, é dada a conhecer aos leitores da *Notícia*, na edição de 26 de Agosto de 1961, através de um poema da autoria de A. G. Santos e Sousa, um militar que participou na operação e enviou o texto por carta para a redacção. O *Poemeto para os soldados da nossa Terra, para os BRAVOS DE NAMBUANGONGO* foi escrito a 10 de Agosto de 1961: "(...) Minha querida Mãezinha, / Foi ontem quase ao Sol posto / que a vitória nos sorriu / neste reduto teimoso / do maldito terrorismo". O poema termina com uma afirmação patriótica: "Nambuangongo é Portugal".

O tema só foi, de facto, notícia "seis anos depois", numa reportagem de Costa Carneiro que ocupa quatro páginas, publicada na edição de 19 de Agosto de 1967: "Apesar do tempo passado, voltámos há dias a ouvir a voz sonora e tonitruante do tenente-coronel Armando Maçanita. Naquelas terras frias e bravias de Nambuangongo, onde de novo domina a Cruz de Cristo como símbolo da vocação civilizadora de Portugal, e a relativa paz voltou aos espíritos (...)". O jornalista tinha estado presente numa cerimónia onde foram recordadas as vítimas mortais da operação marcada pela entrada de portugueses em Nambuangongo.

A 7 de Agosto de 1971, a *Notícia* publica a reportagem intitulada *Os Domingos de Nambuangongo*. As três páginas são da autoria de Luís Bernardes (texto) e Fernando Farinha (imagem). Depois de falar dos domingos de Lisboa, de Luanda e de outras cidades estrangeiras, o jornalista escreve que os domingos de Nambuangongo têm uma "particularidade: não existem. (...) andei à procura e não encontrei nenhum". Nesta terra, que em 1961 "sofreu os maiores horrores da guerra", "as tarefas e os descansos são sempre da mesma natureza e correspondem a um quotidiano sem qualquer surpresa ou solicitação". Nambuangongo era agora, em 1971, um local cheio de "poeira", desprovido de mulheres e crianças, "que se pode descrever assim: barracões pré-fabricados para alojamento da tropa, quatro habitações, duas casas de comércio, uma igreja e um campo de futebol improvisado". Existia ainda "uma pista para aviões (térrea), que é também estrada de acesso". Em Nambuangongo, "além da guerra, faz-se comida. Também se lava e passa a roupa. Limpam-se os sítios (...). Ouve-se rádio. Joga-se futebol e vólei (...). E conversa-se. (...) Como não há mulheres fala-se razoavelmente sobre elas. E como não há guerra, fala-se bastante dela". Em suma, Nambuangongo é um passado mal contado. Era nesta localidade, antes de ser tomada pelos portugueses, que estava instalada a central da União dos Povos de Angola (UPA). Sobre este movimento independentista responsável pelos ataques do 15 de Março nada se registou nesta reportagem.

V. 7.4. A entrada das tropas portuguesas na Pedra Verde

Na *Notícia*, a localidade de Pedra Verde é apresentada ainda antes da chegada dos portugueses ao local (16 de Setembro de 1961). Em Agosto de 1961, uma reportagem de Brandão Lucas sobre o ataque à povoação de Úcua (10 de Abril de 1961) - "povoação que fora traiçoeiramente violada e que assistira às mais horrendas cenas" – apresenta como sub-título *O mistério da Pedra Verde*. Um militar que conhecia a zona, onde se encontravam "bandoleiros" da UPA, não muito distante do local onde foi realizada a reportagem, apresentava Pedra Verde como "uma penedia enorme, toda perfurada de cavernas e corredores naturais que se ligam entre si. Um verdadeiro labirinto". Esta antecipação não significa, no entanto, que o assunto tenha sido destacado pela *Notícia*. Tal não aconteceu no presente. Um ano depois apenas se

revelou que a operação militar que conduziu à reocupação de um terreno ocupado pelo inimigo decorreu em "circunstâncias duras".

V. 7.5. Referências às forças de libertação

O "inimigo" das forças portuguesas que defendem a Pátria em Angola tem muitos nomes, como já referimos anteriormente. "Terroristas", "criminosos", "demónios", "bandoleiros" e "facínoras" são apenas algumas das denominações que identificam o outro lado da batalha vedado ao jornalista. Ainda que este outro lado tenha sido apresentado desde o início, só a partir de 1966 é associado a partidos, ou seja, aos movimentos de libertação. Numa fase inicial pouco se escreve sobre os partidos além de que são sempre os criminosos e os vencidos, mas, a partir de 1968, ano em que Marcello Caetano substitui Salazar, o terreno começa a ser desbravado. Além de se chamarem os inimigos pelos nomes, dão-se mais informações sobre os acontecimentos. Ao que os olhos do jornalista vêem são acrescentados dados. Sejam verdadeiros ou não, certo é que a nova abertura permitiu à *Notícia* dar mais pormenores sobre a guerra.

Na edição de 31 de Dezembro de 1966, um suplemento "Extra" de oito páginas, da autoria do enviado especial Joaquim Cabral, dá conta de um *Natal sangrento no Leste de Angola*. O jornalista relata o segundo ataque da UNITA[152], perpetrado a 25 de Dezembro, contra a povoação de Teixeira de Sousa – "algumas centenas de terroristas provenientes da região de Dilolo, no Katanga (República Democrática do Congo), lançaram um ataque de surpresa (...) os bandoleiros foram repelidos deixando no terreno perto de 200 mortos". Nesta operação, que foi "projectada friamente do outro lado da fronteira", "foram encontrados cartões de identidade do partido UNITA" e "entre os mortos foram reconhecidos alguns elementos do MPLA". No terreno também foram encontradas "granadas rudimentares" usadas pelos "bandoleiros". "As 'armas finas' estavam nas mãos dos que não se expuseram".

---

[152] A primeira acção da UNITA – ataque a Cassamba, no Leste de Angola, a 4 de Dezembro de 1966 – não foi noticiada pela revista.

A 15 de Março de 1969, na reportagem *A Guerra continua*, Fernando Farinha assume que "de entre os três movimentos revolucionários ora em actuação nesta zona [Leste de Angola], o MPLA é o que nos causa maiores preocupações". No mesmo texto pode ler-se ainda que "(...) enquanto o MPLA incide (...) no guerrilheiro como elemento básico, prejudicando-se as populações, se necessário for, (...) a UPA e a UNITA colocam o povo e o combatente num pé de igualdade". Na edição de 10 de Outubro de 1970, a reportagem *10 anos de Guerra* - de Fernando Farinha (imagem) e Moutinho Pereira (texto) - tem um objectivo assumido nos primeiros parágrafos: "Para muitos portugueses, porém, continuam (...) obscuros os antecedentes, desconhecidas as linhas originais, ultrapassados os conceitos, de um combate que diz respeito a todos (...). Parece chegado o tempo de se colmatar essa profunda brecha (...) provocada por uma informação insuficiente, parcelada e confusa". Ao longo do texto, são apresentados "os nossos inimigos" (desde a data em que foram fundados os partidos) e são também dadas informações sobre o "ponto actual da situação", quem dá ordens aos terroristas e o desenvolvimento das Forças Armadas Portuguesas. A reportagem *Guerra doze anos depois* publicada na edição de 21 de Abril de 1973 serve também de exemplo. No texto de Fernando Farinha pode ler-se que "(...) a 'Frente Nacional de Libertação de Angola' (GRAE) – a antiga UPA – consegue produzir uma maior actividade dentro de Angola do que o próprio MPLA".

O nome dos partidos raramente surge em títulos. Segundo Estrela Serrano (2006:133), o "título é o lugar privilegiado do acontecimento" e é também "o primeiro indicador do 'valor' duma informação". Apesar da referida abertura, na *Notícia*, o outro lado da guerra continuou a ocupar lugar inferior relativamente às informações sobre as forças portuguesas.

V. 8. SALAZAR, O DITADOR POUCO VISÍVEL NA *NOTÍCIA*

A revista *Notícia* não deu muito espaço da sua publicação a Salazar. A ausência tem explicação: segundo Hélder Freire, "não se ligava muito a Salazar. Aparecia nos jornais quase por dever de ofício"; para António Gonçalves, falava-se pouco do ditador "para evitar os cortes da censura"; Moutinho Pereira diz que "só se falava de Salazar

quando era obrigatório"; Fernando Farinha admite que a redacção da *Notícia* não morria de amores pela personagem. Sabe-se hoje que não era simplesmente uma questão de simpatia que ditava a ausência de Salazar. A "imagem poderosa[153]" do governante não poderia ser assim mantida com demasiada exposição mediática.

Salazar surge pela primeira vez na *Notícia* a 14 de Julho de 1961. A reportagem de duas páginas, a preto e branco, sem direito a qualquer menção na capa, foi da autoria de Dante Vacchi. O jornalista conta tudo o que fez desde o dia em que pediu autorização para fotografar o "palacete senhoril" até à conversa que teve com Salazar. Duas idas à casa do "homem que, sozinho e em silêncio, governa um país inteiro" foram necessárias para o resultado final. A casa é retratada ao pormenor; os passos dados e as pessoas com quem se cruza são descritos por ordem. Três fotografias ilustram a peça: na primeira página, Salazar está sentado com os olhos postos num jornal; na segunda, uma fotografia maior mostra o presidente sentado numa poltrona a consultar um dossier e, na mais pequena, Salazar está de pé, no jardim, junto a um galinheiro. O artigo dá também destaque a uma caixa que revela que "pela primeira vez um jornalista consegue penetrar na intimidade do presidente português".

Em *As Origens da Reportagem – Televisão*[154], Jacinto Godinho encontrou o mesmo cenário de "suspense" na primeira reportagem televisiva feita sobre Salazar, da autoria de Baptista Rosa. A 28 de Abril de 1958, o telespectador, curioso por "ver o que raramente aparecia", entra de facto na casa do "pouco visível mas omnipresente homem do poder português", mas não na sua vida íntima, como desejava. Entre um "distanciamento aproximado" e uma "proximidade distante", o telespectador, assim como o leitor da reportagem de Dante Vacchi, "viu mas sem ver", continuando, na realidade, a intimidade de Salazar num abrigo inultrapassável.

Cerca de cinco anos depois, a 16 de Abril de 1966, Salazar volta a ter destaque na *Notícia*. Desta vez tem direito a cinco páginas e a chamada de primeira página onde o seu nome não consta: *Lisboa: um 13 de Abril inesquecível*. O trabalho jornalístico é da autoria de dois enviados especiais à Metrópole – Américo Rebordão Corrêa (texto) e Eduardo Baião (fotos). A primeira página do artigo serve de capa: uma fotografia de

---

[153] Jacinto Godinho, *op. cit.*, p. 127.
[154] Jacinto Godinho, *op. cit.*, pp. 127-128.

Salazar ocupa a página por completo. O protagonista surge de mão levantada em jeito de saudação e de leve sorriso no rosto. O título diz ao leitor que *Em Lisboa Salazar viu Angola*. Estas páginas apresentam o discurso de Salazar, não reproduzido na íntegra por falta de espaço, assume o jornalista, proferido durante uma cerimónia de homenagem ao presidente que, no mesmo dia, cinco anos antes, anunciou que era necessário enviar tropas "para Angola, rapidamente e em força". Não fossem as legendas, os títulos e uma pequena introdução e o jornalista Américo Rebordão Corrêa teria feito uma mera cópia da palavra dita para o papel. O discurso copiado termina com uma promessa que não foi cumprida: "E a tão desejada visita a Angola? Pois parece-me bem deixá-la para o momento em que, dominado ou expulso o último terrorista, ali possamos celebrar o heróico esforço da Defesa".

Nova aparição de Salazar na *Notícia* data de 28 de Maio de 1966. Uma fotografia do professor Salazar com os olhos postos num jornal ocupa a capa da revista com o título *28 de Maio: Quarenta anos de revolução pacífica*. O destaque inicial não corresponde ao que se encontra no interior: uma coluna intitulada *Quarenta anos*, ao lado da ficha técnica. O editorial, não identificado como tal e também não assinado, recorda a importância da Revolução de 28 de Maio de 1926, que pôs termo à Primeira República Portuguesa, e o papel relevante de Salazar nesta mudança: "Portugal deve muito à inteligência, à coragem, à dignidade e ao decoro político do prof. Salazar. Portugal e, muito especialmente, Angola."

Pouco mais de um mês depois, a 9 de Julho de 1966, Rebordão Corrêa e Eduardo Baião noticiam *Assaltada a residência do professor Salazar*. A capa das cinco páginas é ocupada por uma fotografia repleta de mulheres que saúdam o ditador que quase não se vê na imagem. Também aqui, como na reportagem de Baptista Rosa citada por Jacinto Godinho, o ditador aparece "ao longe e de soslaio[155]". Salazar teve "o bom senso de ficar solteiro", conta o jornalista da *Notícia*, mas nem assim se salvou de "um revolto mar de saias": "quatrocentas e trinta senhoras lhe entraram pela casa de São Bento dentro". Eram congressistas do Movimento Nacional Feminino (MNF) e fizeram fila para cumprimentar o presidente. Todo o cenário é apresentado em pormenor. Faltam palavras do professor que se retirou com um exemplar da *Notícia* na

[155] Jacinto Godinho, *op. cit.*, p. 128.

mão. Pouco antes da saída de cena de Salazar, destaque para um pequeno episódio reproduzido na peça jornalística:

"No fim, quando o imenso grupo debandava relutantemente, Cecília Supico Pinto[156] *re-apresentou-nos ao Presidente:*
- Este é um dos refilões do 'Notícia' de Luanda. Refilões mas assim é que é – não é Senhor Doutor?
- Bom, bom... Muito prazer em vê-lo."

O "Senhor Doutor" volta a ser notícia a 6 de Maio de 1967. Uma grande imagem ocupa uma página deixando algum espaço para um pequeno texto. A *Notícia* dá os parabéns a Salazar pelos 78 anos de vida e também pelo 39.º aniversário da sua entrada para o Governo do Presidente do Conselho. "Os que trabalham nesta casa, todos nascidos já sob o governo de Salazar, saúdam o Homem que lhes permitiu que crescessem em paz mas que, quando a integridade do país foi ameaçada, soube unir tudo e todos para enfrentar a guerra". Ainda em 1967, Salazar tem direito a meia página. Na rubrica *Isto tornou-se Notícia*, uma foto legenda conta que, "homenageado pelos municípios de Moçambique, Salazar falou à Nação". O texto termina com uma citação do Presidente do Conselho: "seria grave para o Mundo deixar-se arreigar a convicção de que o terrorismo é invencível".

A 4 de Maio de 1968, nova fotografia de Salazar surge numa coluna acompanhada por um pequeno artigo intitulado *40 anos de Governo*. Salazar completou 79 anos de idade e 40 de Governo e a *Notícia* congratula "o mais famoso estadista da história contemporânea portuguesa". A meio do texto, a *Notícia* destaca que, apesar de "não poucas vezes" ter "discordado do Governo em questões de pormenor", Salazar merece "as mais respeitosas felicitações".

Marcello Caetano – Novo Chefe do Governo – o título identifica duas páginas a 28 de Setembro de 1968. Mais de metade são ocupadas com o currículo de Marcello Caetano. Sobra apenas espaço para uma fotografia do próprio e para um *Comunicado do Chefe do Estado à Nação*, Américo Tomás. O Presidente da República informa que Salazar "adoeceu gravemente" e que, depois de ter sido submetido a uma intervenção

[156] Cecília Maria de Castro Pereira de Carvalho Supico Pinto, mais conhecida por "Cilinha", era a presidente do MNF, maior elo de ligação entre as forças portuguesas (destacadas em Angola, Guiné e Moçambique) e a Metrópole, criado em 1961. Segundo a investigadora Sílvia Espírito Santo, em *Adeus, Até ao Teu Regresso*, "Cilinha" viajou por todas as colónias e "esteve debaixo de fogo, chegando a ser ferida enquanto visitava os soldados".

cirúrgica, "prostrou em estado de coma". Em *Diário de Governo* é publicado que "atendendo a que os superiores interesses do país têm de prevalecer", a situação "obriga à decisão dolorosa de substituir na chefia do Governo o Doutor António de Oliveira Salazar" por Marcello José das Neves Alves Caetano.

Ainda a 28 de Setembro, oito páginas são dedicadas ao estado de saúde de Salazar. "Todo um País segue inquieto e ansioso a luta que o homem que tem dirigido os seus destinos nos últimos quarenta anos trava pela sobrevivência". Na edição seguinte, sobre Salazar, há apenas uma fotolegenda intitulada *Missa por Salazar*. "O Colégio Santa Maria Goretti mandou celebrar uma missa pelas melhoras do prof. Dr. Oliveira Salazar". Neste mesmo ano de 1968, Salazar não volta a ser notícia. Excepção apenas para uma breve na edição de 28 de Dezembro em que é feito o balanço do ano que estava a terminar (*Um ano em Notícia*).

Em 1968, Salazar não foi notícia mais vezes porque a censura não deixou. Segundo José Filipe Pinto, a 17 de Setembro, a *Notícia* foi proibida de publicar o artigo intitulado *O prestígio de um homem*. O texto que os leitores da revista não leram dizia "doente Salazar todo o país ficou doente. É as melhoras de ambos que ficamos a desejar[157]". A 29 de Outubro, o artigo *Salazarismo e Marcelismo* foi alvo de corte total. José Filipe Pinto explica que o texto "defendia que o curto período do Marcelismo mostrava 'já nítidos sintomas de mudança' e se procedia a uma crítica daqueles 'cuja única preocupação consiste no andar politicamente em dia. Que têm um pavor enorme em serem do «contra» ou, pelo menos, não serem a favor'[158]".

Salazar regressa à *Notícia* em Fevereiro de 1969. Uma fotografia, em que o ex-chefe do Governo aparece dentro de um carro, ocupa grande parte do espaço de duas páginas. A restante área aceita o título *Salazar regressou a S. Bento*, outra fotografia e uma breve que anuncia a transferência de Salazar da Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa para o Palácio de São Bento. Apesar de algumas melhorias, "o cérebro que governou Portugal está, em definitivo, prejudicado pelas graves lesões sofridas

[157] José Filipe Pinto, *op. cit.*, p. 208.
[158] *Idem*, p. 211.

durante a prolongada doença". Depois desta referência e até Novembro do mesmo ano, na *Notícia*, não mais se falou de Salazar[159].

Na edição de 1 de Agosto de 1970, a capa da revista é dada a Fernanda Franco, actriz que "vai casar e fixar residência em Luanda". Na primeira página não há qualquer referência a Salazar que tinha morrido a 27 de Julho. A perda é dada a conhecer no interior da publicação: quatro páginas dão conta do sucedido com o título *A Nação está de luto*. A *Notícia* mostra o ex-presidente já no caixão e acompanha as cerimónias fúnebres com "honras ímpares à sua memória" - para grandes imagens, poucas palavras. Na mesma edição, num "Extra" com 28 páginas intitulado *Vida e morte de Salazar*, a *Notícia* explora a vida do ditador com palavras[160] e imagens. Na segunda página, há coragem para escrever que "morreu um Homem que, aqui certo além errado, conduziu durante quatro décadas uma nação pelos caminhos que mais lhe pareceram levar ao progresso". Segue-se a vida e obra do "estadista português".

Em dez anos, a *Notícia* fala directamente[161] de Salazar em pouco mais de uma dezena de edições. Salazar não gostava de aparecer – "(...) a privacidade a que o próprio Salazar auto-subtrai o corpo jurídico do ditador, sobrepondo-o ao seu próprio corpo físico, mas iludindo-o, confere-lhe com alguma perversidade a talvez tão procurada dimensão de 'eternidade' de um projecto que as mais de quatro décadas da sua permanência no governo e na liderança administrativa do país bem atestam[162]" -, a *Notícia* não gostava que aparecesse.

V. 8.1. Marcello Caetano, o "Homem do Povo"

Após a saída de Salazar, com o intuito de relançar a imagem do regime, Marcello Caetano adopta "uma nova estratégia de comunicação[163]": "Não me falta ânimo para enfrentar os ciclópicos trabalhos que antevejo. Mas seria estulta pretensão de os levar a cabo sem o apoio do País. (...) Esse apoio (...) será solicitado através da

[159] A 1 de Novembro de 1969, uma foto legenda mostra que Salazar recuperou e teve forças para votar nas eleições legislativas portuguesas, as primeiras realizadas após a sua saída do Governo.
[160] Os discursos de Salazar também são publicados neste suplemento.
[161] Outras referências, de menor destaque, são encontradas nas edições da *Notícia*. O tratamento dado à imagem de Salazar é idêntico.
[162] Francisco Rui Cádima, *A Televisão e a Ditadura (1957-1974)*, pp. 2-3. Texto disponível em http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/httv/artigos/TVDITAD.pdf.
[163] *Idem*, p. 11.

informação tão completa e frequente quanto possível procurando-se estabelecer comunicação desejável entre o Governo e a Nação[164]". A televisão foi a principal vítima de Marcello[165], que a 28 de Dezembro de 1970 envia uma carta à RTP onde refere que a "televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização[166]". Em 1972, a 4 de Março, a *Notícia* publica, em *Notas Várias*, palavras do Presidente do Conselho que seguem o mesmo sentido: "Um povo mal esclarecido é fácil presa dos aventureiros, dos demagogos, dos críticos apaixonados e dos charlatães anunciadores de promessas redentoras". A *Notícia* comentava a opinião do "Sr. Presidente": "Cem por cento de acordo (...). Por isso nós nos batemos tanto pelo direito de informar e esclarecer".

Na *Notícia*, Marcello Caetano é apresentado como "o Homem do Povo", de quem não se espera nem "milagres executivos" nem "decisões espectaculares", mas em quem se deposita esperança ("milhões de pessoas contam com ele"). De todos os artigos que lhe fazem referência, a visita do presidente a Angola, Guiné e Moçambique é, sem dúvida, o mais destacado. Ainda não tinha chegado à Província e já era "bem-vindo", na edição de 12 de Abril de 1969 – "No início da próxima semana Marcello Caetano estará em Angola. Será assim cumprida a promessa". A visita teve direito a "recepção apoteótica" e o "aspecto mais impressionante dessa viagem" foi "o contacto de Marcello Caetano com o Povo" – "simples, amável, fugindo ao protocolo, entregando-se à multidão". O Presidente do Conselho "deixou-se levar pela cobiça do demasiado visível[167]", como evidencia Jacinto Godinho.

Outra grande referência ao presidente foi a *Carta aberta a Marcello Caetano*, publicada a 30 de Maio de 1970, escrita por Edite Soeiro, que tinha acompanhado Marcello numa viagem a Espanha para "assinar um novo Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão entre os Governos de Portugal e Espanha". A jornalista começa por realçar a "bendita atitude teimosa" da direcção da *Notícia* que soube reivindicar para estar presente no evento que, se assim não fosse, só contaria

[164] Citação de Marcello Caetano, proferida a 27 de Setembro de 1968. Francisco Rui Cádima, *op. cit.*, p. 11.
[165] Salazar preferia panfletos e livros. Por não ter qualidades de orador, era mais fácil apresentar-se à Nação através da escrita. O ditador referia-se à rádio e à televisão como "as suas irmãs mais novas" e não via benefícios nestes meios de comunicação.
[166] Francisco Rui Cádima, *op. cit.*, p. 16.
[167] Jacinto Godinho, *op. cit.*, p. 144.

com jornalistas da imprensa diária. "Porque nós, Senhor Presidente, os trabalhadores da Imprensa Não Diária, continuamos a não ser reconhecidos como jornalistas, a não usufruir dos mesmos direitos de quantos fizeram da pena a sua enxada e nas colunas de um jornal levantaram a sua trincheira". Em duas páginas, Edite Soeiro defende o seu jornal com um "recado que parece atrevimento mas não é" e conta também a conversa que teve com Marcello Caetano (dentro do avião), que assumiu ler a *Notícia* "todas as semanas". No último parágrafo da peça é evidenciada a já referida esperança em Marcello Caetano: "Vi, ouvi, relatei, opinei. Mas, sobretudo, contactei pela primeira vez, com um presidente do país a que pertenço, encontrando nele a abertura capaz de me decidir a esta conversa. Conversa que espero que não seja vedada, porque sei que é ele quem pode encontrar a plataforma capaz de permitir a existência verdadeira de um verdadeiro jornalismo português, numa altura em que está prevista a discussão da Lei de Imprensa". Nesta carta, além de ficarmos a saber que Marcello era uma figura acarinhada, respeitada e até pouco temida, tendo em conta o "atrevimento", ficamos também a perceber por que motivo vários jornalistas da *Notícia* tratavam (e ainda tratam) a revista no género masculino. António Gonçalves chamou-lhe "talvez complexo" muito embora, assume, fosse o *Notícia* "que dava verdadeiramente as notícias" e assim merecesse ser designado por jornal.

V. 9. "ZÉ DA FISGA", O SOLDADO PORTUGUÊS

A revista *Notícia* soube usar uma "forma de comunicar onde a estética se alia a um grão divino de inteligência"[168]. Fê-lo através do "Zé da Fisga[169]", um cartoon que ocupava uma das páginas centrais e a cores do semanário. A caricatura, publicada nesta revista entre 1967 e 1968, apresentava o soldado português destacado em Angola[170]. O jovem, personagem principal do cartoon, vestia uniforme de campanha

[168] Citação de Osvaldo de Sousa in *História da Arte da Caricatura na Imprensa em Portugal*, vol. I, 1998, citado por Fernando Cascais in *Dicionário de Jornalismo*, p. 44.
[169] Ver exemplos no anexo 4.
[170] Esta versão coincide com a versão transmitida no livro *Guerra Colonial – Um Repórter em Angola*: "As expressões dos rostos dos jovens soldados acabados de chegar de Portugal e logo atirados para as emboscadas nas matas dos Dembos, que Fernando Farinha fixou há 40 anos, logo nos trazem à realidade do nosso povo. Aqueles somos nós, os mais indefesos e os mais puros dos portugueses, aqui mais uma

(camuflado) e no bolso direito exibia sempre uma fisga. Segundo as imagens, o soldado gostava de cerveja, adorava mulheres e era incompetente, preguiçoso e distraído. Um sargento autoritário, personagem secundária, também aparecia no cartoon como símbolo do poder militar que impõe regras. O desenho conta ainda com outras personagens: militares (camaradas do "Zé da Fisga"[171]) e "garotas brancas, pretas e mulatas"[172]. "Resumindo, o sargento manda, o Zé obedece e as garotas são a liberdade". A explicação é dada por Fernando da Silva Gonçalves, autor do "Zé da Fisga" que, na *Notícia*, assinava o cartoon com o pseudónimo Nando.

A origem do "Zé da Fisga" remonta ao início da década de 60. Fernando Gonçalves - que cumpriu serviço militar no Exército, em Portugal e em Angola - elabora a imagem para identificar a companhia militar à qual pertence - Companhia de Caçadores 371. Por esta altura, aguardava embarque para a Guerra do Ultramar. "Como também tardavam na distribuição do armamento[173] para a minha companhia, achei por bem desenhar um soldado camuflado com uma fisga (...). A partir daí passámos a ser identificados por 'Companhia do Zé da Fisga' e, logo a seguir, o desenho foi adoptado unanimemente como brasão para aplicar no camuflado[174]".

Em Angola, Fernando Gonçalves continuou a desenhar. O talento do soldado não passou despercebido às chefias militares que o destacaram mais tarde de Cabinda para Luanda. Na capital, na 2.ª Repartição do Quartel General do Exército, a função do autor do "Zé da Fisga" era desenhar "imagens de acção psicossocial[175], que seriam depois lançadas pela Força Aérea nas matas de Angola[176]". O serviço militar de Fernando Gonçalves termina em 1965. "Por lá fiquei até 1975. Conheci a minha mulher, casei-me e nasceram dois filhos".

---

vez trazidos dos campos e da pobreza para embarcarem numa aventura em que se transcenderiam!" (2001:16-17).

[171] Oficiais, ainda que em número reduzido, também eram personagens secundárias.

[172] Fernando Gonçalves foi entrevistado via e-mail em Janeiro e Fevereiro de 2012.

[173] Segundo Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, "As Forças Armadas Portuguesas, por fraqueza do aparelho produtivo nacional, que não dispunha nem de indústrias nem de tecnologia para as equipar, e por embargo político, que limitava as aquisições no estrangeiro, tiveram muitas dificuldades em obter os meios mais adequados para combater em África (…)" (2000:114).

[174] Ver anexo 5.

[175] Segundo Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, em *Guerra Colonial*, a acção psicossocial, também conhecida por Apsic ou Psico, designa a junção da acção psicológica com a acção social. A acção psicológica, que se destina "a influenciar as atitudes e o comportamento dos indivíduos", era usada como arma de guerra pelas forças portuguesas e também pelos movimentos de libertação. A acção social visava conquistar a confiança das populações (2000:268).

[176] Entrevista por e-mail a Fernando Gonçalves em Janeiro de 2012.

O “Zé da Fisga” foi publicado pela primeira vez no jornal humorístico *O Miau*. A revista *A Palavra* também o recebeu mas foi na *Notícia*, a cores, que obteve maior destaque. Fernando Gonçalves entrou na ficha técnica do *Notícia* a convite de Charulla de Azevedo. “À margem, ia publicando o Zé da Fisga em formato postal, alguns publicitando marcas de tabaco[177] e cerveja. Caso único em Angola é a realização de um filme em desenho de animação com publicidade às pilhas TUDOR[178], que era projectado nos intervalos dos melhores cinemas de Angola”. Fernando Gonçalves garante que o “Zé da Fisga” “foi sempre muito estimado, tanto pela sociedade civil, como pelos militares angolanos e portugueses”. “Onde estivesse publicado, era sempre a primeira página a ser consultada”.

Ainda segundo o autor do cartoon, “nada havia a censurar no Zé da Fisga”. Se a memória não o atraiçoa, foi censurado uma única vez. Neste desenho, “o Zé leva uma querida nos braços, ambos tocados pelos corpos, como quem regressa duma farra, onde se podia ler a famosa frase de contestação à guerra dos americanos no Vietnam ‘Make love, not war’. A redacção do *Notícia* informou-me que o tinham cortado. Como não havia tempo para fazer outro desenho para ocupar a página, modifiquei a mensagem para ‘Make war with love[179]’ e aí passou.” Este corte prova que os censores – “pessoas idóneas, que dêem a maior garantia de defesa da ordem política e social vigente e possam ser responsabilizadas, civil, criminal e disciplinarmente, pelos danos ou prejuízos morais ou materiais que porventura ocasionem ao Estado[180]” - não estavam desatentos em relação ao “Zé da Fisga” e que este cartoon tinha limites que não podia ultrapassar. Se, em nome da acção psicológica, a censura deixava passar referências a sexo e a álcool, esta incitação à interrupção da guerra já não era admissível. A acção psicológica era exercida não só sobre os militares portugueses, com o intuito de manter e fortalecer a moral das tropas, como também sobre a população - “sob a forma de assistência sanitária, religiosa, educativa e económica[181]”

[177] Ver anexo 6.
[178] Ver filme em http://reviverestorias.blogspot.com/2011/02/o-ze-da-fisga.html.
[179] Ver anexo 7.
[180] Artigo 4.º do Decreto-lei n.º 27 495 de 27 de Janeiro de 1937.
[181] Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, p. 270.

- e o inimigo - "isolar os guerrilheiros das populações, desmoralizá-los e conduzi-los ao descrédito quer na sua acção, quer na dos seus chefes[182]".

Fernando Gonçalves despediu-se da *Notícia* após a morte de João Charulla de Azevedo. Novas regras de uma nova administração foram a causa do abandono: "queriam que eu cumprisse um horário igual ao dos trabalhadores de oficina. Como nunca usei relógio na minha vida, despedi-me". Foi trabalhar para a agência de publicidade *Estúdios Norte* e, mais tarde, na mesma área, abriu o seu próprio negócio. Por força da guerra, Fernando Gonçalves regressa a Portugal em 1975. *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias* mostraram-se interessados em dar continuidade ao "Zé da Fisga" mas, por considerar que estes jornais tinham "tendências políticas opostas", Fernando Gonçalves recusou os convites: "Não queria ver o meu Zé carimbado, ele que era um anarca". Hoje, o desenhador e cartoonista garante que o "Zé da Fisga" "ainda não morreu. Na primeira oportunidade vou fazer uma revisão de todos os meus bonecos e publicarei um álbum por conta própria".

Sendo o cartoon um género jornalístico, o "Zé da Fisga" ajudou a *Notícia* a relatar uma das faces da Guerra Colonial em Angola. Actual, cómico e opinativo, o "Zé da Fisga" suscita várias interpretações:

- enquanto retrato de uma guerra pouco importante onde os militares nem se cruzam com o inimigo. Poderia ser esta uma visão tranquilizadora para a opinião pública e também para os próprios militares[183]. Segundo Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, "as páginas humorísticas relativas às missões dos corpos de tropas e às situações vividas nas várias fases da comissão contribuíam para integrar os jovens militares nas realidades que viviam ou iriam viver. O dia-a-dia dos militares nos quartéis do mato passava-se entre as tarefas de segurança, as operações e a rotina dos longos dias" (2000:478);

- como perfil do jovem soldado português que é obrigado a ir para Angola, combater numa guerra que pouco conhece e também que pouco lhe suscita interesse

[182] *Idem.*
[183] "O 'Zé da Fisga' entende que a guerra não é importante, enquanto produto criado pelos políticos, que não olham a meios para atingir os seus fins" – citação de Fernando Gonçalves.

e preocupação – "o soldado que morre pela pátria / sem saber o que é a pátria[184]". Aqui a fisga pode ser vista como símbolo do ruralismo do soldado que sai da sua terra e se deslumbra com a Província, deixando a guerra para segundo plano, e também como uma arma de guerra pacífica;

- como instrumento que eleva a moral das tropas: "O Nando, através da sua personagem, foi um dos que mais contribuiu para que os nossos soldados (e não só) tivessem momentos de humor e se esquecessem dos momentos mais bicudos da sua missão. (...) Toda a gente era o 'Zé da Fisga', malandro quanto baste, e as miúdas que se cuidassem." (Mário Lima); "O 'Zé da Fisga' fez mais pelos nossos rapazes de camuflado do que toda a acção das senhoras da Mocidade Portuguesa: mantinha-lhes a mente sã e não os deixava esquecer 'o lado bom da vida'!" (Célia)[185].

A cor e a dimensão do desenho, a simplicidade da mensagem e a vertente humorística ditaram o sucesso do cartoon que aliava "a arte à perspicácia jornalística[186]" e que era "susceptível de ter mais impacto no leitor do que a restante informação[187]". No entanto, o "Zé da Fisga" não era só parte visível. O cartoon era também o invisível, uma vez que, nas entrelinhas, o "Zé da Fisga" também transmitia mensagens. A imaturidade e a fraca instrução militar dos jovens soldados servem de exemplo.

O sucesso do "Zé da Fisga" pode também explicar-se se tivermos em conta que, para o perceber, não era necessário saber ler. Desta forma, é pertinente fazer agora uma pausa na análise do cartoon para conhecer o grau de alfabetização da época, de forma mais pormenorizada em Angola e, sucintamente, em Portugal. Em 1958, segundo o Anuário Estatístico do Ultramar, 96,97% da população angolana[188] era analfabeta. "(...) calculava-se que 60% dos que sabiam ler eram europeus, perfazendo

---

[184] Fernando Pessoa, *apud* Rui de Azevedo Teixeira, *O Leitor Hedonista* (Lisboa: Hugin Editores, 2003), p. 41.
[185] Comentários de Mário Lima e Célia publicados no blogue *Reviver Estórias – Vivências e Ambiências de Leão Verde*, num texto sobre o "Zé da Fisga", publicado a 7 de Fevereiro de 2011, disponível em http://reviverestorias.blogspot.com.
[186] Jorge Pedro Sousa e Micaela Gonçalves, *Os cartoons como género jornalístico: uma incursão na imprensa diária portuense* (Universidade Fernando Pessoa), p. 2. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-cartoons1.html.
[187] *Idem.*
[188] Eduardo de Sousa Ferreira, *op. cit.*, p. 79.

os africanos a percentagem de 10%[189]". Segundo Eugénio Lisboa[190], o baixo nível de escolaridade dos "nativos" era causado pela "escassez de professores e monitores qualificados". Em 1959, em Angola, 4 118 professores eram responsáveis por 138 426 alunos[191]. Estes dados fazem parte de uma época em que a população de Angola se encontrava dividida por "duas espécies de pessoas: aqueles que gozavam dos direitos constitucionais e privilégios dos cidadãos portugueses, por mais restritos que estes fossem devido à natureza autoritária do regime, e aqueles que não gozavam de qualquer direito ou privilégio[192]". Até 1961, a educação desta segunda "espécie" de cidadão era da responsabilidade de missionários – "(...) os chefes da igreja têm geralmente considerado o ensino não como actividade principal em si, mas como um meio de difundir a religião. Isto explica, pelo menos em parte, a razão por que, apesar dos subsídios do Estado, as actividades educacionais das missões tiveram fraco resultado[193]". A partir de 1961, deixa de existir uma educação exclusivamente destinada aos africanos. "O ensino primário foi tornado obrigatório para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos de idade, dentro dos mesmos princípios aplicados na metrópole[194]". No final da década de 60, já eram notórios os efeitos da nova política educacional. Em Angola, numa década (60-70), o número de alunos (de 119 234 para 425 815) e o número de estabelecimentos de ensino (de 2087 para 4551) duplicaram e o número de professores triplicou (de 3714 para 13014)[195]. Em Portugal, segundo Medina Carreira, em 1960, 40,3% da população era analfabeta. Este valor desceu para 38,1% em 1970. O elevado grau de analfabetismo tanto em Angola como em Portugal não era impedimento para "ler" o "Zé da Fisga" que, através da *Notícia*, chegava a um elevado número de pessoas. Entre os leitores, estavam militares que lutavam pela Nação: as forças eram constituídas por portugueses vindos da metrópole[196] e por efectivos locais[197] recrutados em Angola.

---

[189] *Idem.*
[190] Citado por Eduardo de Sousa Ferreira, *op. cit.*, p. 79.
[191] Eduardo de Sousa Ferreira, *op. cit.*, pp. 84-85.
[192] *Idem*, p. 15.
[193] Alfredo Margarido citado por Eduardo de Sousa Ferreira, *op. cit.*, p. 75.
[194] Eduardo de Sousa Ferreira, *op. cit.*, p. 87.
[195] *Idem*, pp. 92-97.
[196] São conhecidas histórias de militares analfabetos que pediam a outros militares para lhes escreverem cartas à família.
[197] "Todos os países europeus, nos conflitos coloniais, armaram e organizaram elementos das populações locais e constituíram com eles unidades integradas, em grau variável, nas suas forças armadas, para

Segundo Jorge Pedro Sousa e Micaela Gonçalves, o estudo dos cartoons pode ser feito de uma perspectiva crítica, entre outras. Os "cartoons de actualidade", como o foi o "Zé da Fisga", são "artefactos culturais aparentemente simples", cujo estudo se traduz num "exercício complexo de análise semiótica pois poucas formas de expressão conseguem entrelaçar palavras, imagens e sentido tanto como eles. Esse formato intelectual e emocionalmente complexo onde se unem, subjectivamente, texto e imagem, desvela-se sob a forma de um agente sedutor com influência sobre as pessoas e a sociedade[198]".

A imagem do soldado da Metrópole transmitida através do "Zé da Fisga", ainda que tenha uma percentagem de verdade, não era favorável aos portugueses que combatiam na Guerra Colonial, no entanto, a censura permitiu que este cartoon fosse publicado. A mesma sorte não tiveram outros retratos do soldado português. A título de exemplo, José Filipe Pinto, em *Segredos do Império da Ilusitânia*, recorda a reportagem intitulada *A Feira*, do diário *a província de Angola*, que a censura cortou em Fevereiro de 1969. A peça era "uma crítica à guerra que 'aquele barbudo soldado de infantaria, que conta os dias pelos nós que vai dando no seu rosário do tempo', considerava 'chata, sem domingos, nem dias santos'[199]". Esta visão, sem a vertente cómica típica do "Zé da Fisga", podia assustar os militares, principalmente os mais modernos. Neste sentido, também no jornal *a província de Angola*, em Abril de 1969, a censura proíbe na íntegra a publicação da notícia *Autorizados a permanecer na Suécia 204 desertores norte-americanos*. Segundo José Filipe Pinto, "os militares não queriam correr 'o risco de serem enviados para o Vietname' e a censura não queria correr o risco de deixar difundir maus exemplos, sobretudo numa fase em que o número de refractários ao serviço militar era bastante elevado porque, para os jovens, a Europa – mesmo que alcançada a salto – era mais atractiva do que um período de recruta seguido de, pelo menos, dois anos de guerra no Ultramar[200]". Se, nos dois exemplos anteriores, a censura foi previsível, neste terceiro, a teoria acima apresentada perde legitimidade. Em Maio de 1965, a censura permitiu que a revista *Semana Ilustrada*

---

combater ao seu serviço e de acordo com os seus interesses" (Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *op. cit.*, p. 339). Portugal, em Angola, não foi excepção.

[198] Jorge Pedro Sousa e Micaela Gonçalves, *op. cit.*, pp. 5-6.

[199] José Filipe Pinto, *op. cit.*, p. 229.

[200] *Idem*, pp. 234-235.

publicasse, com ligeiros cortes, um diário de campanha de uma pessoa, não identificada, que passara duas semanas no norte de Angola, "resignadamente, com homens que são de carne e osso. Morrem e vivem na sua missão. E tornam-se valentes à custa de si próprios"[201]. De acordo com José Filipe Pinto, "de uma forma algo inexplicável, a Comissão de Censura deixou publicar esta narrativa que não se coibia de denunciar que as tropas portuguesas matavam a sede bebendo água do rio 'com as canecas que os turras deixaram'. Será caso para perguntar onde andavam os censores militares para deixarem chegar ao conhecimento do público a carência miserabilística do exército português[202]".

No "Zé da Fisga", vários são os desenhos que contém referências a sexo e a álcool, como referimos anteriormente. Todavia, avança José Filipe Pinto, "o sexo e o álcool constituíam uma mistura explosiva à qual nem a família nem a Comissão de Censura podiam ficar imunes[203]". Em Outubro de 1970, no jornal *a província de Angola*, um poema de Carlos Gouveia foi cortado por ser considerado "subversivo". "O poema retratava a vida num domingo no Bairro da Fronteira onde 'filhos de colo choram a ausência da mãe perdida algures em casa de algum amigo' enquanto 'mulheres jovens' se deitavam 'na estrada de saibro ainda alcoolizadas pela «farra» de sábado'[204]".

Para compreender melhor as contradições da censura teria sido importante o testemunho de censores mas tal não foi possível. Os "lápis azuis" de ontem recusam falar hoje. Seja como for, o "Zé da Fisga[205]", figura hoje um pouco esquecida, é um importante contributo para a investigação da história da Guerra Colonial que, apesar de todas as obras já publicadas sobre a temática, ainda não foi contada na totalidade.

---

[201] *Idem*, p. 311.
[202] *Idem*, p. 311.
[203] *Idem*, p. 289.
[204] *Ibidem*.
[205] Em menor quantidade, comparativamente com o "Zé da Fisga", a revista *Notícia* também publicou o cartoon "O Agapito", da autoria de Hipólito de Andrade. Esta caricatura era protagonizada por militares da Marinha Portuguesa, fardados a rigor. Os episódios eram idênticos aos do "Zé da Fisga". Além do "Zé da Fisga" e do "Agapito" (ver anexo 8), outros cartoons relativos a forças militares foram publicados na *Notícia* (ver anexo 9).

V. 10. A GUERRA PERDIDA

"Em Angola, a guerra era quase um exclusivo da *Notícia*". A afirmação é de Leston Bandeira que não via noutros jornais da Província tantas referências à guerra como no semanário ilustrado - "Não se falava muito da guerra porque afectava pouco a vida das pessoas em Luanda. A guerra não era importante". Para João Fernandes, "se não fossem as reportagens do Farinha nós até nos esquecíamos que o país estava em guerra".

Moutinho Pereira participou em "muitas operações" militares que "não davam em nada". O facto não significava que o texto não fosse escrito e as fotografias publicadas. "A existência de redes informativas corresponde ao princípio 'onde há repórteres há notícias'. De facto, o 'enviado especial' (...) sente-se 'obrigado' a justificar o investimento feito na sua deslocação, enviando textos, sons, imagens com a frequência e a dimensão impostas, não apenas pela redacção central e pelo desafio da concorrência mas, também, pelo seu próprio desejo de apresentar trabalho. Ora, o número de acontecimentos 'interessantes' para serem noticiados raramente corresponde às expectativas, quer do próprio repórter, quer dos seus superiores hierárquicos - que o pressionam a 'descobrir' informação -, quer do público que espera que o jornal lhe traga, todos os dias, novidades em 'primeira mão'. O jornalista 'deslocado' vê-se, pois, compelido a encontrar notícias mesmo onde elas não existem.[206]" Estrela Serrano referia-se aos jornalistas que acompanharam a guerra no Iraque mas o mesmo se aplica à cobertura jornalística da Guerra Colonial. Os enviados especiais encontravam sempre algo para contar ao leitor: "Os repórteres deslocados possuem algumas estratégias para responder a esse imperativo de descoberta permanente de matéria noticiável. (...) empenham-se na procura de 'estórias' locais e entrevistam quem está 'à mão' ou quem tem experiências para contar. São quase sempre 'estórias' casuísticas que valem, muitas vezes, mais pelo seu carácter literário enquanto narrativas impressivas sobre estados de alma, do que pelo seu valor informativo. São 'estórias' que preenchem a ausência de matéria substantiva para

[206] Estrela Serrano, *op. cit.*, p. 53.

noticiar[207].” Quando a guerra não era encontrada, os jornalistas valiam-se das histórias de vida e do dia-a-dia dos militares, das populações que encontravam e das experiências que viviam.

Em 13 anos, a guerra deixou de ser novidade e passou a fazer parte da rotina do *Notícia*. Em 1962, já se fazia o balanço da guerra que tinha começado há um ano e assim foi até 1974, ano em que terminou o conflito.

[207] *Idem*, pp. 53-54.

CONCLUSÃO

A *Notícia* foi um espelho infiel da Guerra Colonial em Angola. Os dados reunidos nesta dissertação revelam que a revista não noticiou o conflito de forma directa. Houve de facto uma cobertura jornalística de alguns acontecimentos da Guerra Colonial, essencialmente através de reportagens, artigos de opinião e referências editoriais, mas faltou uma cobertura contínua, contextualizada e actual do conflito ultramarino. Notou-se também uma ausência de notícias directas e objectivas sobre a temática. A guerra foi noticiada nos tempos verbais pretérito imperfeito e pretérito perfeito. O passado, maioritariamente contado na primeira pessoa, foi sempre favorável à força portuguesa envolvida na guerra (ao regime do Estado Novo), facto que tornou o discurso panfletário e propagandístico. Não foi preciso investigar entrelinhas para detectar marcas de parcialidade, uma vez que eram evidentes à primeira vista.

A Guerra Colonial em Angola teve destaque na *Notícia* entre 1961 a 1974. No entanto, o espaço que lhe foi cedido não continha dados suficientemente capazes de informar os leitores acerca da actualidade. A experiência vivida pelo jornalista, que acompanhava os militares e sentia na pele os sacrifícios vividos no teatro de operações, era realçado em detrimento de uma vertente informativa e esclarecedora do conflito. O jornalista, visto como um herói, era um soldado, ainda que não usasse as mesmas armas que os militares em combate (as suas armas eram a caneta, o papel e a máquina fotográfica), não só porque conhecia zonas conflituosas mas também porque os seus textos e imagens tinham capacidade para mobilizar o apoio da opinião pública. Notou-se ainda o recurso à repetição do passado através de balanços anuais e também uma certa desdramatização do conflito. Em 1962, a guerra já não era novidade e foi-lhe retirada importância quando começaram a surgir cartoons, como o "Zé da Fisga", sobre o tema. Uma guerra que provoca risos dificilmente é avaliada com seriedade. Segundo Ana Sofia Fonseca, em 1964, existiam 48500 militares nas "picadas de guerra"

em Angola “mas o conflito não enche as capas das revistas, tão-pouco lá chega[208]”. Assim foi em 1964 e nos anos seguintes.

O estudo da revista *Notícia* enquadra-se no estudo da imprensa angolana mas também, e principalmente, no estudo da imprensa portuguesa. Tendo em conta a ideia da pátria una “do Minho a Timor”, um dos pilares da propaganda do regime do Estado Novo, esta publicação nasceu portuguesa e em quase toda a sua existência permaneceu com nacionalidade lusa. No entanto, e apesar da sua indiscutível importância nos anos 60 e na primeira metade da década de 70, parece ter caído em esquecimento. A bibliografia existente sobre esta publicação é reduzida, aspecto que foi ultrapassado através das edições da própria revista, quase todas disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal e na Hemeroteca Municipal de Lisboa, e também graças ao testemunho de alguns antigos jornalistas que, com amor e saudade, recordaram “verdes anos”.

Além da imprensa portuguesa, este estudo beneficia também a história da Guerra Colonial. A *Notícia* viu-a nascer, conviveu com ela, levou-a aos quatro cantos do mundo e viu-a morrer. Contou a guerra à sua maneira mas contou-a. E hoje, sem dúvida, é um documento importante que não deve ser ignorado pela tal história ainda incompleta. Apesar de não contar tudo, o que conta pode encaixar no puzzle da história da Guerra Colonial. Basta saber interpretar linhas e entrelinhas e, quando a sua tradução for difícil de realizar, recorrer aos testemunhos ainda vivos e tão disponíveis para voltar atrás no tempo.

Quando iniciámos a pesquisa desta temática – apurar como foi feita a cobertura jornalística da Guerra Colonial pela revista *Notícia* – partimos do pressuposto de que a censura teria sido o grande entrave à busca da verdade. No entanto, cedo verificámos que existia também uma estreita relação entre a revista e as Forças Armadas Portuguesas, facto que poderá ter ditado o rumo da cobertura jornalística.

Para fazer a cobertura da Guerra do Ultramar, os jornalistas da *Notícia* correram risco de vida mas também se “divertiram[209]”. Ao contrário de enviados

---

[208] Ana Sofia Fonseca, *op. cit.*, p. 242.

especiais que chegavam a Angola provenientes de outros países e também da Metrópole, os elementos da *Notícia*, que já lá estavam, não perderam tempo a avaliar o terreno, não se deslumbraram com a diferença cultural. Era ali que viviam e era ali que trabalhavam. Foram enviados especiais ao próprio país. Se este aspecto era, à partida, uma vantagem, por outro lado, foi também uma desvantagem que afectou a imparcialidade jornalística. Ataques dos "turras" tinham pressionado o gatilho da guerra que estava a causar vítimas. Era difícil não estar do lado dos combatentes portugueses, que além de os defenderem ainda os ajudavam a cobrir o conflito.

Tal como a *Notícia* não viu tudo nem relatou tudo, também nós não aprofundámos tudo sobre a cobertura jornalística do conflito feita pela revista. Esperamos, no entanto, que este trabalho sirva de incentivo a estudos posteriores. A título de exemplo, urge saber mais sobre a censura militar, sobre o que jamais foi contado pelos meios de comunicação social da época, sobre outras publicações que, apesar de terem sede em Angola, foram portuguesas e, consequentemente, fazem parte da nossa História. Poderá também ser alvo de futura investigação o facto de a *Notícia* ter sido ou não um "soldado para a guerra", como o foi a RTP, em Angola, segundo Jacinto Godinho[210]. Desta forma, esperamos que a investigação não termine por aqui porque, como escreveu Fernando Rosas, "fazer história é uma forma de ir matando a saudade do futuro[211]".

---

209 Cf. Nora Ephron, citada por José Rodrigues dos Santos, *op. cit.*, p. 97.
210 Jacinto Rosa Godinho, *op. cit.*, pp. 131-137.
211 *Diário de Notícias*, 9 de Agosto de 2011.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. *Guerra Colonial*, Editorial Notícias, Lisboa, 2000.

AZEVEDO, Cândido de. *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*, Editorial Caminho, Lisboa, 1999.

AZEVEDO, Cândido de. *Mutiladas e Proibidas – Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Editorial Caminho, Lisboa, 1997.

BAPTISTA, Carla. *Portugal no olhar de Angola*, Edições MinervaCoimbra, Coimbra, 2002.

CASCAIS, Fernando. *Dicionário de Jornalismo – As Palavras dos Media*, Editorial Verbo, Lisboa, 2001.

CASTANHEIRA, José Pedro. *O que a Censura cortou*, Expresso, Lisboa, 2009.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla. *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Editorial Caminho, Lisboa, 2007.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *O fim de uma era: o colonialismo em África*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

FIGUEIREDO, Leonor. *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, Alêtheia Editores, 2.ª edição, Lisboa, 2009.

FONSECA, Ana Sofia. *Angola, Terra Prometida – A vida que os portugueses deixaram*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2009.

FRANCO, Graça. *A Censura à Imprensa (1820 – 1974)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1993.

GODINHO, Jacinto. *As Origens da Reportagem – Televisão*, Livros Horizonte, Lisboa, 2011.

GOMES, Carlos de Matos; FARINHA, Fernando. *Guerra Colonial – um Repórter em Angola*, Editorial Notícias, Lisboa, 2001.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*, Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola, Luanda, 1964.

MARINHO, António Luís. *1961 - O ano horrível de Salazar*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2011.

MATEUS; Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*, Texto Editores, Lisboa, 2011.

MELO, A. Borges de. *História da Imprensa de Angola*, Semana Ilustrada Editorial, Rio de Janeiro, 1993.

PEREIRA, Carlos Santos. *Guerra da Informação – Militares e Media em Cenários de Crise*, Tribuna da História, Lisboa, 2005.

PINTO, José Filipe. *Segredos do Império da Ilusitânia – A Censura na Metrópole e em Angola*, Edições Almedina, Coimbra, 2011.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *Historia de la Prensa*, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid, 1994. Tradução de SOARES, Fernanda e PISCO, Paulo. *História da Imprensa*, Planeta Editora, Lisboa, 1996.

SANTOS, José Rodrigues dos. *A Verdade da Guerra – Da Subjectividade, do Jornalismo e da Guerra*, Gradiva, 4.ª edição, Lisboa, 2003.

SERRANO, Estrela. *Para compreender o jornalismo*, Edições MinervaCoimbra, Coimbra, 2006.

SILVA, Mário Moreira da. *A Imprensa Não Diária em Angola*, Lisboa, 1964.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo. *O Leitor Hedonista*, Lisboa, Hugin Editores, 2003.

TUDESQ, André-Jean; NÉDÉLEC, Serge. *Jornais e rádios em África nos séculos XIX e XX*, Difusão INDE, Lisboa, 1998.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, 9.ª edição, Lisboa, 2006.

Jornais e revistas:

Correio da Manhã, *1961: O ano do início da Guerra do Ultramar* - Artigo de Bruno Contreiras Mateus, Lisboa, 6 de Fevereiro de 2011.

Jornal da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), *Um jornalismo que não foi vendido pela guerra* - entrevista de José Reinaldo Marques a Agostinho Chitata, Rio de Janeiro (Brasil), 4 de Agosto de 2009.

Media & Jornalismo, revista n.º 9, *O jornalismo e a História*, Edições MinervaCoimbra, Coimbra, Outono/Inverno 2006.

Notícia, Luanda, edições de 1959 a 1975.

Visão Histórica, *Angola 1961 – O começo da Guerra Colonial*, Junho de 2011.

Internet:

Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Jorge Pedro Sousa, *A Guerra do Golfo na Imprensa Portuguesa de Grande Expansão*, Universidade Fernando Pessoa, http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-guerra-golfo2.html

Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Jorge Pedro Sousa e Micaela Gonçalves, *Os cartoons como género jornalístico: uma incursão na imprensa diária portuense*, Universidade Fernando Pessoa, http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-cartoons1.html

Blogue Africandar, http://africandar.blogspot.com/

Blogue Reviver Estórias, http://reviverestorias.blogspot.com/2011/02/o-ze-da-fisga.html

Guerra Colonial, http://www.guerracolonial.org/

Portal dos Veteranos da Guerra do Ultramar, http://ultramar.terraweb.biz/

Texto de Francisco Rui Cádima, *A Televisão e a Ditadura (1957-1974)*, http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/httv/artigos/TVDITAD.pdf

Dissertações de Mestrado:

CARVALHO, Susana Maria Correia Poças de. *Dois olhares sobre a guerra: A Costa dos Murmúrios*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

RODRIGUES, Sofia da Palma. *Guerra Colonial: Que Jornalismo? – Como o jornal O Século abordou o início do conflito ultramarino português.* Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Estudo dos Media e do Jornalismo. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

VENTURA, Isabel. *A emergência das Mulheres repórteres nas décadas de 60 e 70*. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Universidade Aberta, Lisboa, 2007.

Fontes:

Adulcino Silva, entrevistado em Lisboa a 9 de Dezembro de 2011.

António Gonçalves, entrevistado em Rio Maior a 18 de Janeiro de 2012.

Arthur Ligne, entrevistado por telefone e via e-mail entre Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012.

Eduardo Guimarães, entrevistado via e-mail em Fevereiro de 2012.

Fernando da Silva Gonçalves, entrevistado via e-mail entre Dezembro de 2011 e Fevereiro de 2012.

Fernando Farinha, entrevistado em Lisboa a 10 de Janeiro de 2012.

Hélder Freire, entrevistado em Lisboa a 20 de Janeiro de 2012.

João Fernandes, entrevistado em Óbidos a 18 de Janeiro de 2012.

Leston Bandeira, entrevistado em Lisboa a 10 de Janeiro de 2012.

Moutinho Pereira, entrevistado em Lisboa e também via e-mail entre Janeiro e Março de 2012.

Apêndice A – Breve apresentação de Adulcino Silva



Adulcino Silva nasceu no Ambriz, em Angola. Começou a trabalhar aos 18 anos no trisemanário *Ecos de Angola*. Passou também pelo *ABC Diário de Angola* e só depois conheceu a redacção da *Notícia*. A memória não lhe permite precisar o tempo em que trabalhou no jornal de Charulla de Azevedo, no entanto certo é que terá sido na década de 60. Antes de trocar Angola por Portugal, em 1974, passou ainda pela *Noite e Dia*, *Actualidade Económica*, *Revista de Angola* e *Jornal Magazine*. Fundou ainda a revista cultural *Ribalta*. Em Portugal, Adulcino Silva ajudou a fundar *O Retornado* e foi também jornalista do *Jornal de Aveiro* e, entre outros, d' *O Século*. Hoje, com 75 anos, escreve artigos de opinião em jornais regionais. Adulcino Silva foi entrevistado a 9 de Dezembro de 2011, em Lisboa.

Apêndice B – Breve apresentação de António Gonçalves

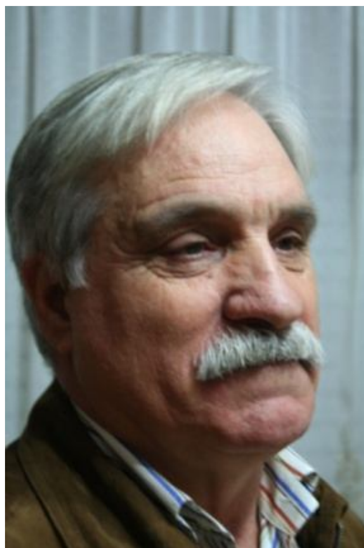


A escola de jornalismo de António Gonçalves foi o jornal *O Comércio*, onde trabalhou durante três anos. Foi para Angola na década de 60 sem qualquer experiência na área mas, por ter sido aconselhado por um amigo a Ferreira da Costa, director do jornal, começou a trabalhar no dia seguinte ao da sua chegada à Província. A Guerra Colonial estava a começar e António Gonçalves fez a viagem de barco juntamente com soldados portugueses. Era clandestino mas sobre isso não gosta de falar.

Do jornal *O Comércio* passou para a *Notícia*, com a ajuda do irmão João Fernandes. Até 1975, fez parte da redacção da revista. Chegou a exercer a função de sub-chefe de redacção mas quando soube que a Polícia Militar o queria prender, fugiu para casa de amigos e mais tarde para África do Sul, onde conseguiu transporte seguro para Lisboa. Na capital, trabalhou no *Jornal Novo*, no semanário *O Diabo* e, entre outros, na *RDP Informação*. Reformou-se aos 65 anos de idade e vive hoje, aos 77, com a esposa, numa aldeia de Rio Maior. A entrevista foi realizada em sua casa a 18 de Janeiro de 2012.

Em Angola, país onde já voltou várias vezes, na *Notícia*, António Gonçalves sentia-se bem: "nunca tive a sensação de que aquilo era trabalhar". Para o jornalista, a *Notícia* era uma revista com "pele de jornal que dava notícias informativas".

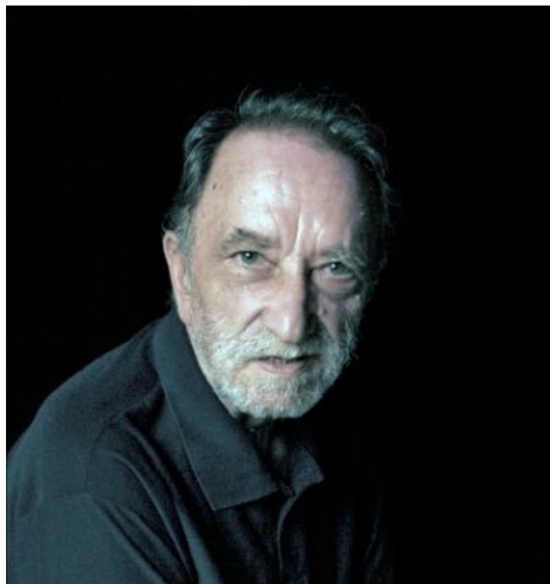
Apêndice C – Breve apresentação de Arthur Ligne



Arthur Ligne é jornalista há 56 anos. Em Angola, entre 1963 e 1975, trabalhou no semanário *Angola Norte*, no diário de Luanda *O Comércio*, no CITA (Centro de Informação e Turismo de Angola) e nos semanários *Semana Ilustrada* e *Jornal Magazine*. Foi também director da revista *Olá, Boa Noite!* e do semanário *Quanza Sul*. Hoje, com 71 anos, continua ligado ao jornalismo, como director e editor do semanário *Gazeta de Lagoa*.

Não tendo trabalhado na revista *Notícia*, foi entrevistado por telefone e e-mail, entre Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012, por conhecer a realidade angolana em estudo e também por ter sido leitor da publicação.

Apêndice D – Breve apresentação de Eduardo Guimarães



Natural de Penafiel, Eduardo Guimarães seguiu os passos do pai, António Guimarães, fotógrafo e jornalista do jornal *O Comércio do Porto*. Aos 14 anos de idade fez um estágio de fotografia na *Kodak*, em Lisboa, começando a carreira na revista *Estúdio*. Em 1963, cumpre serviço militar em Angola assumindo funções de "cinegrafista". "Foi lá que comecei a viver a fotografia intensamente". Quando regressou à vida civil, em 1967, permanece em Angola e começa a trabalhar na revista *Notícia* como repórter fotográfico. Em 1974 parte para o Brasil, onde fez diversas exposições e deu aulas de Fotografia. Eduardo Guimarães continua hoje no Brasil, sendo proprietário de um estúdio de fotografia em São Paulo.

No Brasil, Eduardo Guimarães perdeu o contacto dos colegas com quem trabalhava na *Notícia*. As entrevistas efectuadas por e-mail em Fevereiro de 2012 serviram não só para reviver "bons momentos", como também para retomar amizades que a distância adormeceu.

Na edição da *Notícia* de 18 de Setembro de 1971, Eduardo Guimarães é apresentado por Herberto Hélder como um "caçador de instantes".

Apêndice E – Breve apresentação de Fernando Farinha



Nasceu em Lisboa em 1941. Ainda criança parte para Angola, acompanhando o pai que era Oficial do Exército. Quando a Guerra Colonial começou, Fernando Farinha, com 19 anos, estava de férias[212] em Luanda. Na cidade, frequentava a redacção do jornal *O Comércio*: "era muito amigo do director, Ferreira da Costa, e também gostava das pessoas que lá trabalhavam". Foi neste diário que Fernando Farinha deu os primeiros passos enquanto jornalista: "um dia [em Março de 1961] o director pediu-me ajuda. Havia muita gente ferida[213] que estava a chegar ao aeroporto de Luanda e ele pediu-me para ir lá e depois contar o que tinha visto". Fernando Farinha assim fez mas, ao terceiro dia, por considerar que no aeroporto nada de novo se passava, parte de machibombo[214] para Caxito, na Província do Bengo, onde estava estacionado o 1.º Esquadrão de Cavalaria, também designado por "Dragões de Silva Porto". "Quando lá cheguei identifiquei-me como jornalista e pedi para os acompanhar numa patrulha. Eles começaram-se a rir e disseram-me que não se responsabilizavam por mim". Fernando Farinha, munido de uma máquina fotográfica, seguiu caminho numa viatura militar blindada, com a devida autorização do Alferes Marinho Falcão. Só mais tarde, por telefone, informou Ferreira da Costa do sucedido.

---

[212] Fernando Farinha gozava as férias escolas. Frequentava a Escola de Regentes Agrícolas de Tchivinguiro, na antiga Sá da Bandeira (actual cidade de Lubango). Não terminou o curso.

[213] Vítimas do 15 de Março de 1961, data que marca o início de uma rebelião dirigida pela União dos Povos de Angola (UPA), no Norte de Angola, contra os colonos portugueses e algumas populações negras. A 21 de Março de 1961 foi criada uma ponte aérea que transportou mais de 3500 portugueses residentes no Norte de Angola para Luanda.

[214] Camioneta.

Fernando Farinha só voltou a Luanda cerca de três meses depois mas, durante este período, o seu nome, enquanto enviado especial, era atribuído a algumas reportagens publicadas no jornal *O Comércio*. O testemunho do jovem chegava à redacção de várias formas: através de feridos que eram evacuados para o Hospital Militar ("enviava bilhetes escritos à mão e rolos de fotografias"), através de pilotos da Força Aérea que faziam escolta na área e com quem estabelecia contacto via rádio ("pedia-lhes para transmitirem informações à redacção quando chegassem a Luanda"), através de fitas gravadas, entre outras[215]. "Havia sempre maneira de dar notícias".

Charulla de Azevedo conhecia bem Fernando Farinha, o "perito em assuntos militares", e não descansou até o ver na sua equipa. "O Charulla queria que eu fizesse pelo menos uma vez por mês uma reportagem de guerra", conta Fernando Farinha, entrevistado em Lisboa, a 10 de Janeiro de 2012. O objectivo de Charulla foi posto em prática e Fernando Farinha não só noticiou a guerra em Angola, como também em Moçambique e na Guiné. Por três vezes, continua, "ia perdendo a vida":

- foi mordido por uma cobra venenosa durante uma operação militar em Angola. Um helicóptero levou-o para um hospital de campanha;

- num salto de pára-quedas, em queda livre, detectou uma avaria do sistema mecânico de abertura do pára-quedas principal. Recorreu ao reserva fora dos limites de segurança;

- em Julho de 1970, "o helicóptero em que seguia foi envolvido por um tornado e aterrou em sérias dificuldades nos pântanos da Guiné"[216]. Deputados que viajavam noutro helicóptero morreram. O aparelho despenhou-se no rio Mansoa.

Além de ter cumprido serviço militar, Fernando Farinha tirou vários cursos para poder acompanhar, enquanto jornalista, as forças militares destacadas em Angola. "Fiz o curso civil de pára-quedistas, tirei o curso de hipismo militar para acompanhar a Cavalaria e fiz também o curso de Comandos", recorda o jornalista já muito conhecido em meio militar: "eu era considerado um militar. Eles confiavam em mim". Segundo João Fernandes, "o Farinha era mais conhecido entre os militares que a Marilyn

---

[215] Segundo João Fernandes, algumas mensagens chegaram ao destino de pombo-correio.
[216] Carlos de Matos Gomes e Fernando Farinha, *Guerra Colonial – um Repórter em Angola* (Lisboa: Editorial Notícias, 2001), p. 8.

Monroe entre os marinheiros". Sempre que acompanhava operações militares, Fernando Farinha usava uniforme de campanha. As suas armas eram a máquina fotográfica e a caneta.

Depois do 25 de Abril de 1974, ainda ao serviço da *Notícia*, foi "o primeiro jornalista português a percorrer as matas do Leste de Angola controladas pela UNITA[217]". Deixou Angola em 1975, juntamente com a família. Em Lisboa, entre 1975 e 2002, foi jornalista do *Diário de Notícias*. Conquistou dois prémios do Clube Português de Imprensa e outros quatro atribuídos pelo *Diário de Notícias.*

---

[217] *Idem.*

Apêndice F – Breve apresentação de Hélder Freire



Começou a trabalhar aos 17 anos na ANI – Agência Noticiosa de Informação como jornalista estagiário, ocupação que interrompeu para cumprir o serviço militar obrigatório em 1967. Hélder Freire, ao serviço do Exército, foi destacado para Angola. Quando terminou o serviço militar, em 1969, foi convidado a trabalhar no diário *a província de Angola*. Na Província, fez ainda parte da redacção do *Diário de Luanda* e foi director da revista *A Cidade* e um dos fundadores do primeiro canal televisivo de Angola. Regressou a Lisboa em 1974. Na Metrópole, começou por trabalhar no *Jornal de Notícias*. Quatro anos mais tarde, muda-se para a RTP onde ficou durante 25 anos. No canal estatal ocupou vários cargos, desde chefe de redacção a director de informação. Hoje, Hélder Freire, além de colaborar com algumas publicações, é o director da revista *Combatente*.

Hélder Freire foi entrevistado a 20 de Janeiro de 2012, em Lisboa, enquanto jornalista que conheceu a realidade angolana e enquanto leitor da revista *Notícia*. Para o jornalista, “O Jornal de João Charulla de Azevedo” foi “uma lufada de ar fresco”, feita por “gente arrojada” que tinha possibilidade financeira para “correr o mundo”.

Apêndice G – Breve apresentação de João Fernandes



João Fernandes quis ser escritor mas tornou-se jornalista. Deu os primeiros passos no jornalismo na agência de notícias *Lusitânia* mas foi em Angola que desenvolveu a escrita jornalística. Partiu para a Província em 1963 em busca de uma vida melhor. No dia em que chegou a Luanda, foi recebido pelo irmão, António Gonçalves, que já trabalhava no jornal *O Comércio*. Nesse mesmo dia, João Fernandes visita a redacção e é convidado por Ferreira da Costa, director do jornal, a escrever um artigo sobre as eleições americanas. O texto valeu-lhe uma proposta de trabalho. Durante cerca de meio ano foi jornalista d' *O Comércio*, publicação que abandona para ir trabalhar para a *Notícia*, a convite de Charulla de Azevedo. Ao convite impôs uma exigência: aumento salarial. Na *Notícia*, João Fernandes vê subir não só o vencimento, de 5000$00 para 5250$00, como também a liberdade na redacção. No jornal *O Comércio* era comum Ferreira da Costa alterar os textos que escrevia. João Fernandes ainda recorda o último corte que alterou totalmente o sentido de um texto que traduziu de francês para português.

Na *Notícia*, João Fernandes foi redactor, jornalista, chefe de redacção e director-adjunto para Luanda. Graças à revista esteve nos cinco continentes: "a *Notícia* tinha de estar em todo o lado". Nesta revista, que o jornalista considera "o parente

pobre do *Cruzeiro* e da *Manchete*[218]", "trabalhávamos desmesuradamente mas com muito gosto. Não havia necessidade de folgar".

Assim como Charulla de Azevedo tinha a rubrica *Notas Várias*, João Fernandes dava o seu parecer sobre os mais diversos temas numa crónica intitulada *A chuva e o bom tempo*[219], artigo muito estudado pela Censura, o que obrigava o jornalista a escrever nas entrelinhas. A 11 de Setembro de 1971, João Fernandes chama à crónica *Recado breve*. O texto é curto: "Não senhor não sei nada. Agradeço que não me façam perguntas. Quando souber alguma coisa, digo. Aqui ou em qualquer parte. Ah, outra coisa, se fosse assim como andam a dizer seria que eu estava aqui?...". Por vezes, através deste *A Chuva e o bom tempo*, João Fernandes aproveitava para enviar recados ou fazer desabafos.

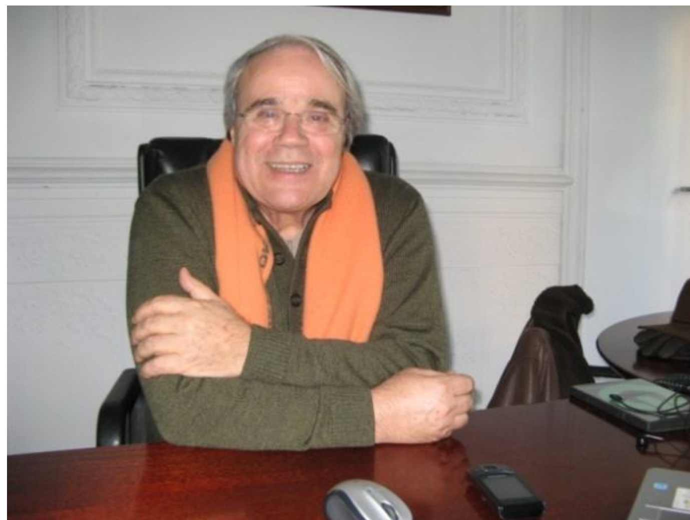
João Fernandes foi preso em Março de 1975 pela Polícia Militar que o foi buscar a Angola e o levou para a Casa de Reclusão Militar da Trafaria, em Almada. A sua vinda para Portugal coincidiu com o fim inesperado da revista *Notícia*. Graças à investigação da jornalista Leonor Figueiredo publicada em *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, João Fernandes sabe hoje que foi preso, durante cerca de um mês, porque o Conselho da Revolução tinha ordenado a suspensão de algumas publicações perturbadoras de um clima de paz e a expulsão para Lisboa de alguns jornalistas considerados "indesejáveis" em Angola. João Fernandes fazia parte da lista e era esperado em Lisboa pelo Copcon - Comando Operacional do Continente, criado pelo Estado-Maior das Forças Armadas em Julho de 1974. Depois da prisão, passou 18 anos em Macau. Regressou a Portugal há 12 anos. João Fernandes tem hoje 74 anos e vive com a esposa, que conheceu em Angola, em Óbidos. A entrevista decorreu em sua casa a 18 de Janeiro de 2012.

---

[218] Revistas brasileiras que circulavam em Angola.

[219] Segundo João Fernandes, "falar de chuva e de bom tempo é uma expressão francesa que significa falar de coisas de pouca importância". A explicação é dada na última crónica, publicada na edição de 11 de Maio de 1974.

Apêndice H – Breve apresentação de Leston Bandeira



Leston Bandeira tem 69 anos. Foi para Angola aos 10, na década de 50, acompanhando o pai que era militar do Exército e que foi destacado para a Província. Estreou-se no jornalismo aos 18 anos. Trabalhou na *Rádio Clube da Huíla*, na *Rádio Comercial*, no *ABC* e no *Jornal de Angola*. Na Província, o percurso como jornalista foi interrompido para cumprimento do serviço militar, no Exército, entre 1965 e 1969. Regressou a Portugal em 1977, "zangado com o MPLA". Na Metrópole deu aulas de História e trabalhou também na ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa.

Não sendo jornalista da *Notícia*, Leston Bandeira, entrevistado em Lisboa a 10 de Janeiro de 2012, é um testemunho importante não só por ter trabalhado no jornalismo em Angola, como também por ter sido leitor assíduo da revista que, afirma, "fazia coisas incríveis. Toda a gente lia a *Notícia* ao sábado. Era um jornal popular que também se lia nas trincheiras".

Apêndice I – Breve apresentação de Moutinho Pereira[220]

Nasceu na Guarda e foi para Angola com os pais aos três anos. Moutinho Pereira estreou-se no jornalismo aos 18 no jornal *O Comércio* - a guerra estava prestes a começar. Trabalhou também no *ABC Diário de Angola* e no *Jornal de Benguela* mas foi no *Notícia* que encontrou maior liberdade para escrever – "só a censura era o limite". Passou pela revista três vezes. Ainda lá estava quando o partido "MPLA tomou conta de Luanda". "Ainda antes do 25 de Abril tentei integrar-me no MPLA, o que me foi recusado por não ter nascido em Angola e o movimento não querer ser identificado como um movimento de colonos". Na Província, após o 25 de Abril de 1974, Moutinho Pereira trabalhou ainda na *Vitória Certa*, na *Televisão Popular de Angola*, no *Jornal de Angola* e na *Novembro*.

Regressou a Portugal em 1984. Trabalhou na revista *Telestar* e no *Diário de Notícias*, entre outros. Moutinho Pereira tem hoje 70 anos e foi entrevistado em Lisboa a 5 de Janeiro de 2012 e, via e-mail, entre Janeiro e Março de 2012.

Enquanto repórter de guerra ao serviço da *Notícia*, Moutinho Pereira, que não cumpriu serviço militar, considera que "foi à tropa", apesar de "nunca ter pegado numa arma". Porém, nas missões que acompanhou, não encontrou a guerra.

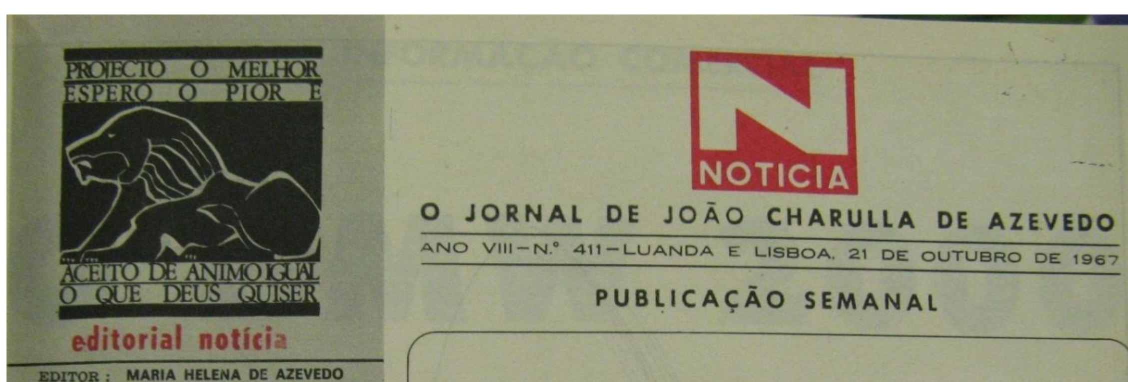
Sobre a *Notícia*, Moutinho Pereira diz que quem a lia, "abria uma grande janela para o mundo". A *Notícia* era arrojada, informativa e caminhava "à frente do seu tempo". "Hoje em dia", continua o jornalista, "fazia falta a Portugal uma revista como a *Notícia*. Isto está cheio de teias de aranha".

[220] Moutinho Pereira não autorizou a publicação de fotografia.

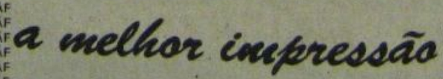
Anexo 1 – Logotipo com lema de João Charulla de Azevedo



Anexo 2 – "O Jornal de João Charulla de Azevedo"

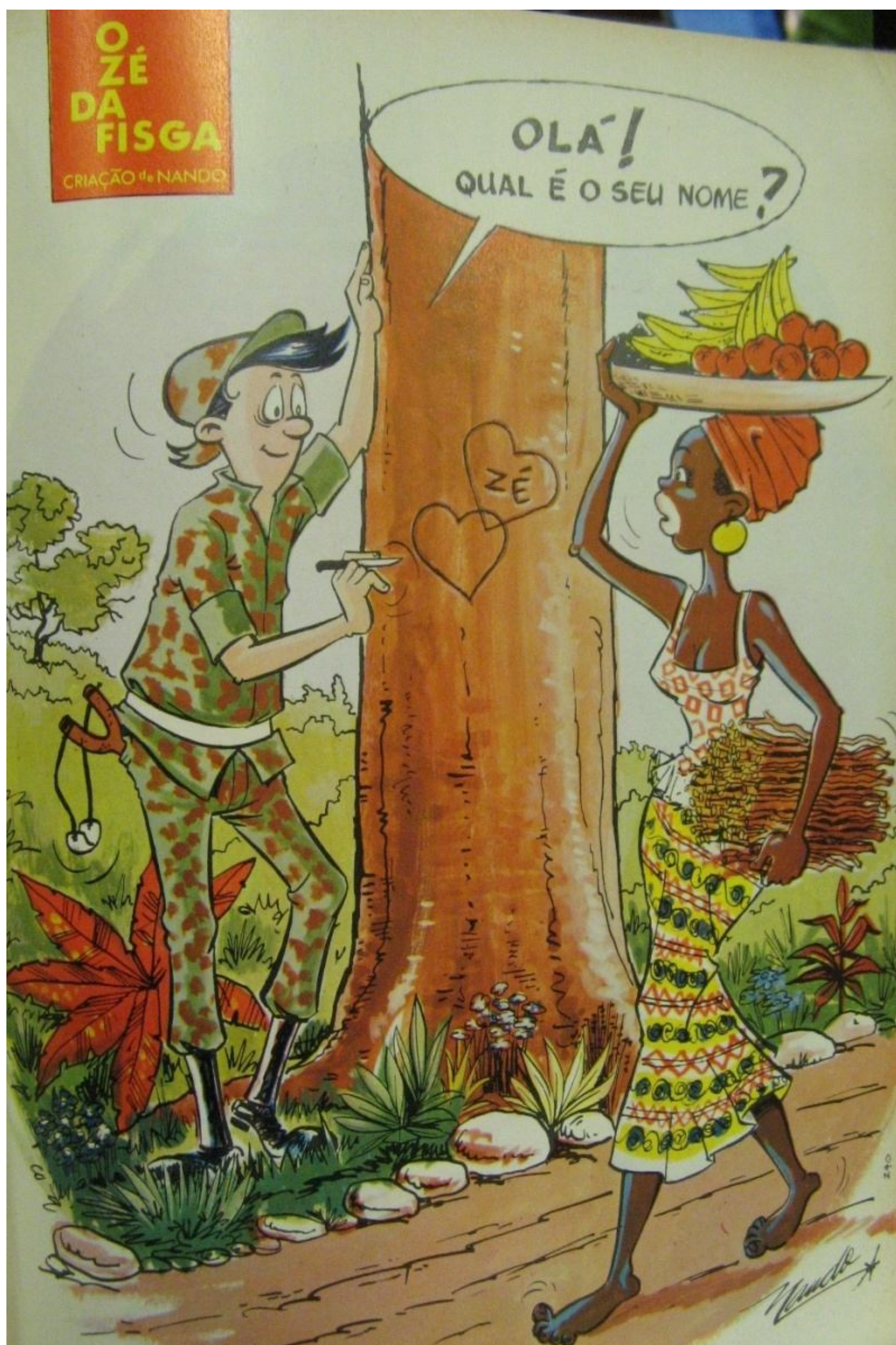


Anexo 3 – Anúncio publicitário da Neográfica



Anexo 4 – Exemplos do cartoon “Zé da Fisga” publicados na *Notícia*

Exemplo1



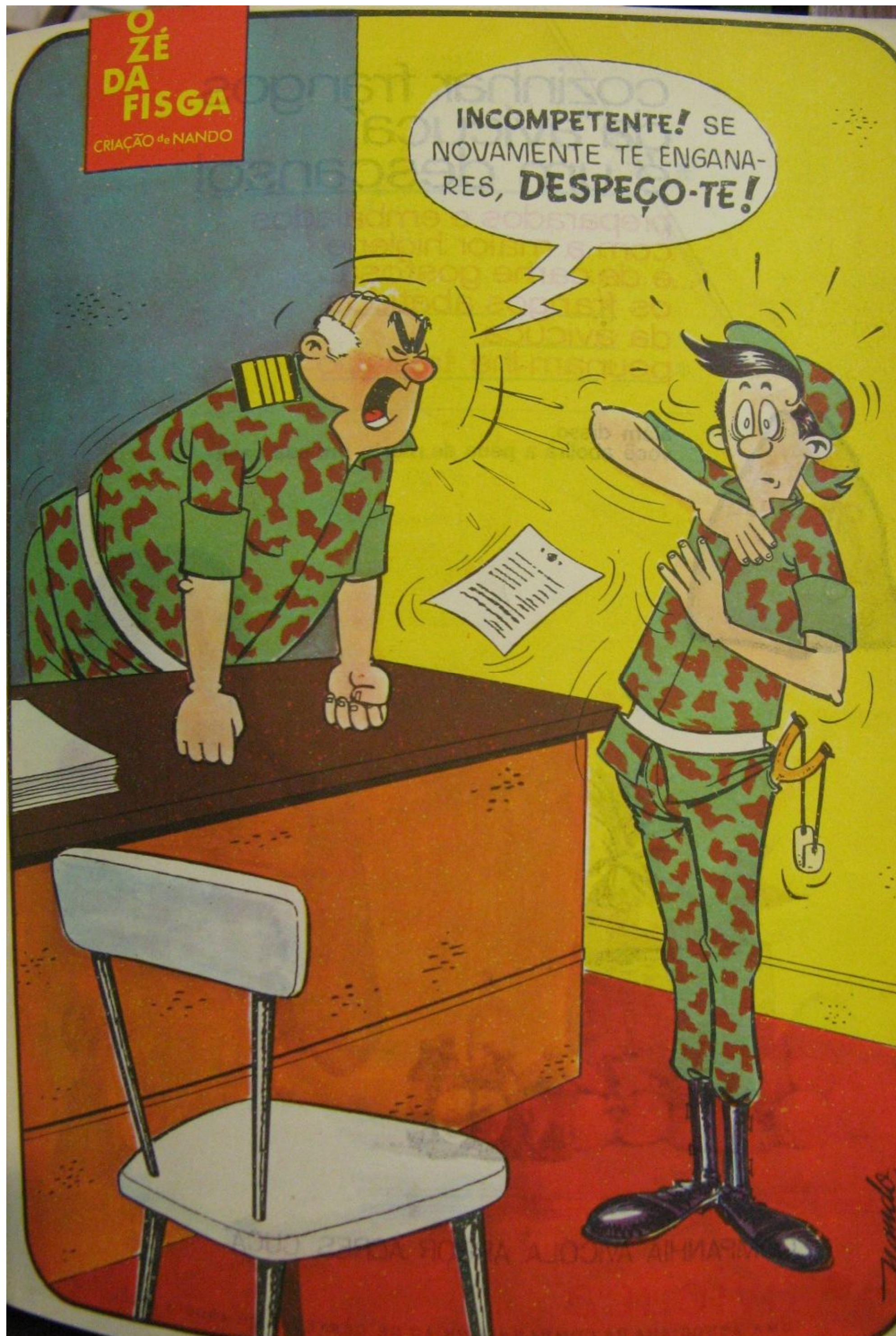
Exemplo 2


O ZÉ DA FISGA
CRIAÇÃO de NANDO
PARA JÁ, FICAS SEM "DISPENSAS DE RECOLHER"!
COMANDANTE

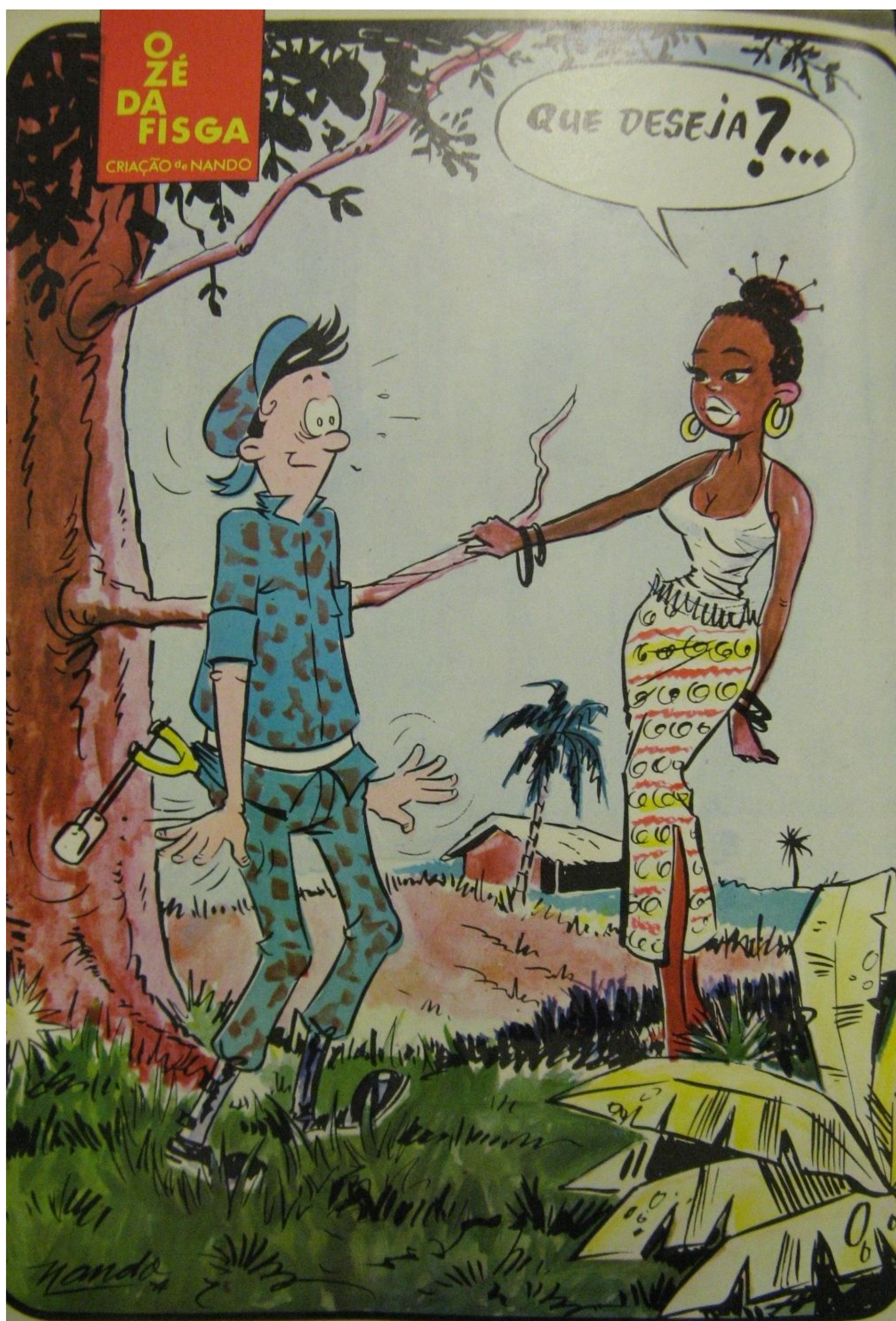
Exemplo 3



Exemplo 4


O ZÉ DA FISGA
CRIAÇÃO de NANDO
INCOMPETENTE! SE NOVAMENTE TE ENGANARES, DESPEÇO-TE!

Exemplo 5



Exemplo 6


O ZÉ DA FISGA
CRIAÇÃO de NANDO
... E AGORA, A NOSSA HABITUAL RUBRICA DE DOMINGO: "MÚSICA PARA O SEU PASSEIO"...

Exemplo 7

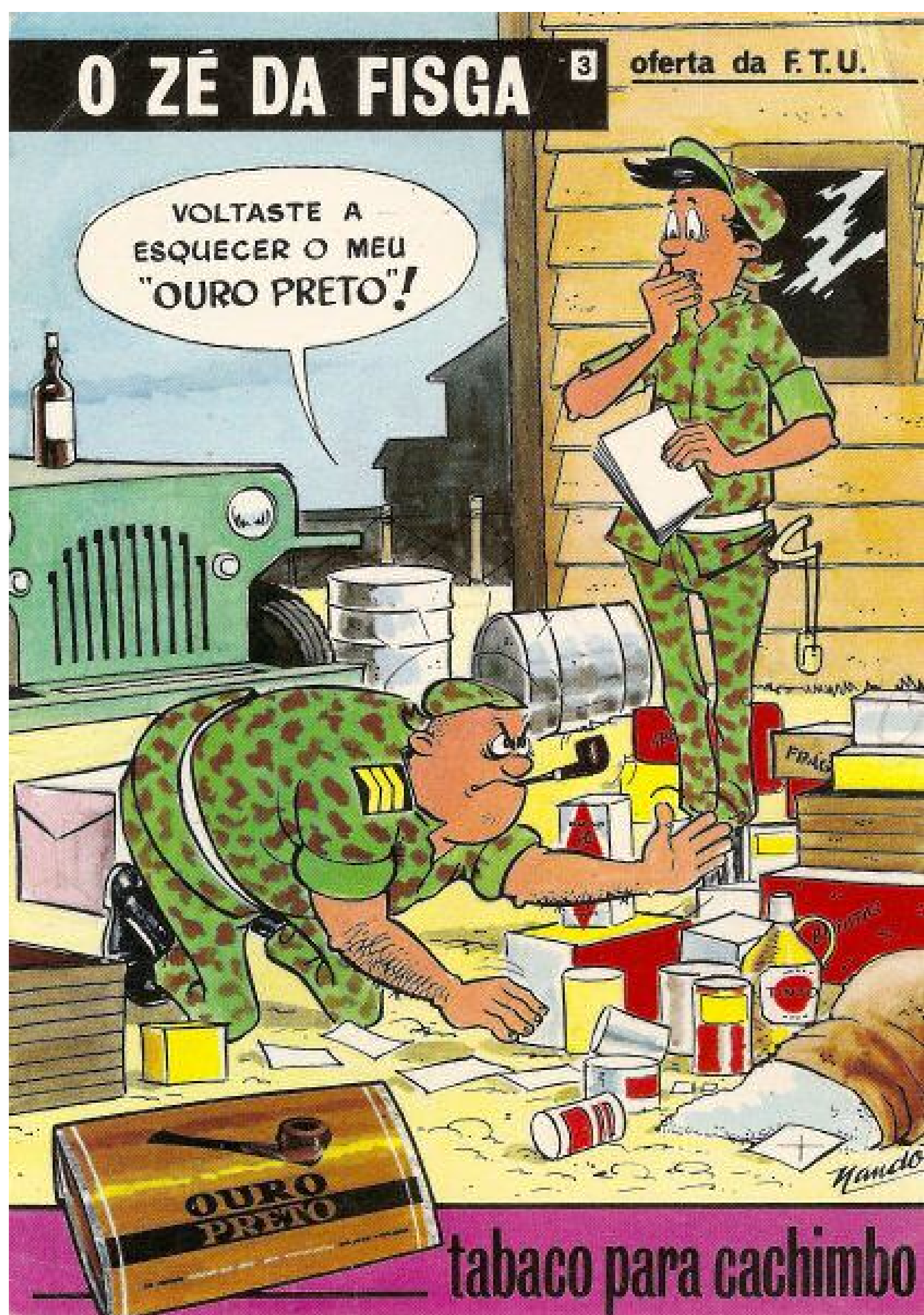


Anexo 5 – Brasão da Companhia de Caçadores 371

Desenho da autoria de Fernando Gonçalves, realizado em Lisboa, em 1962, pouco tempo antes do embarque para Angola. A imagem foi impressa em plástico e usada no camuflado pelos cerca de 150 militares da Companhia de Caçadores 371. A fotografia foi-nos cedida pela UTW.



Anexo 6 – O "Zé da Fisga" num anúncio publicitário de tabaco ("Ouro Preto")



Anexo 7 – Cartoon censurado

"Make love, not war" era a mensagem original deste cartoon, publicado na *Notícia*, que foi censurado. Com uma nova frase, a censura permitiu que a caricatura do soldado português alcoolizado fosse publicada na revista mais vendida em Angola.



Anexo 8 – Cartoon "O Agapito"

<u>Exemplo 1</u>

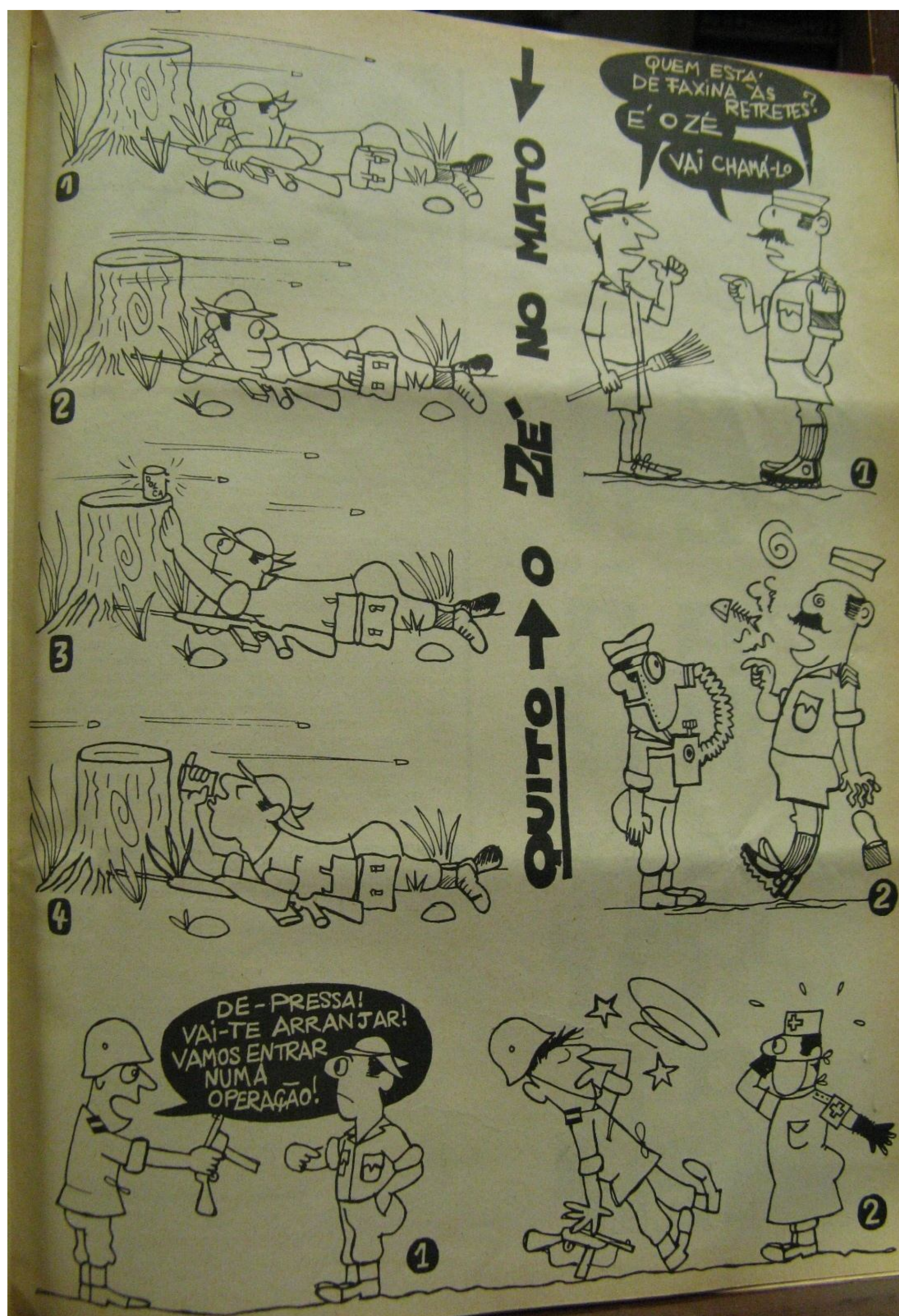


Exemplo 2


o agapito
PORQUE DEIXASTE A ROSITA?
NÃO HAVIA MANEIRA DE NOS ENTENDERMOS: EU PENSAVA QUE ELA TINHA "PASTA" E ELA PENSAVA O MESMO DE MIM...
N.R.P.

Anexo 9 – Outros “Zé’s” publicados na *Notícia*

<u>Exemplo 1</u>



Exemplo 2


SENTINELA ALEEERTAAA
SENTIIIIINEELAAAA ALEERTAAAA
I
II
ENTÃO, ENTÃO ?!!! O TEU CAMARADA NÃO TE RESPONDE, NÃO ??! SE CALHAR ESTÁ A DORMIR, JÁ VAMOS VER ISSO...
ARF! ARF!
III
HE! HE! HE! HE!
IV
NÃO ESTOU A DORMIR, NÃO, MEU SARGENTO.... ESTOU DE RELACÇÕES CORTADAS COM AQUELE SENHOR!
!!
V

<u>Exemplo 3</u>


ZÉ NABO
...ZÉ, QUAL É O POSTO MAIS ALTO NO EXÉRCITO?!!
CAPITÃO?!!
...OH, HOMEM, MAIS ALTO...!
CAAAPIIIII TÃÃÃO!!!
27

Exemplo 4


PITECUS
POR ZÉ DALMEIDA
PAAZ
DIZ LÁ O QUE VAI DA POMBA!...
...EMBORA ESTEJA BÊBADA COMO UM CACHO!
?!
ESTOU BÊBADA! BÊBADA!!!
BÊBADA!! A PAZ BÊBADA!! COMO É POSSÍVEL?
COM O PREÇO A QUE ESTÁ O VINHO...